



BAROMETRO DA LUSOFONIA



**CULTURA, SOCIEDADE E INSTITUIÇÕES
NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

1ª edição
2026

www.barometrodalusofonia.com



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**



APOIO E PARTICIPAÇÃO



Lei Rouanet



CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

AULP
EX UNITATE VIS
Universidades de Língua Portuguesa



MISSÃO DO
BRASIL
CPLP



FGV CONHECIMENTO



REALIZAÇÃO

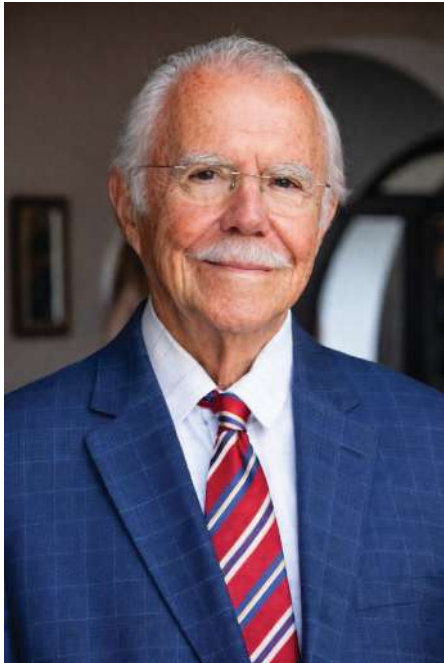


MINISTÉRIO DA
CULTURA





Preâmbulo



O Barômetro da Lusofonia

Na elaboração da Constituição Brasileira, pedi ao presidente da Assembleia Constituinte que fosse incluído em seu texto que a língua oficial do Brasil era a língua portuguesa, e assim consta. O português foi a primeira língua universal. No tempo das grandes navegações, foi a língua dos navegantes, dos instrumentos de náutica, das trocas comerciais, do mercadejo e do entendimento entre civilizações. Assim, levou vocábulos e os trouxe dos idiomas da costa da África ao Japão e da corte dos matriarcados de Moçambique aos povos da Amazônia e da nossa costa, enriquecidos de neologismos e deixando palavras. Na fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), seus fundadores, Joaquim Nabuco e Machado de Assis, deram a ela como dogma a defesa da língua portuguesa e da tradição cultural. Na ABL, sempre relembro esses compromissos inaugurais e luto pelo seu dicionário e pela atualização do vocabulário ortográfico. Promovi, como presidente, a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), raiz da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Meu compromisso, como escritor e autor de 122 títulos, em muitas edições no Brasil e no exterior, é com a língua, instrumento do meu trabalho, e tanto em meu ofício literário e como em minha atividade política dou prioridade à defesa da língua e sua integridade, porque é ela que nos une, nove países, comungando, com ela, sentimentos e bens, emoções, convivências e total comunicação.

O Barômetro, com sua concepção desenvolvida pelo IPESPE e pela CPLP, faz mais que levantar dados, registrar valores, percepções e expectativas: exprime a consciência de nossa identidade. E é esta que nos permite cooperar, integrar e realizar com uma base de informação que nos dê um caminho seguro e horizontes comuns.

O Barômetro torna-se, assim, um instrumento fundamental para o contínuo desenvolvimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, viabilizando políticas de integração e pontos de cooperação para um futuro mais solidário.

José Sarney*

*Ex-Presidente do Brasil (1985-1990), membro da ABL e Conselheiro emérito do Barômetro da Lusofonia, José Sarney teve papel destacado na valorização internacional da língua portuguesa. Como Presidente da República, impulsionou a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), durante o Primeiro Encontro de Chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa, realizado em São Luís do Maranhão, no Brasil. O IILP foi o marco fundador do processo que culminou na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), oficialmente instituída em 1996.

Apresentação



O Barómetro da Lusofonia parte da premissa de que a língua comum e a convivência institucional no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa constituem ativos estratégicos para a promoção e a defesa dos valores democráticos. Ao conectar sociedades que não compartilham entre si nenhuma fronteira física, distribuídas por quatro continentes – América, Europa, África e Ásia – cria-se um espaço singular de comunicação, reconhecimento e previsibilidade. Nesse sentido, a língua deixa de ser apenas um instrumento funcional e converte-se em espaço simbólico de pertença, na linha da formulação consagrada por Fernando Pessoa, ao afirmar que a sua pátria era a língua portuguesa, expressão maior de uma comunidade que transcende

territórios, fronteiras políticas e contingências históricas. Conceito que José Eduardo Agualusa aprofundou ao descrevê-la como um espaço de encontros, em permanente transformação, com múltiplas vidas – uma concepção que autoriza compreendê-la como um verdadeiro ecossistema vivo da experiência lusófona – e com múltiplas particularidades, entre as quais, como destacou Caetano Veloso, a musicalidade intrínseca do idioma. “O português é uma língua que pede música”, nos diz ele.

E não somente a música. Mais recentemente, as sucessivas premiações internacionais do filme *O Agente Secreto* evidenciam o potencial de vitalidade criativa da língua portuguesa e sua capacidade de alcançar reconhecimento global sem abrir mão da densidade linguística, histórica e cultural que a caracteriza, reforçando o seu prestígio simbólico no cenário contemporâneo.

Nesse espaço partilhado, diferenças históricas, econômicas, políticas e culturais podem ser debatidas sem ruptura, em um ambiente que favorece o entendimento mútuo e a mediação institucional dos conflitos. A partilha do idioma reduz custos de cooperação, amplia a circulação de ideias, de quadros técnicos e de experiências administrativas, e facilita a construção de referências comuns sobre direitos, deveres e cidadania. A língua opera, assim, como instrumento de organização simbólica da vida social, capaz de estruturar expectativas, narrativas e identidades coletivas.



Embora nem a língua nem a convivência institucional garantam, por si sós, resultados políticos homogêneos, elas diminuem o isolamento entre sociedades, reduzem a entropia institucional e criam condições mais favoráveis à prática democrática. Essa função integradora torna-se particularmente relevante em contextos marcados por trajetórias históricas desiguais, transições políticas assimétricas e desafios recorrentes à consolidação do Estado de Direito.

É nesse horizonte que se insere o Barómetro da Lusofonia, uma iniciativa inédita de pesquisa comparada, realizada simultaneamente nos países de língua portuguesa. Seu propósito central é compreender como vivem, pensam e avaliam o seu mundo os cidadãos que integram esse espaço plural e diverso. Ao fazê-lo, o Barómetro transforma a língua comum em instrumento de compreensão compartilhada e em base empírica para o diálogo público, oferecendo dados sistemáticos capazes de sustentar análises qualificadas, comparações consistentes e debates informados.

Esta primeira edição investiga um amplo conjunto de dimensões centrais da vida contemporânea, amplamente reconhecidas na bibliografia da ciência política, da sociologia, da comunicação e dos estudos de opinião pública. O estudo aborda percepções sobre a vida pessoal e sobre a situação geral de cada país, avaliações da economia, identificação dos principais problemas nacionais e expectativas em relação ao futuro. Examina, ainda, valores e atitudes associados a heranças históricas sensíveis, como o período escravocrata, bem como percepções sobre desigualdades de gênero, imigração, diversidade sexual e convivência com a diferença.

O levantamento analisa, também, a relação dos cidadãos com a informação e a desinformação, a percepção sobre *fake news*, o grau de valorização da democracia, os níveis de confiança nas instituições políticas e sociais, além do interesse recíproco entre os países de língua portuguesa e a imagem da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa junto às respectivas populações. Trata-se, assim, de um retrato multifacetado das atitudes, crenças e disposições que moldam o comportamento político e social nesse espaço.

Ao colocar esses temas em perspectiva comparada, o Barómetro da Lusofonia distingue-se de outras iniciativas internacionais semelhantes. Seu diferencial reside não apenas na abrangência temática, mas sobretudo no fato de investigar diretamente o interesse, a familiaridade e as trocas culturais entre as populações dos países pesquisados. Ao ir além da mensuração de atitudes nacionais isoladas, o estudo ilumina vínculos simbólicos, culturais e identitários que atravessam o mundo de língua portuguesa, frequentemente invisíveis nas análises tradicionais.

Esse enfoque contribui para aproximar povos que partilham a língua, mas que, paradoxalmente, muitas vezes se conhecem pouco. Ao identificar níveis de conhecimento recíproco, percepções mútuas e formas de interesse cultural, o Barómetro ajuda a construir um denominador comum entre identidades diversas, sem desconsiderar singularidades históricas, sociais ou culturais. A comparação favorece o reconhecimento entre essas populações, estimula o aprendizado compartilhado e amplia a circulação de referências simbólicas e institucionais.



As informações aqui sistematizadas certamente irão fomentar iniciativas de cooperação e intercâmbio nas dimensões econômica, educacional, cultural, social, legal e institucional. Ao inaugurar uma série histórica bienal, o projeto estabelece bases sólidas para o acompanhamento contínuo das atitudes e opiniões nas sociedades de língua portuguesa. Não se trata de uniformizar identidades nem de apagar diferenças, mas de valorizá-las dentro de um horizonte comum de diálogo, respeito e cooperação.

Ao transformar dados em reflexão pública qualificada, o Barómetro da Lusofonia contribui para o fortalecimento dos valores democráticos e para a consolidação da dimensão cidadã de seus povos. Nessa perspectiva, ele reflete o mesmo significado da língua comum, que pode ser compreendida, como também sustenta Mia Couto em seus ensaios, como uma realidade viva, permanentemente recriada por seus falantes – um espaço de encontro no qual histórias distintas se reconhecem, dialogam e constroem referências compartilhadas, sem renunciar às suas singularidades.

A ideia deste projeto surgiu por ocasião da apresentação, em um seminário patrocinado pela FIBE (Fórum de Integração Brasil Europa) com apoio da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), em Lisboa, em setembro de 2022, de uma pesquisa pioneira de opinião pública realizada conjuntamente pelo Ipespe e pela Pitagórica, com duas amostras de brasileiros e portugueses, dedicada a examinar as visões recíprocas sobre os duzentos anos da independência do Brasil. Esse trabalho deu origem ao livro *Portugal e Brasil: Duas Nações em Harmonia*. Naquele momento, tornou-se evidente a necessidade de ampliar o alcance da investigação e abranger todos os povos de língua portuguesa, na convicção de que, ao fortalecer sua integração, estaríamos também incentivando a promoção de uma cultura democrática comum.

Desde então, diversas pessoas e instituições, mencionadas ao final, na seção de agradecimentos, foram fundamentais para a viabilização da primeira edição desse Barómetro.

Antonio Lavareda

Idealizador e Diretor Geral do Barómetro da Lusofonia



Índice

Preâmbulo	05
Apresentação	06
Sumário Executivo	13
1. Vida Pessoal e Situação do País	21
1.1 Satisfação com a vida pessoal	22
1.2 Situação do país	25
1.3 Expectativas quanto ao futuro do país	29
1.4 Principais problemas	31
1.5 Mudanças climáticas	37
2. Valores e Atitudes	41
2.1 A escravatura e seu impacto	42
2.2 Imigração	47
2.3 A questão de gênero	51
2.4 Uniões homoafetivas	54
3. Fake News, Voto e Democracia	59
3.1 Meios de informação	60
3.2 Redes sociais mais acessadas	64
3.3 Fake News	67
3.4 Participação eleitoral	70
3.5 Importância do voto	72
3.6 Satisfação com a democracia	73



4. Conhecimento e Interesse Sobre os Outros Países Lusófonos	77
4.1 Circulação cultural	78
4.2 Conhecimento dos países	79
4.3 Interesse nos países	82
4.4 Consumo cultural	83
4.5 Principais emissores de produtos culturais	85
4.6 Hábito de assistir a programas de TV de outros países de língua portuguesa	89
4.7 Tipos de programas mais assistidos	91
4.8 Futebol	93
4.9 Desejo de migrar	95
4.10 Influência cultural	97
5. CPLP: Conhecimento, Avaliação e Relevância	101
5.1 Conhecimento	102
5.2 Atribuição de importância	103
5.3 Valorização da integração	105
5.4 Papel em conflitos internacionais	106
5.5 Missões de Observação das Eleições	107
5.6 Posição em fóruns internacionais	110
5.7 Expectativas	111
6. Epílogo: Democracia nos Países de Língua Portuguesa	115
7. Posfácio	116
8. Metodologia	118
9. Referências	121
10. Anexos	124
11. Diretoria, Conselho e Equipe Técnica	132
Agradecimentos	135



Rua Augusta, Lisboa, Portugal

Sumário Executivo



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**

Uma comunidade singular no cenário internacional.

Sem dividir fronteiras e distribuídos por quatro continentes, os países que têm o português como língua oficial reúnem realidades econômicas, políticas e sociais distintas, ao mesmo tempo em que compartilham uma herança linguística que estrutura vínculos históricos, culturais e simbólicos duradouros. O Barómetro da Lusofonia parte desse elo comum para observar como os cidadãos desses países percebem suas próprias vidas, seus contextos nacionais e o espaço mais amplo da lusofonia.

Esta primeira edição do estudo reúne dados de oito países que expressam, cada um ao seu modo, a riqueza da Comunidade Lusófona: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Um conjunto que inclui desde países insulares com menos de 1 milhão de habitantes, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, até o Brasil, sétimo no globo em número de habitantes, segundo dados populacionais da ONU (2024). Por razões logísticas e operacionais, a Guiné Equatorial não foi contemplada na amostra – sua participação está prevista para a próxima edição.

Do ponto de vista socioeconômico, a Comunidade Lusófona abrange economias com variados níveis de renda. A classificação do Banco Mundial (2024) coloca Portugal entre os países de renda alta (PIB per capita de cerca de US\$ 29,3 mil em 2024) e, na faixa de renda média-alta, Brasil (aproximadamente US\$ 10,3 mil) e Cabo Verde (cerca de US\$ 5,2 mil). Na categoria de renda média-baixa, encontram-se São Tomé e Príncipe (cerca de US\$ 2,5 mil), Angola (em torno de US\$ 2,1 mil), Timor-Leste (aproximadamente US\$ 1,5 mil) e Guiné-Bissau (em torno de US\$ 1,2 mil). Com PIB per capita inferior a US\$ 1,0 mil, Moçambique se enquadra entre os países de renda baixa.

Segundo dados do PNUD, Portugal é o único país do grupo com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) classificado como muito alto (0,89). Esse indicador, que mensura o bem-estar geral com base na renda, na educação e na expectativa de vida, coloca o Brasil em segundo lugar no grupo, com IDH considerado alto (0,79). Na faixa de IDH médio encontram-se Cabo Verde (0,67), São Tomé e Príncipe (0,64), Timor-Leste (0,63) e Angola (0,62). Guiné-Bissau e Moçambique listam entre os países com baixo IDH (0,51 e 0,49, respectivamente). Nesses últimos, dados do Banco Mundial (2022) e da OMS (2022) indicam que o baixo IDH se combina com maiores déficits de infraestrutura e serviços básicos, como acesso à eletricidade e ao saneamento, com taxas de acesso inferiores a 40%.

Quanto à forma como os recursos e oportunidades são distribuídos, o Brasil é o país internamente mais desigual no espaço lusófono, registrando 51,6 no Índice Gini, principal indicador internacional de desigualdade. Esse escore coloca o país em grau de desigualdade similar ao de países com médio IDH, como Angola (Índice Gini 51,3); e IDH baixo, como Moçambique (Gini: 49,6). Em posição intermediária, combinando médio IDH com níveis relativamente moderados de desigualdade, encontram-se Cabo Verde (Gini 42,4) e São Tomé e Príncipe (Gini 40,7). Os menores escores no Índice Gini são registrados em Portugal (33,8), na Guiné-Bissau (Gini: 33,7); e no Timor-Leste (28,7).

Esse descompasso revela que desenvolvimento humano e equidade distributiva não avançam necessariamente no mesmo ritmo entre os países da Comunidade, o que evidencia alguns dos desafios estruturais do espaço lusófono.

TABELA 1 – PAÍSES DO BARÓMETRO: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

País	População (milhões, 2024)	PIB per capita US\$ (2023)	IDH (2023)	Índice Gini	Acesso à eletricidade (% , 2022)	Acesso a saneamento (% , 2022)
Brasil	213,4	10.310	0,79 (alto)	51,6 (2023)	99,8	90,9
Angola	37,9	2.122	0,62 (médio)	51,3 (2018)	51,1	52,2
Moçambique	34,6	656	0,49 (baixo)	49,6 (2022)	34,0	37,4
Portugal	10,7	29.292	0,89 (muito alto)	33,8 (2023)	100,0	99,7
Guiné-Bissau	2,1	1.225	0,51 (baixo)	33,4 (2021)	30,4	28,6
Timor-Leste	1,4	1.509	0,63 (médio)	28,7 (2014)	75,4	58,4
Cabo Verde	0,5	5.192	0,67 (médio)	42,4 (2015)	98,6	83,0
São Tomé e Príncipe	0,2	3.300	0,64 (médio)	40,7 (2017)	70,1	49,2

Fontes: População (2024) e PIB per capita (US\$, 2023): Banco Mundial, World Development Indicators; IBGE, Censo 2022. IDH: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Human Development Report 2025 (ano-base 2023). Índice de Gini: Banco Mundial, Poverty and Inequality Platform (PIP) – Key Inequality Indicators (último ano disponível por país).

No plano político-institucional, o universo analisado pelo Barómetro da Lusofonia engloba países com diferentes níveis de consolidação democrática.

Indicadores internacionais apresentam um quadro composto tanto por países com altas pontuações em níveis de estabilidade institucional, quanto por realidades marcadas por limitações estruturais ao pluralismo político, além de outros sintomas de fragilidade democrática.

O índice *Freedom in the World* (FREEDOM HOUSE, 2025), que considera dimensões como direitos políticos e liberdades civis, classifica alguns países do grupo como regimes “livres”, caracterizados pela existência de instituições eleito-

rais formais e pela realização regular de eleições; enquanto outros são classificados como “parcialmente livres”, situação associada à combinação de processos eleitorais formais e restrições significativas às liberdades civis.

As diferenças chamam a atenção para as especificidades dos arranjos institucionais e das trajetórias democráticas no espaço analisado, indicando desafios contextuais para a consolidação do Estado de Direito e de efetividade das garantias democráticas.

Tal diversidade encontra seu eixo comum no compartilhamento linguístico: a língua portuguesa assume, nos oito países estudados, o estatuto de língua oficial, com diferentes configurações no seu uso social.

Em Portugal e no Brasil, o português é praticamente universal como língua materna e organiza, de forma quase exclusiva, a vida pública e privada. Em Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, atua principalmente como língua oficial e de comunicação interétnica, coexistindo com línguas de origem africana e crioulos que seguem importantes no cotidiano da população. São Tomé e Príncipe apresenta uma situação intermediária, com uso generalizado do português na esfera pública, ao lado de variedades crioulas; enquanto no Timor-Leste o português, ainda que minoritário como língua materna,

desempenha função estratégica na formação do Estado, no sistema educacional e na projeção internacional do país.

Assim, à semelhança da comunidade francófona e diferentemente do espaço anglófono, marcado pela centralidade do inglês como língua global de comunicação econômica, científica e tecnológica, em alguns países da Comunidade Lusófona o português funciona como elemento articulador em sociedades multilíngues, assumindo funções identitárias, institucionais e simbólicas no interior da Comunidade e para além dela.

Um instrumento de estudo e produção de conhecimento específico para a Comunidade Lusófona.

Inspirado em outros barômetros transnacionais, como os que analisam o espaço europeu, o mundo árabe ou a América Latina, o Barómetro da Lusofonia baseia-se na escuta direta das populações e na análise comparativa. Todavia, uma vez que a Comunidade em questão se configura como tal principalmente pela língua comum, propiciando a circulação de referências históricas e simbólicas específicas, o estudo dedica particular atenção à dimensão cultural. Ao observar como essas referências compartilhadas se expressam nos diversos contextos nacionais estudados, o Barómetro identifica padrões de aproximação no interior da Comunidade Lusófona, preservando a diversidade de experiências e trajetórias que a compõem.

O nome do projeto é representativo desse contexto. Ao longo da concepção do Barómetro da Lusofonia, uma das questões dis-

cutidas no âmbito do Conselho Consultivo foi a padronização da grafia. Isso se deve ao fato de que, no espaço lusófono, coexistem diferentes usos ortográficos da palavra, refletindo variações nacionais da língua portuguesa: barômetro, barómetro ou mesmo a forma sem acento. Considerando o caráter internacional da iniciativa e a diversidade dos países envolvidos, optou-se deliberadamente pela grafia sem acento, como forma neutra e comum a todos os cenários linguísticos. Essa escolha busca afirmar o Barómetro da Lusofonia como um projeto compartilhado, de vocação transnacional, no qual a pluralidade linguística é parte constitutiva de sua identidade.

O estudo explora cinco grandes eixos temáticos. O primeiro aborda condições de vida, expectativas futuras e principais preocupações, indicando a agenda da população em

cada país. O segundo examina valores sociais, aspectos identitários e percepções sobre desigualdade de gênero, diversidade sexual, imigração e memória histórica da escravidão. O terceiro eixo analisa as percepções sobre o desempenho da democracia, a participação política, o consumo de informação e o impacto da desinformação.

O quarto trata das dinâmicas de intercâmbio cultural, circulação simbólica e prestígio cultural entre os países lusófonos. O quinto eixo examina percepções sobre a CPLP, seu papel estratégico, suas áreas prioritárias de atuação e seu potencial como instrumento de cooperação e concertação internacional.

Um horizonte compartilhado de expectativas e a existência de padrões que definem a experiência lusófona contemporânea.

Os achados do Barómetro indicam a distinção consistente entre a avaliação da vida pessoal e a avaliação do país. Em praticamente todos os contextos, os indivíduos tendem a expressar maior satisfação com suas próprias trajetórias do que com a situação nacional. Essa dissociação sugere que experiências cotidianas e estratégias individuais convivem com leituras mais críticas do ambiente político, econômico e institucional, frequentemente influenciadas pelo debate público, seja nas redes sociais ou na cobertura midiática.

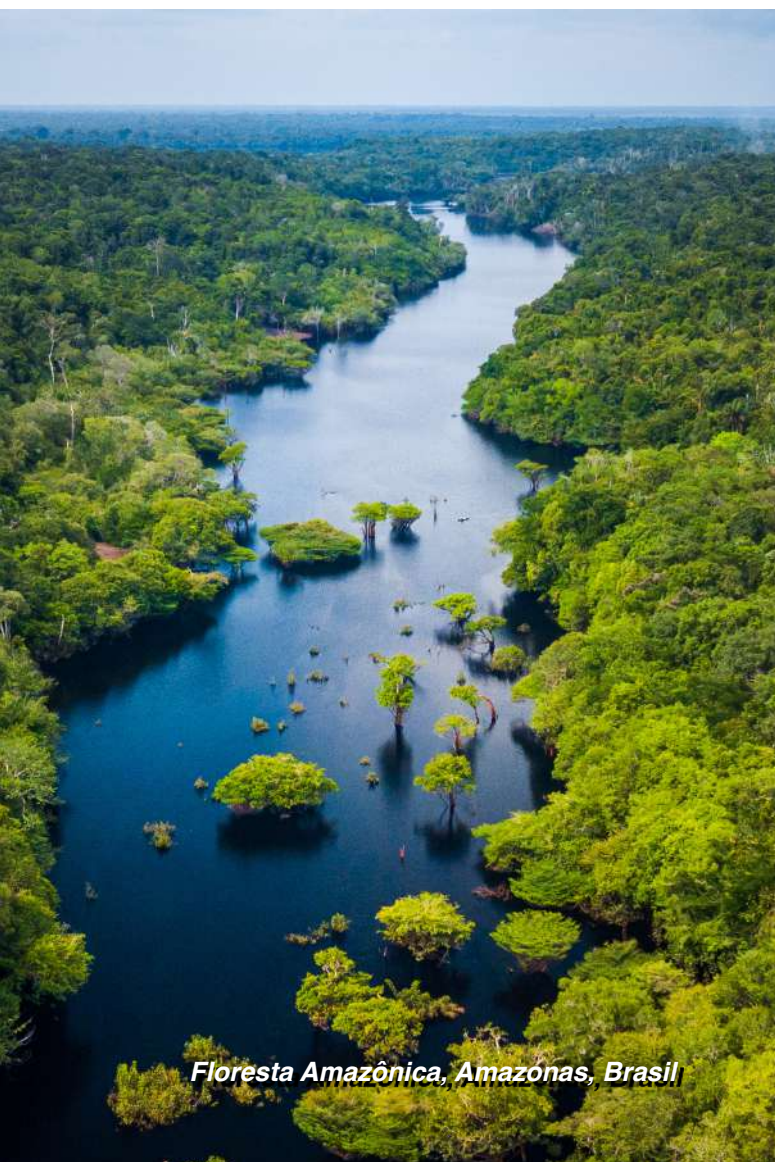
Por outro lado, a combinação de lucidez em relação às dificuldades e aposta na possibilidade de mudança aparece como um traço transversal à Comunidade Lusófona. Mesmo em países onde o presente é avaliado de forma mais crítica, predomina uma visão mais positiva em relação ao futuro. A insatisfação com o hoje, em lugar de resignação, parece amplificar a esperança de melhorias.

Em meio à diversidade histórica e socioeconômica, um núcleo comum de preocupações estruturais atravessa praticamente todos os países: saúde, educação e desemprego formam uma tríade recorrente, ainda que com pesos e ordenações distintas. Em Angola, Cabo Verde e Timor-Leste, essa tríade se articula com questões macroeconômicas (inflação, economia e desemprego), revelando sociedades particularmente sensíveis à instabilidade ma-

terial e ao impacto direto das condições econômicas no cotidiano das famílias. Na Guiné-Bissau, saúde e educação destacam-se frente a outros problemas, sinalizando carências básicas ainda não equacionadas. Moçambique se distingue pela persistência da instabilidade política e temor de conflitos armados, sobretudo entre os mais velhos, cuja memória da guerra civil ainda estrutura a percepção de risco. São Tomé e Príncipe evidencia a centralidade da infraestrutura básica, enquanto Portugal é o único país em que a imigração aparece como problema relevante, em sintonia com tensões contemporâneas do espaço europeu.

Face às demandas mais concretas e imediatas, questões identitárias e de direitos, como racismo, desigualdade de gênero e discriminação contra a população LGBTQIA+ são percebidas de forma periférica no conjunto da Comunidade, mesmo onde as estatísticas oficiais indicam elevados níveis de violência contra essas minorias.

A questão de gênero aparece como tema relevante, porém não consensual, com disputas sobre a existência e gravidade da desigualdade nesse campo. Já em relação à diversidade sexual, emerge um padrão conflitante: predominam posições conservadoras quanto às uniões homoafetivas e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de que pessoas LGBTQIA+ sofrem discriminação. A percepção do



Floresta Amazônica, Amazonas, Brasil

preconceito, portanto, nem sempre se converte em apoio à ampliação de direitos.

Do mesmo modo, os dados indicam que a questão ambiental tem um longo caminho a percorrer nas terras lusófonas. É quase unânime a avaliação de que os países-membros não estão preparados para lidar com eventos climáticos extremos, o que aponta para uma fragilidade estrutural compartilhada frente a um dos maiores desafios globais contemporâneos. Chama atenção, ainda, o contraste entre essa avaliação crítica quando estimulada e a quase ausência do tema na agenda espontânea de preocupações nacionais,

indicando que a crise ambiental é percebida como ameaça latente, mas ainda não está plenamente incorporada às pautas cotidianas nesses países.

Os resultados apontam para uma consciência ampla sobre a importância de transmitir às novas gerações o conhecimento sobre a escravidão de povos africanos, com forte apoio à presença do tema na escola. Essa disposição se conecta a uma leitura igualmente disseminada de que seus efeitos não pertencem apenas ao passado: o legado escravocrata é percebido como tendo impactos duradouros nas dimensões social, política, econômica e cultural, estruturando desigualdades, relações de poder e identidades no presente.

No campo dos valores e da convivência, predomina nos países pesquisados a autoimagem de abertura e acolhimento aos imigrantes. Portugal destoa nesse quesito: é o único país em que prevalece a percepção de um ambiente pouco favorável aos que vêm de fora, refletindo tensões atuais associadas ao aumento do fluxo migratório em países da Europa.

No eixo político, os dados sugerem democracias em que o voto permanece fortemente valorizado como princípio, mas convive com o desencanto institucional e dificuldades de mobilização efetiva.

Esse quadro é atravessado pelas transformações do ecossistema informacional, marcadas pela crescente centralidade das plataformas digitais e por ampla exposição à desinformação, geralmente reconhecida como nociva. Em conjunto, os dados apontam para um desafio comum: preservar a legitimidade da democracia exige fortalecer a qualidade do debate público, ampliar confiança nas instituições e reduzir a distância entre expectativas sociais e resultados percebidos.

Uma Comunidade culturalmente ativa, com elevado interesse mútuo entre os países-membros.

O Barómetro também evidencia uma lusofonia culturalmente ativa, com alto interesse declarado por referências culturais dos outros países da Comunidade e circulação transnacional de bens simbólicos (música, audiovisual, esportes e informação).

Esse intercâmbio, entretanto, ainda ocorre de forma assimétrica quanto aos polos de produção e visibilidade, o que reforça a relevância de ações de articulação econômica e cultural entre os países.

Nesse âmbito, a CPLP emerge como organização desejada e legitimada em seus valores, embora permaneça o desafio de fazer-se ainda mais conhecida e visível nas populações dos países-membros.

Os resultados indicam elevada adesão aos objetivos da CPLP e ampla atribuição de importância à missão de promover a integração entre os países de língua portuguesa. Em praticamente todos os países pesquisados, é expressiva a valorização dos princípios que estruturam a Comunidade: cooperação, articulação econômica e cultural, concertação diplomática e atuação conjunta em fóruns internacionais.

As aspirações de cooperação dirigidas à entidade se organizam em torno de um núcleo comum, no qual economia e comércio, educação e pesquisa, e combate à pobreza e à desigualdade concentram as maiores expectativas, ainda que em ordens distintas conforme o país.

O ideário da lusofonia encontra, assim, legitimidade social, em consonância com os objetivos enunciados na Declaração Constitutiva da CPLP, que define a Comunidade como um



espaço de “amizade, cooperação e solidariedade” entre povos unidos pela língua portuguesa, em torno de uma visão compartilhada de desenvolvimento e democracia.

Tal diagnóstico converge com as diretrizes do Relatório Final do GT Visão: A Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026), que aponta a necessidade de transformar afinidades históricas e linguísticas em políticas públicas, intercâmbios efetivos e benefícios perceptíveis para os cidadãos.

Nesse sentido, os dados do Barómetro indicam que os fundamentos simbólicos e emocionais para a consolidação e fortalecimento de uma Comunidade Lusófona – desejada, legitimada e potencialmente mobilizadora – já estão lançados.



Mulher muhacaõna, Cunene, Angola

Vida Pessoal e Situação do País

01



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**

Satisfação com a vida pessoal

Avaliação da vida pessoal melhor que a avaliação do país.

Esta primeira edição do Barómetro da Lusofonia revela uma dissociação entre o olhar que as pessoas lançam sobre suas próprias vidas e aquele que dirigem aos seus países. Em quase toda a Comunidade, a satisfação com a vida pessoal é mais elevada do que a avaliação do contexto nacional.

Os resultados nesse quesito falam menos de prosperidade objetiva e mais de resiliência, de redes de apoio, de estratégias cotidianas de sobrevivência e de atribuição de sentido às experiências pessoais: mesmo nos países com menor IDH (Guiné-Bissau e Moçambique), os cidadãos lançam um olhar generoso sobre sua vida pessoal. Isso se reflete em uma média geral de 6,3, com mediana de 5,9.

Brasil e Portugal lideram o *ranking* de avaliação da vida pessoal. O primeiro apresenta a maior média de satisfação (7,9), com 82% dos entrevistados concentrados no topo da escala (notas de 7 a 10) e apenas 3% no extremo negativo (notas de 0 a 3). Ocupando a segunda posição, Portugal apresenta média de 7,4 e distribuição semelhante: 78% de avaliações no topo da escala e apenas 1% de notas de 0 a 3.

Em um segundo patamar aparece Cabo Verde, com média de 6,6, ligeiramente acima da média geral da Comunidade (6,3). Naquele país, mais da metade dos entrevistados (51%) atribui notas entre 7 e 10 à satisfação com a vida. Um contingente de 44% concentra-se em notas de 4 a 6; e 5% encontram-se no extremo negativo, com notas de 0 a 3.

Demais países apresentam nível de satisfação com a vida pessoal abaixo da média

Neste tópico, a análise dos dados combina dois tipos de informação.

De um lado, considera-se a média geral de satisfação com a vida, atribuída em uma escala que vai de 0 (pior vida possível) a 10 (melhor vida possível).

De outro, observa-se o percentual de respostas ao longo da escala, agrupadas em três faixas:

- notas de 7 a 10, reunindo avaliações mais positivas;
- notas de 4 a 6, que expressam percepções positivas, porém menos entusiasmadas;
- e notas de 0 a 3, indicativas de franca insatisfação.

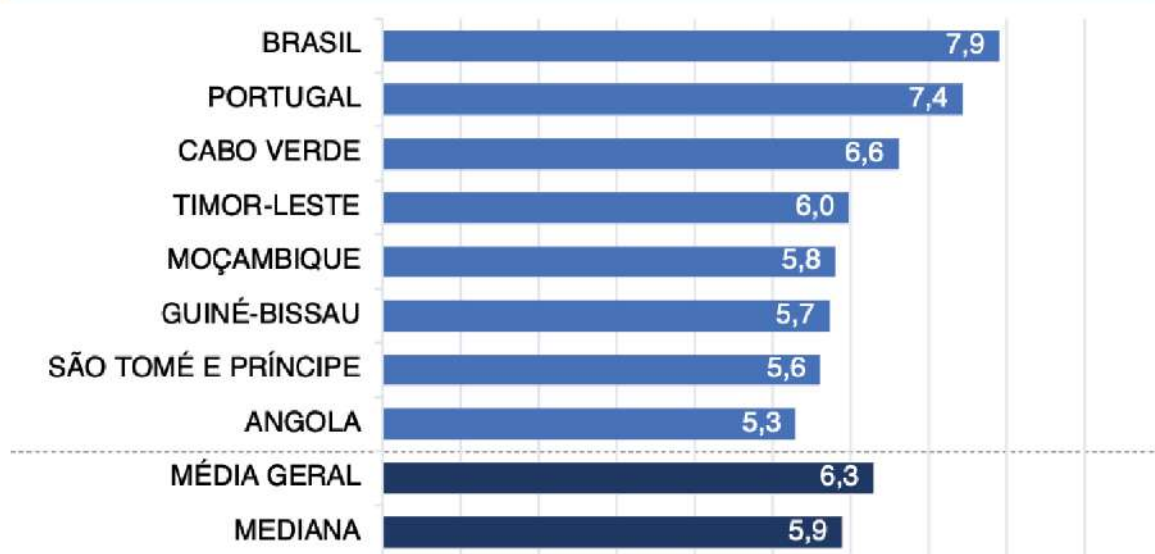
geral, mas com variações importantes. Com média 6,0, Timor-Leste registra padrão intermediário, com a menor proporção de respostas no topo da escala (7 a 10: 28%) e a maior concentração de notas medianas (4 a 6: 68%). Os insatisfeitos com a vida pessoal ficam abaixo de 5%, assim como no Brasil, Portugal e Cabo Verde.

Vêm em seguida, com médias bastante próximas, Moçambique (5,8), Guiné-Bissau (5,7) e São Tomé e Príncipe (5,6). Embora abaixo da média geral, em Moçambique as notas mais altas (7 a 10: 43%) superam as intermediárias (4 a 6: 37%). Essa tendência se inverte em Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, que apresentam perfis muito próximos. Em ambos os países, cerca de metade dos entrevistados se posiciona na faixa intermediária da escala (50% e 49%, respectivamente), enquanto aproximadamente um terço concentra-se no topo (34%

e 32%). Por outro lado, os três países apresentam percentuais de insatisfação bastante próximos, variando entre 18% (Moçambique) e 16% (Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe).

Angola ocupa a última posição no *ranking*. Este país apresenta a menor média de satisfação com a vida (5,3) e a maior proporção de respostas no extremo negativo da escala: 23% atribuem notas entre 0 e 3.

**GRÁFICO 1 – AVALIAÇÃO DA VIDA PESSOAL
(MÉDIAS/ ESCALA DE NOTAS DE 0 A 10)**



**TABELA 2 – AVALIAÇÃO DA VIDA PESSOAL (%)
ESCALA DE NOTAS DE 0 A 10**

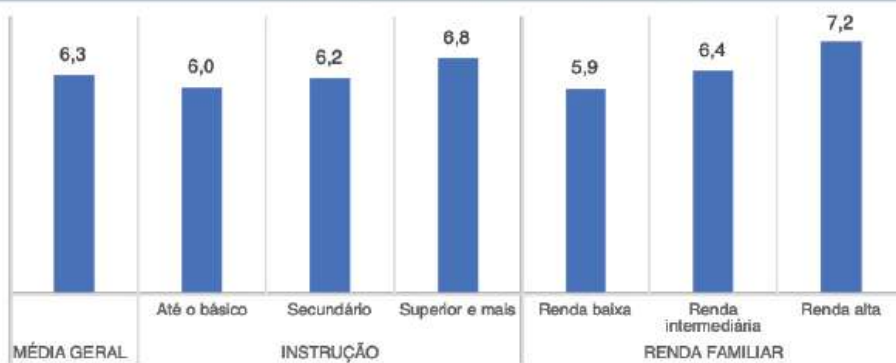
NOTAS (%)	PAÍS							
	BRASIL	PORTUGAL	CABO VERDE	TIMOR-LESTE	MOÇAMBIQUE	GUINÉ-BISSAU	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	ANGOLA
0-3	3	1	5	4	18	16	16	23
4-6	14	20	44	68	37	50	49	43
7-10	82	78	51	28	43	34	32	33
NS / NR	1	1	0	0	2	0	2	1
MÉDIA	7,9	7,4	6,6	6,0	5,8	5,7	5,6	5,3

PERGUNTA: De 0 a 10, como o(a) Sr(a) avalia a sua vida atual, sabendo que 0 significa a pior vida possível e 10 significa a melhor vida possível?

Diferenças por escolaridade e renda.

No conjunto da Comunidade Lusófona, a média de satisfação com a vida pessoal (6,3) sobe proporcionalmente ao nível de instrução e à renda familiar. Quanto à instrução, a média é de 6,0 entre os que estudaram até o básico; 6,2 entre os que têm ensino secundário; e 6,8 entre os que possuem ensino superior ou mais. Esse resultado é de 5,9 na faixa de renda baixa; 6,4 entre os que estão na faixa de renda intermediária; e 7,2 na faixa de renda mais alta.

GRÁFICO 2 - NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM A VIDA POR INSTRUÇÃO E RENDA FAMILIAR (%)



PERGUNTA: De 0 a 10, como o(a) Sr(a) avalia a sua vida atual, sabendo que 0 significa a pior vida possível e 10 significa a melhor vida possível?



Situação do país

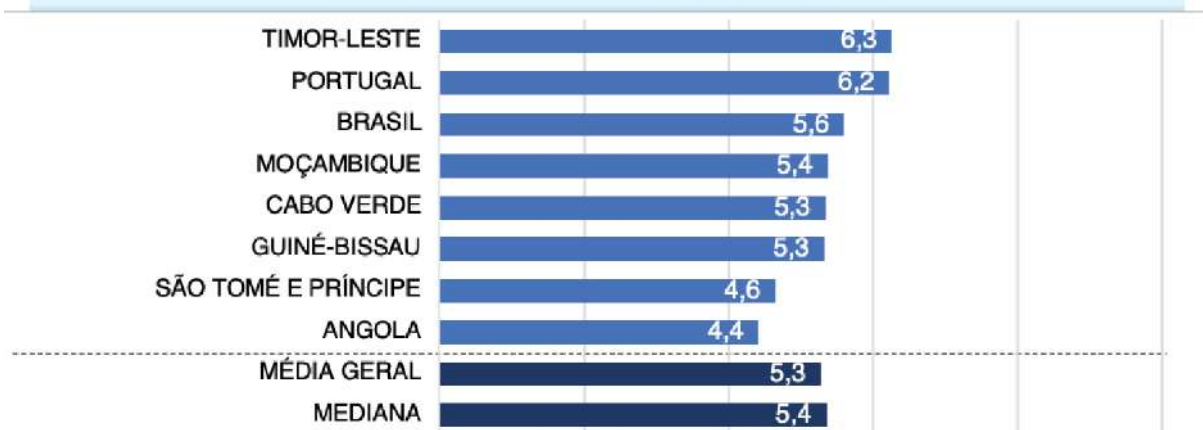
Quando o olhar se volta para o país, as avaliações tornam-se mais críticas, com média geral de 5,3 – inferior aos 6,3 registrados na avaliação da vida pessoal.

A análise por país revela três patamares distintos. No primeiro, com médias bastante próximas, situam-se Timor-Leste (6,3) e Portugal (6,2). No segundo nível aparecem Brasil (5,6), Moçambique (5,4) e, empatados, Cabo Verde e Guiné-Bissau (ambos com média de 5,3). Os menores níveis médios de

avaliação do país são registrados em São Tomé e Príncipe (4,6) e Angola (4,4).

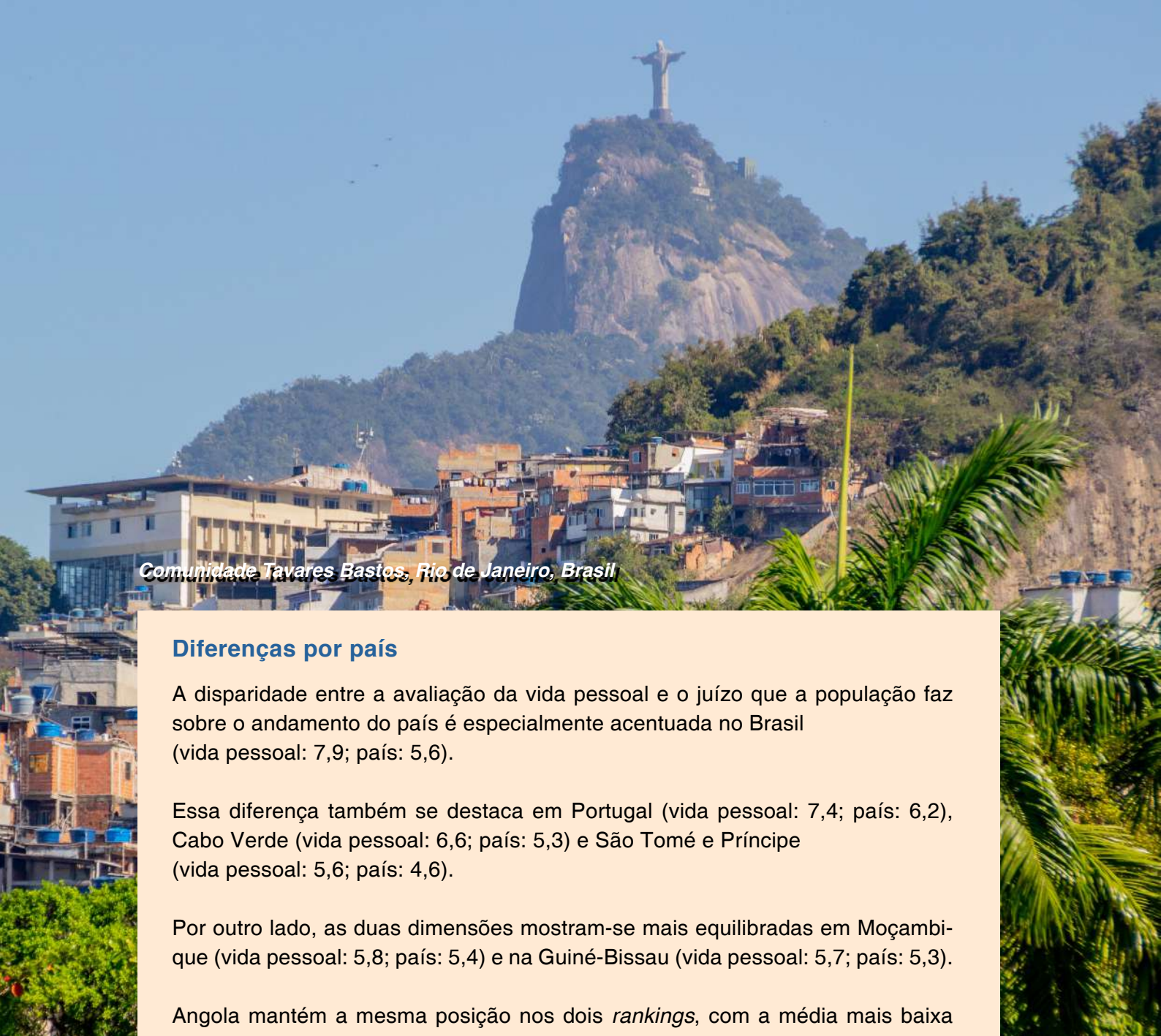
Timor-Leste é o único em que a média de avaliação do país (6,3) supera a da vida pessoal (6,0). Em todos os demais, observa-se o movimento inverso.

**GRÁFICO 3 – AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO PAÍS
(MÉDIAS/ESCALA DE NOTAS DE 0 A 10)**



PERGUNTA: Que nota de 0 a 10 o(a) Sr(a) dá para o desenvolvimento social e econômico do seu país atualmente?





Comunidade Tavares Bastos, Rio de Janeiro, Brasil

Diferenças por país

A disparidade entre a avaliação da vida pessoal e o juízo que a população faz sobre o andamento do país é especialmente acentuada no Brasil (vida pessoal: 7,9; país: 5,6).

Essa diferença também se destaca em Portugal (vida pessoal: 7,4; país: 6,2), Cabo Verde (vida pessoal: 6,6; país: 5,3) e São Tomé e Príncipe (vida pessoal: 5,6; país: 4,6).

Por outro lado, as duas dimensões mostram-se mais equilibradas em Moçambique (vida pessoal: 5,8; país: 5,4) e na Guiné-Bissau (vida pessoal: 5,7; país: 5,3).

Angola mantém a mesma posição nos dois *rankings*, com a média mais baixa tanto na avaliação da vida pessoal (5,3) quanto na percepção sobre o desenvolvimento económico e social do país (4,4).

TABELA 3 – DIFERENÇA ENTRE A AVALIAÇÃO DA VIDA PESSOAL E A AVALIAÇÃO DO PAÍS

País	Vida pessoal	País	Dif.
Brasil	7,9	5,6	-2,3
Portugal	7,4	6,2	-1,2
Cabo Verde	6,6	5,3	-1,3
Timor-Leste	6,0	6,3	+0,3
Moçambique	5,8	5,4	-0,4
Guiné-Bissau	5,7	5,3	-0,4
São Tomé e Príncipe	5,6	4,6	-1,0
Angola	5,3	4,4	-0,9

Para além das médias, a distribuição das avaliações ao longo da escala de notas revela nuances importantes.

No Timor-Leste, observa-se maior concentração de opiniões na faixa intermediária (notas de 4 a 6: 54%) do que na faixa mais elevada (7 a 10: 40%), o que sugere uma percepção predominantemente moderada ou cautelosa, ainda que positiva, sobre o país. Apenas 4% situam-se no extremo negativo da escala (0 a 3).

Com média próxima à de Timor-Leste, Portugal apresenta opiniões mais equilibradas entre avaliações intermediárias (48%) e expressamente positivas (46%). No país europeu, apenas 5% atribuem notas de 0 a 3.

No Brasil, terceiro colocado na avaliação do país, as opiniões também se distribuem de forma quase equitativa entre as mais favoráveis (7 a 10: 40%) e as intermediárias (4 a 6: 41%). Contudo, a proporção de avaliações negativas é significativamente superior à observada em Portugal e no Timor-Leste (0 a 3: 18%).

Moçambique regista 34% de notas de 7 a 10, posicionando-se em quarto lugar. As avaliações intermediárias somam 42%, en-

quanto as negativas alcançam 23%.

Entre os países da Comunidade, Cabo Verde é o que apresenta maior tendência à moderação na avaliação do país, com expressiva concentração de notas na faixa intermediária (4 a 6: 60%). As opiniões mais favoráveis representam 27%, e as desfavoráveis, 13%. Embora apresente a mesma média de Cabo Verde (5,3), Guiné-Bissau se diferencia deste por um percentual mais elevado de avaliações negativas (20%). As notas intermediárias chegam a 50%, e as avaliações positivas somam 30%.

Na penúltima posição do *ranking* (média 4,6), São Tomé e Príncipe apresenta predominância de avaliações intermediárias (49%). Nos extremos, contudo, as avaliações negativas (27%) superam as positivas (20%).

Em Angola também predominam as notas intermediárias (4 a 6: 43%), mas o país regista o maior percentual de avaliações expressamente negativas (0 a 3: 35%). Cerca de um quinto dos entrevistados (21%) avalia positivamente o desenvolvimento económico e social do país.

TABELA 4 – AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO DO PAÍS (%)
ESCALA DE NOTAS DE 0 A 10

NOTAS (%)	PAÍS							
	TIMOR-LESTE	PORTUGAL	BRASIL	MOÇAMBIQUE	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	ANGOLA
0-3	4	5	18	23	13	20	27	35
4-6	54	48	41	42	60	50	49	43
7-10	40	46	40	34	27	30	20	21
NS / NR	2	1	1	1	0	0	3	1
MÉDIA	6,3	6,2	5,6	5,4	5,3	5,3	4,6	4,4

PERGUNTA: Que nota de 0 a 10 o(a) Sr(a) dá para o desenvolvimento social e económico do seu país atualmente?

Timor-Leste e Angola: dois padrões opostos de avaliação do país e da vida pessoal.

Timor-Leste e Angola representam casos contrastantes dentro da Comunidade Lusófona no que se refere à relação entre satisfação com a vida pessoal e avaliação do desenvolvimento social e econômico do país. O contexto histórico, que dá suporte às referências implícitas de comparação utilizadas pelos entrevistados, ajuda a compreender esses resultados.

Timor-Leste ocupa o primeiro lugar no *ranking* de avaliação do desenvolvimento socioeconômico e social (média 6,3), enquanto aparece em quarto lugar na satisfação com a própria vida (média 6,0). Na distribuição ao longo da escala, 40% dos timorenses atribuem notas entre 7 e 10 ao desenvolvimento do país. Já na avaliação da vida pessoal, apenas 28% situam-se no topo da escala.

Esse padrão sugere que, no Timor-Leste, a avaliação do país é longitudinal, e não em relação a patamares absolutos de desenvolvimento. A referência implícita parece ser menos “onde estamos em comparação aos países mais desenvolvidos” e mais “de onde viemos”. A independência recente, conquistada em 2002 após décadas de ocupação, violência e desorganização institucional, bem como o processo ainda em curso de reconstrução do Estado, das infraestruturas e dos serviços básicos, contribuem para uma percepção social de avanço e consolidação. Assim, mesmo com limitações materiais persistentes no cotidiano, a percepção de progresso ao longo do tempo eleva a avaliação de percepção do desenvolvimento nacional.

Em Angola, observa-se o padrão oposto. O país ocupa a última posição tanto na satisfação com a vida pessoal (média 5,3) quanto na avaliação do desenvolvimento nacional (média 4,4). A avaliação do país é marcada por significativa presença de opiniões negativas: 35% dos angolanos atribuem notas entre 0 e 3 ao desenvolvimento econômico e social, e 23% avaliam sua vida de forma expressamente negativa.

Nesse caso, a avaliação do país parece ancorada menos na trajetória recente e mais na comparação com expectativas de desempenho econômico e social não realizadas, sobretudo em um contexto de abundância de recursos naturais e de longo período de estabilidade política formal após o fim da guerra civil. A frustração com o ritmo e a distribuição do desenvolvimento tende a contaminar a avaliação da vida pessoal, reduzindo a dissociação observada no caso timorense.

A comparação entre Timor-Leste e Angola evidencia, assim, dois modelos distintos de relação entre indivíduo e Estado. No primeiro, predomina uma avaliação orientada pela trajetória histórica e pela percepção de consolidação nacional; no segundo, uma leitura mais imediata e crítica do desempenho do país, com maior impacto sobre o bem-estar subjetivo. Esses dois casos ajudam a compreender a variedade de padrões observados na Comunidade Lusófona na articulação entre experiência individual e percepção do desenvolvimento coletivo, e contribuem para dimensionar as expectativas sobre o futuro.

Expectativas quanto ao futuro do país

Prevalece o otimismo.

No conjunto dos países pesquisados, parcela de 52% acredita que seu país vai “melhorar muito/melhorar” nos próximos 12 meses, enquanto 23% avaliam que “não vai se alterar” e 21% projetam que irá “piorar muito/piorar”.

Esse aparente desencontro entre o presente avaliado com rigor e o futuro imaginado com esperança sugere que a insatisfação e o desencanto não se traduzem, automaticamente, em resignação. Em países como Timor-Leste, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a confiança no amanhã supera de forma expressiva a avaliação do hoje, revelando sociedades que apostam na mudança mesmo quando reconhecem limitações conjunturais ou estruturais.

Timor-Leste, único país asiático da Comunidade Lusófona, destaca-se nesse conjunto. Os timorenses, que apresentam a visão mais positiva do contexto atual do país (média de 6,3), são também os mais esperançosos em relação ao futuro: 87% afirmam que o país vai “melhorar muito/melhorar”, frente a irrisório 1% de pessimistas. Esse otimismo pode estar associado a desenvolvimentos sociopolíticos recentes. Nos últimos anos, Timor-Leste tem vivido um período de estabilidade política relativa quando comparado a fases anteriores de sua história, sem o registro de rupturas institucionais de grande magnitude.

Ao mesmo tempo, mobilizações recentes, como os protestos protagonizados pela chamada Geração Z, evidenciam a persistência de demandas por maior responsividade do sistema político, mas também a capacidade de processamento institucional dessas tensões. Some-se a esse quadro o avanço em

processos de integração internacional, como a adesão à OMC (Organização Mundial do Comércio) e à ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), que amplia o horizonte econômico do país e tende a reforçar percepções positivas sobre o futuro.

Tendência semelhante se observa na Guiné-Bissau. A despeito da avaliação pouco entusiasmada da vida pessoal e do país no momento da pesquisa, 79% apostam em melhorias no futuro próximo. Vale ressaltar que a coleta de dados ocorreu antes do golpe de Estado, que houve no país em novembro de 2025.

Em patamares próximos, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe acompanham a tendência predominante entre os países da Comunidade: olhar mais crítico para o presente e mais esperança no futuro. Em Moçambique, os otimistas passam da metade (51%). Cabo Verde e São Tomé e Príncipe registram, ambos, 47%.

Reiterando o humor menos positivo acerca do presente do que o identificado nos demais países da Comunidade, Angola se distancia dos vizinhos africanos nas projeções para 2026. Ainda que o otimismo sobre o futuro prepondere, fica abaixo do registrado na Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: 42%.

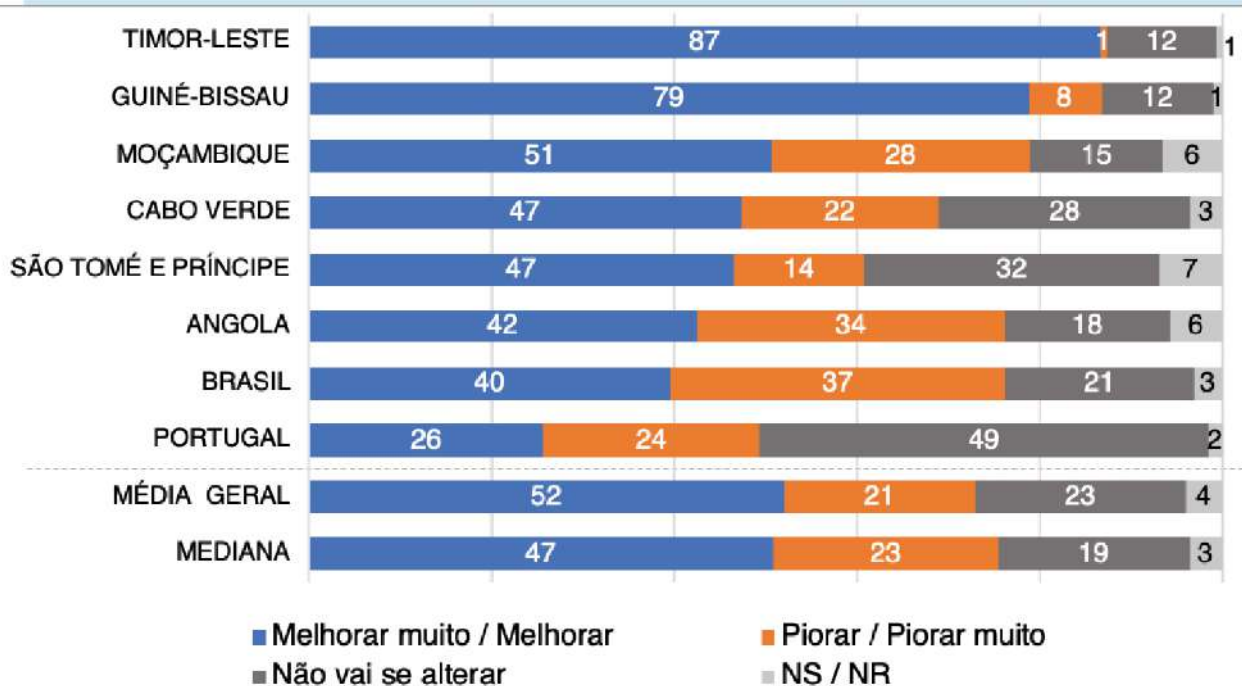
Nível semelhante de expectativa sobre o futuro próximo é identificado no Brasil (Vai melhorar muito/ melhorar: 40%). Afetado por crises institucionais e forte polarização política, o Brasil apresenta a maior proporção de pessoas que acreditam que o país vai “piorar/piorar muito” nos próximos 12 meses (37%).

O caso português destoa dos demais nas expectativas para o futuro próximo. Embora figure na segunda posição no *ranking* de avaliação da situação atual (com média de 6,2), Portugal registra maior prudência quando a análise se projeta para o futuro. Esta atitude cautelosa pode estar ancorada em referências ambivalentes: apesar dos bons indicadores socioeconômicos, relatórios da Comissão Europeia e do Fundo Monetário Internacional em 2024 apontam limitações persistentes ao potencial de expansão da economia portuguesa, associadas a fatores como baixa produtividade, envelhecimento populacional e restrições ao investimento. Esse quadro pode contribuir para uma perspectiva menos orientada a expectativas

imediatas de transformação e mais voltada à gestão de limites percebidos e à projeção de aspirações de longo prazo. Assim, entre os portugueses, 49% acreditam que o país “não vai se alterar” nos próximos 12 meses, enquanto 26% apostam em melhora e 24% preveem piora.

Em todos os casos, trata-se menos de negar ou realçar as dificuldades e mais de expressar, por caminhos distintos, as projeções sobre o futuro. No conjunto, o Barómetro desenha uma lusofonia em que a esperança funciona como recurso simbólico central: não como negação das dificuldades, mas como aposta persistente na possibilidade de transformação.

GRÁFICO 4 – EXPECTATIVA EM RELAÇÃO AO PAÍS NOS PRÓXIMOS 12 MESES (%)



PERGUNTA: Pensando nos próximos 12 meses, o(a) Sr(a) acredita que o seu país vai melhorar muito, melhorar, não vai se alterar, vai piorar ou vai piorar muito?

Principais problemas

Saúde, educação e desemprego: a tríade de desafios dos países da Comunidade Lusófona.

Saúde (53%), educação (43%) e desemprego (34%) concentram os principais problemas dos países de língua portuguesa, na visão dos seus cidadãos. As preocupações centrais se ancoram, portanto, na qualidade dos serviços públicos e nas condições de inserção económica. Em um segundo patamar aparecem temas como violência (18%), inflação (17%) e acesso a água, energia e saneamento básico (15%), reforçando a importância de questões ligadas à qualidade de vida e à capacidade do Estado de responder a demandas essenciais.

Esse combo de preocupações ajuda a explicar o rigor com que a situação presente dos países é avaliada, ao mesmo tempo em que ilumina o conteúdo das expectativas em relação ao futuro: o otimismo registrado em diversos países parece menos associado a uma percepção de conforto atual e mais à esperança de avanços concretos nessas áreas prioritárias, especialmente na ampliação do acesso a serviços, na geração de empregos e na melhoria das condições de vida.

GRÁFICO 5 – ÁREAS COM MAIORES PROBLEMAS (TOTAL DOS PAÍSES) ESPONTÂNEA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS (%)



PERGUNTA: Na sua opinião, quais as áreas em que estão os principais problemas enfrentados atualmente por [nome do país]? (ESPONTÂNEA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

Embora compartilhem a lista de principais desafios, a ordem dos problemas varia consideravelmente entre os países da Comunidade.

Assim como em outros aspectos analisados nesta primeira edição do Barómetro da Lusofonia, observa-se expressiva variação na hierarquia dos problemas apontados entre os países individualmente.

Entre os angolanos, a configuração segue a tendência geral, com educação (53%), saúde (48%) e desemprego (45%) no topo do *ranking*, mas com peso significativamente maior de educação e desemprego em comparação à média dos países. A inflação aparece em quarto lugar (34%) e assume relevância particularmente elevada, correspondendo ao dobro da média geral.

Na Guiné-Bissau, os percentuais atribuídos a saúde e educação são excepcionalmente altos: 85% apontam saúde e 78% educação como principais desafios. Trata-se dos maiores índices registrados para qualquer problema entre os países analisados, sinalizando carências agudas em áreas essenciais de provisão pública.

No Timor-Leste, a percepção de problemas se distribui em múltiplas frentes críticas, com cerca de seis em cada dez entrevistados citando saúde (59%), educação (59%) e desemprego (58%). Além disso, é o país da Comunidade em que a corrupção aparece de forma mais acentuada como problema relevante, com 39% de menções. Além dos timorenses, a corrupção também tem peso expressivo entre os brasileiros (25%) e atinge dois dígitos em Angola (10%) e na Guiné-Bissau (11%).

A saúde constitui uma preocupação relevante em quase todos os países pes-

quisados, com percentuais que frequentemente se aproximam ou superam a metade dos respondentes. Em Portugal, ela ocupa a primeira posição, com 55% de citações. A principal exceção é Moçambique, onde apenas 28% destacam essa área.

Em Moçambique, é a educação que lidera o rol de preocupações (35%). No entanto, o conjunto formado por desemprego (21%), inflação (11%) e economia em geral (17%) alcança 49%, indicando que as questões econômicas, tomadas em conjunto, constituem o eixo central das inquietações no país.

Para os brasileiros, os principais problemas do país, no momento de realização da primeira edição do Barómetro, são saúde (45%), violência (40%) e educação (35%). Vale observar que, após a chamada megaoperação policial contra facções criminosas, conduzida pelo governo do Rio de Janeiro nos complexos do Alemão e da Penha no final de outubro de 2025, o tema da segurança ganhou maior centralidade no debate público nacional. Não é improvável que os 8% registrados no Brasil para política, guerras ou conflitos armados tenham relação com esse tema.

Em Cabo Verde, a violência apresenta peso semelhante ao observado no Brasil, com 47% de menções, mas fica atrás da saúde (55%) e, sobretudo, do desemprego (60%), que lidera entre as preocupações neste país. Inflação e aumento dos preços recebe 25% das menções, segundo maior percentual para esse item entre os oito países.

Com o número de imigrantes residentes ultrapassando 1,7 milhão ao final de 2024 (AIMA/SEF, 2024; UN DESA, 2020), cerca de 15% da população total, Portugal é o único país pesquisado em que a imigração emerge como um dos problemas nacionais mais relevantes, com 17% de citações. Esse dado dialoga com o contexto europeu recente, no qual a pressão exercida por partidos e lideranças de extrema-direita tem contribuído para o endurecimento do debate e das políticas migratórias.

Na contramão dos demais países da Comunidade, os portugueses não demonstram preocupação significativa com o desemprego, mencionado por apenas 9%. A inflação também aparece com baixa frequência (7%), embora a economia em geral desperte inquietação para 22% dos entrevistados.

Desigualdade social e pobreza ocupam posição secundária no *ranking* geral da Comunidade, com 8% de menções, sendo possivelmente suplantadas por demandas mais imediatas, como saúde, emprego, educação e infraestrutura básica. Brasileiros (17%), cabo-verdianos (17%) e angolanos (15%) são os que atribuem relevância mais expressiva à questão.

São Tomé e Príncipe é o país em que os problemas relacionados a água, energia e saneamento básico alcançam a maior frequência, com 48% das menções, bem à frente dos 27% registrados em Cabo Verde, segundo colocado nesse quesito.

Também merece destaque o percentual de 17% registrado em Moçambique para instabilidade política, guerras ou conflitos armados. O país carrega o legado de uma prolongada guerra civil, que durou 16 anos e resultou em cerca de 1 milhão de mortes, e enfrenta, desde 2017, uma insurgência armada na província de Cabo Delgado, protagonizada por grupos associados ao Estado Islâmico. Some-se a esse quadro a persistência de tensões políticas relacionadas ao ciclo eleitoral de 2024/2025. Nesse contexto, é compreensível que o temor de conflitos armados permaneça presente no imaginário de parte da população moçambicana. Em contraste, em Angola, país igualmente marcado por uma longa guerra civil, esse percentual é de apenas 5%.

No conjunto dos principais problemas, a questão da habitação é ofuscada diante dos grandes desafios enfrentados nas áreas essenciais, na economia e na infraestrutura, recebendo apenas 2% das citações. Somente em Cabo Verde e na Guiné-Bissau a menção à moradia é ligeiramente maior, com 6% de citações em ambos os países.

Cumprir registrar que questões como racismo, situação das mulheres e discriminação contra a população LGBTQIA+ quase não são mencionadas como problemas centrais, cada uma pontuando 1% no conjunto dos países. Apenas na Guiné-Bissau a consciência sobre a situação das mulheres apresenta alguma relevância, com 7% da menções.

TABELA 5 – ÁREAS EM QUE OS PAÍSES DA COMUNIDADE LUSÓFONA ENFRENTAM OS MAIORES PROBLEMAS (%)
ESPONTÂNEA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS

PROBLEMAS (%)	MÉDIA GERAL	PAÍS							
		ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
Saúde	53	48	45	55	85	28	55	48	59
Educação	43	53	35	24	78	35	35	29	59
Desemprego	34	45	12	60	31	21	9	40	58
Violência	18	17	40	47	19	1	10	11	3
Inflação ou aumento de preços	17	34	18	25	14	11	7	18	13
Água, energia elétrica e saneamento	15	9	2	27	20	4	1	48	12
Corrupção	13	10	25	7	11	4	3	4	39
Infraestrutura, como estradas e transportes	10	7	4	8	20	6	4	10	24
Desigualdade social e pobreza	8	15	17	17	10	7	1	0	0
Economia	5	-	-	3	0	17	22	1	-
Instabilidade política, guerras e conflitos armados	5	5	8	0	8	17	0	-	-
Imigrantes	3	0	0	2	2	0	17	-	-
Habitação	2	4	2	6	6	0	1	-	-
Desastres ambientais	1	1	1	1	0	1	0	-	-
Situação das mulheres	1	0	2	1	7		0	-	-
Discriminação contra a comunidade LGBTQIA+	1	0	3	3	4	0	0	0	0
Racismo	1	1	3	1	3	0	0		-
Justiça	1	-	0	1	0	0	5	0	-
Acesso à internet	1	1	1	0	3	0	0	1	0
Falta de incentivo para a agricultura	1	-	0	0	0	4	0	0	-
Cultura	1	-	0	0	0	0	4	0	-
Baixos salários	1	-	0	1	0	0	3	-	-
Outras menções abaixo de 1%	2	8	0	1	1	1	8	3	0
Nenhum	1	0	2	-	0	2	0	0	0
NS / NR	4	4	1	-	0	16	4	9	1

PERGUNTA: Na sua opinião, quais as áreas em que estão os principais problemas enfrentados atualmente por (nome do país)? (ESPONTÂNEA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

Idade e escolaridade diferenciam o *ranking* dos principais problemas na Comunidade Lusófona.

O nível de instrução é a variável que produz as maiores clivagens na percepção dos problemas. Entre os respondentes que têm o ensino básico, sobressaem, no cotejo com outros níveis de instrução, preocupações diretamente associadas às condições materiais de vida e acesso aos serviços essenciais. Pessoas com esse nível de instrução são as que mais mencionam saúde (58%, contra 51% no ensino superior); desemprego (38%, ante 26% no ensino superior); violência (22%, contra 15% no ensino superior); e água, energia elétrica e saneamento (24%, frente a 8% no ensino superior). À medida que a escolaridade aumenta, esses problemas persistem, mas com diferenças. Entre os que têm nível superior, a menção à educação sobre para 48% (contra 37% no básico), e outros temas macroeconômicos ganham peso, como economia (10%, contra apenas 2% entre os menos escolarizados).

Entre os mais jovens (18 a 24 anos), o mapa de preocupações é marcado por temas ligados à inserção social e às perspectivas de futuro. Enquanto a área de saúde fica isolada em primeiro lugar nas faixas mais velhas, na faixa de 18 a 24 anos ela empata com educação (ambas com 46%). O desemprego tem 37% das menções nas faixas que vão de 18 a 44 anos, mas cai progressivamente até 35% entre os que têm 55 anos ou mais.

Essas diferenças ratificam não apenas a relação entre nível de escolaridade e vulnerabilidade social, mas também o horizonte de expectativas e aspirações.

GRÁFICO 6 – OS 10 PRINCIPAIS PROBLEMAS SEGUNDO INSTRUÇÃO (TOTAL DOS PAÍSES -%)

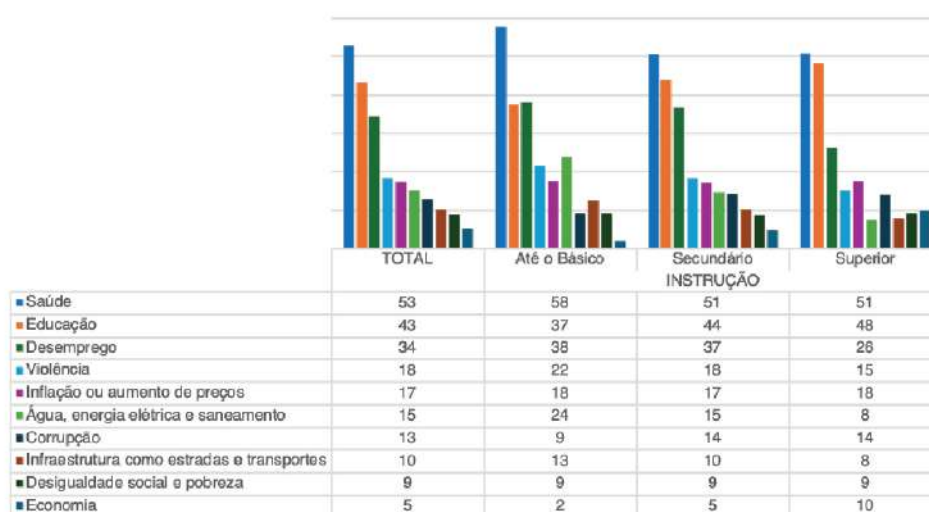
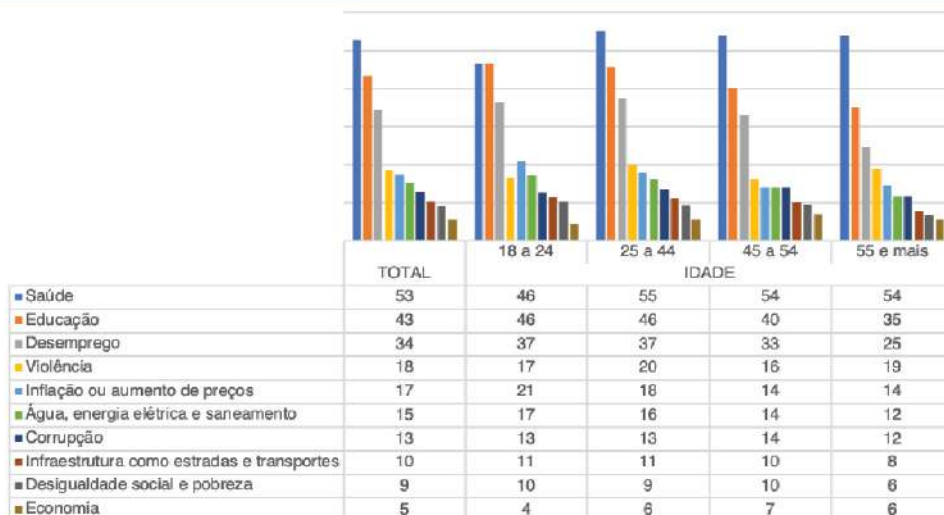


GRÁFICO 7 - OS 10 PRINCIPAIS PROBLEMAS SEGUNDO IDADE (TOTAL DOS PAÍSES-%)



Mudanças climáticas

Países despreparados para eventos climáticos extremos.

A percepção de que faltam condições para lidar com as mudanças climáticas é amplamente dominante em todos os países da Comunidade, ainda que os resultados revelem algumas nuances entre os contextos nacionais.

No conjunto, 83% dos entrevistados avaliam que seus países estão “pouco preparados” ou “nada preparados” para enfrentar os desafios climáticos, enquanto apenas 15% expressam uma percepção positiva (“muito preparado/preparado”). Esse diagnóstico aponta para um descompasso entre a centralidade crescente da agenda climática no debate global, especialmente no âmbito do ESG (do inglês Ambiental, Social e Governança) e a percepção cidadã sobre a capacidade efetiva do Estado de responder a esses desafios.

Entre os países pesquisados, os timorenses apresentam a avaliação relativamente mais favorável, com 28% considerando que o país está “muito preparado/preparado”. Na outra ponta, cabo-verdianos e são-tomenses mostram-se quase unânimes na percepção de despreparo, com 96% e 91%, respectivamente, que consideram o país “pouco preparado/nada preparado”.

O Brasil acompanha essa tendência mais crítica, registrando 87% de avaliações negativas, frente a apenas 11% de percepções positivas. Esses resultados sugerem que, mesmo em países mais visíveis no debate ambiental internacional, a percepção social sobre governança climática permanece marcada por ceticismo quanto à ca-

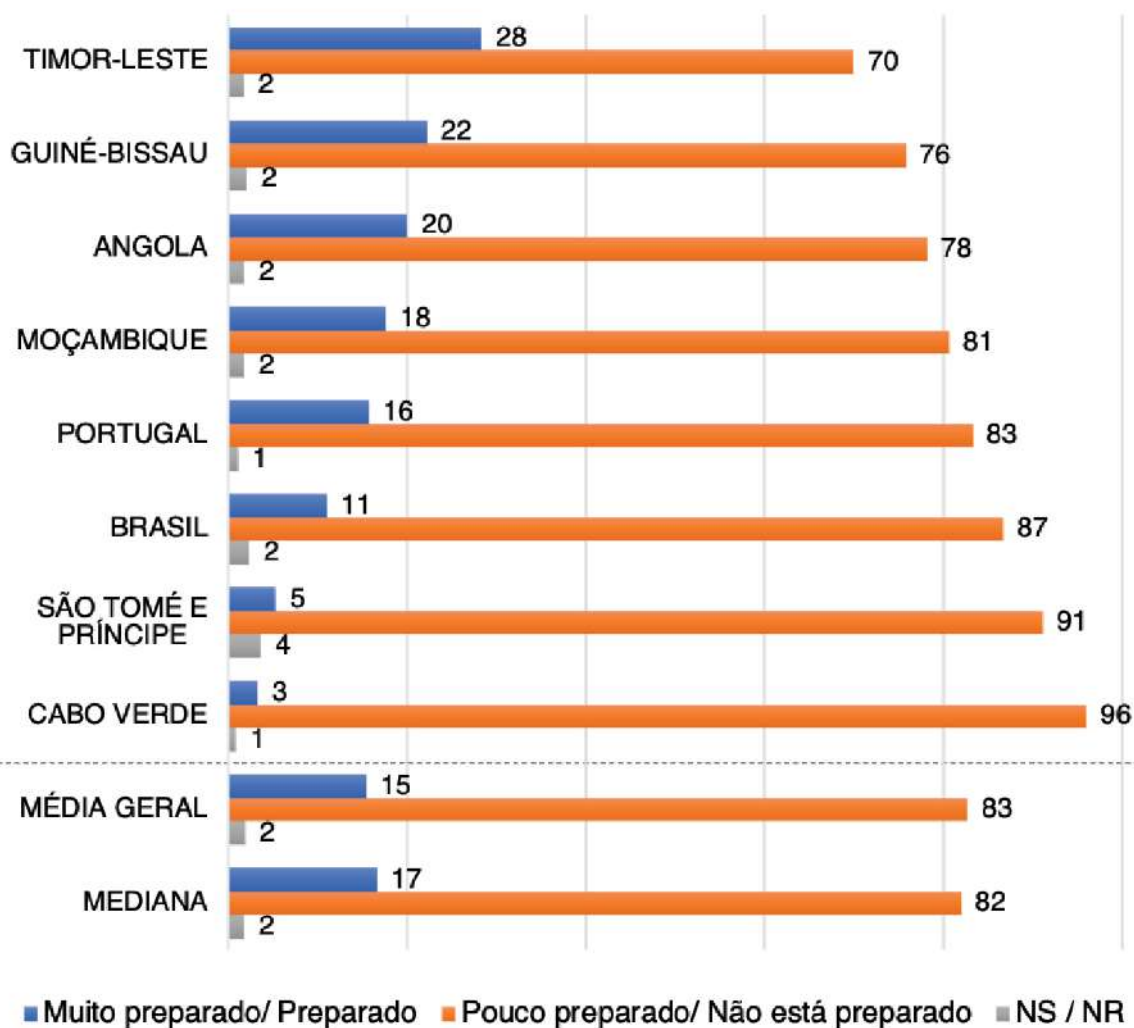
pacidade de implementação e resposta a riscos concretos.

Bissau-guineenses e angolanos situam-se mais próximos do padrão observado em Timor-Leste, com 22% e 20% de avaliações positivas, seguidos por moçambicanos (18%) e portugueses (16%), estes dois últimos muito próximos da média geral. Ainda assim, mesmo nos casos relativamente mais favoráveis, a leitura predominante é a de fragilidade institucional diante de eventos climáticos extremos, elemento central da dimensão “E” do ESG.

Chama atenção, contudo, que essa avaliação negativa não se traduza em maior centralidade da pauta climática na agenda espontânea da população. Na pergunta aberta sobre os principais problemas do país, a temática ambiental é raramente mencionada, alcançando no máximo 1% das respostas (Brasil, Angola, Cabo Verde e Moçambique) ou sequer sendo citada (São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Portugal e Timor-Leste).

Esse contraste sugere que, embora o risco climático seja amplamente reconhecido como um problema estrutural, ele ainda não é percebido como uma urgência cotidiana, sendo frequentemente eclipsado por demandas imediatas ligadas a saúde, emprego, renda e serviços públicos. Do ponto de vista do ESG, esse achado aponta para um desafio central: traduzir riscos ambientais de longo prazo em prioridades socialmente percebidas e politicamente acionáveis, articulando sustentabilidade ambiental, governança e bem-estar social.

GRÁFICO 8 – PREPARO DO PAÍS PARA
AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (%)



PERGUNTA: O mundo tem passado por eventos climáticos extremos, com chuvas intensas, grandes secas e incêndios florestais. O(a) Sr(a) avalia que (NOME DO PAÍS) está muito preparado, preparado, pouco preparado ou não está preparado para lidar com esse tipo de situação?



Escultura de Zumbi dos Palmares, Bahia, Brasil

Valores e Atitudes

02



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**

A escravatura e seu impacto

Escravatura, memória histórica e educação no espaço lusófono.

A escravatura de povos africanos constitui um dos pilares históricos da formação econômica, social e cultural de grande parte dos países de língua portuguesa. Estima-se que mais de 12 milhões de africanos foram traficados pelo Atlântico entre os séculos XVI e XIX, em um sistema que envolveu territórios da África, das Américas e da Europa, com participação central de potências coloniais europeias (UNESCO, s.d.; UN DESA, s.d.).

Reconhecendo esse valor histórico, organismos internacionais como a UNESCO e as Nações Unidas têm reiterado a importância da preservação da memória da escravatura e de sua incorporação nos sistemas educacionais. A Rota dos Povos Escravizados, programa lançado pela UNESCO em 1994, e a instituição do Dia Internacional em Memória do Tráfico de Escravizados e de sua Abolição, em 1997,

refletem o entendimento de que o ensino desse passado é fundamental para a promoção dos direitos humanos, da justiça social e do combate ao racismo estrutural, sabidamente uma das principais heranças históricas da escravatura.

No universo estudado, a história da escravatura tem contornos próprios, em parte relacionados à posição dos países na rota comercial de escravos em seus continentes. Trata-se de diferentes modos de elaboração dessa memória, com desdobramentos particulares no modo como ela é revisitada. É nesse contexto que o Barómetro da Lusofonia investiga as percepções sobre a escravatura, buscando compreender em que medida esse passado é reconhecido pelas populações ouvidas, como seu impacto é percebido no presente e a atribuição de importância para as gerações futuras.



Museu Nacional da Escravatura, Luanda, Angola

História da escravidão vista como tema obrigatório na formação das novas gerações.

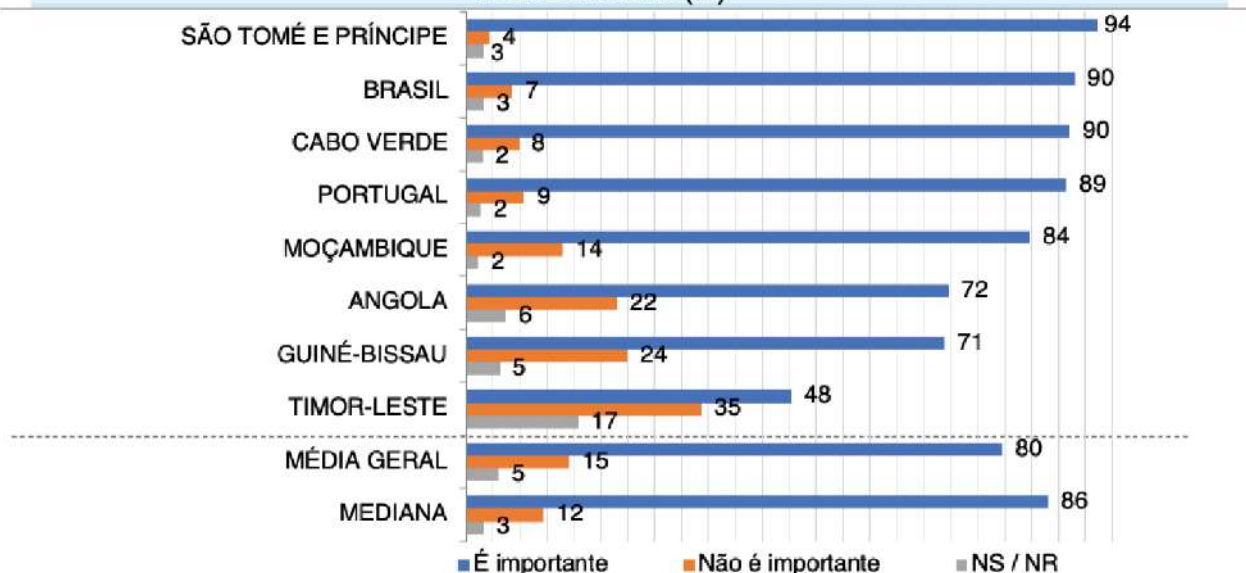
Os resultados indicam ampla convergência entre os países da Comunidade quanto à relevância de transmitir o conhecimento sobre a escravidão de povos africanos. No conjunto, 80% dos entrevistados consideram importante que crianças e jovens estudem a temática nas escolas.

A atribuição de importância à presença do tema no currículo escolar é particularmente elevada em São Tomé e Príncipe (94%), Brasil (90%), Cabo Verde (90%), Portugal (89%) e Moçambique (84%). Angola e Guiné-Bissau registram, respectivamente, 72% e 71%. Tal reconhecimento sugere uma disposição

social para enfrentar legados históricos sensíveis e suas consequências no presente, apontando para a possibilidade de ampliação dessa agenda nos sistemas educacionais e no debate público.

A principal exceção observada é Timor-Leste (48%), cujo resultado reflete menos uma rejeição ao tema e mais um percurso histórico distinto. O país asiático não integrou as rotas do tráfico atlântico de escravizados e, tanto no período colonial português quanto sob ocupação da Indonésia, a experiência predominante foi a do trabalho forçado, fenômeno historicamente distinto do sistema escravocrata.

GRÁFICO 9 – IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR A ESCRAVATURA NAS ESCOLAS (%)

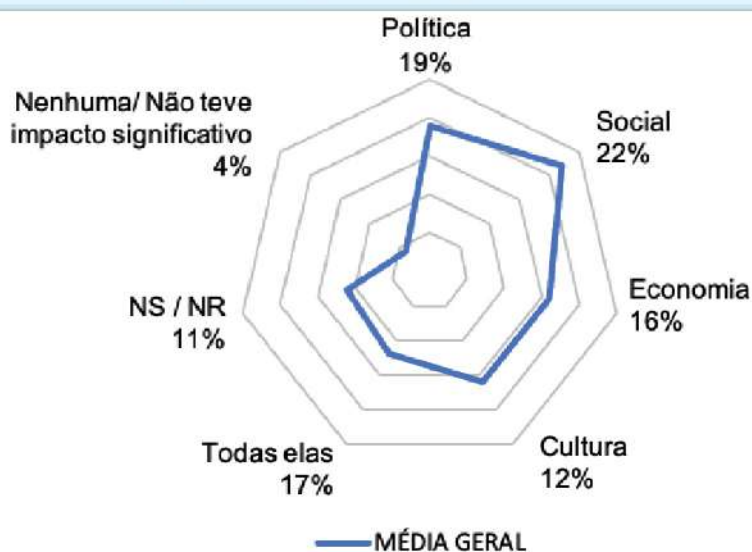


PERGUNTA: Na sua opinião, é importante ou não é importante que crianças e jovens aqui em (NOME DO PAÍS) estudem nas escolas sobre o período e os efeitos da escravidão de povos africanos?

Principais marcas da escravatura são percebidas nas dimensões social e política.

A consciência histórica da escravatura se traduz em uma compreensão abrangente do seu impacto, associado sobretudo às dimensões social (22%) e política (19%), seguidas pela econômica (16%) e cultural (12%). Há ainda 17% para os quais todas as dimensões são igualmente impactadas.

GRÁFICO 10 – ÁREA EM QUE A ESCRAVATURA TEM ATÉ HOJE MAIOR IMPACTO (%) (ESTIMULADA)



PERGUNTA: Em qual dessas áreas a escravatura de povos africanos tem até hoje maior impacto em (NOME DO PAÍS)?



Mulheres acorrentadas, Museu Nacional da Escravatura, Luanda, Angola

No conjunto, o Barómetro revela sociedades que reconhecem a escravatura não apenas como um fato do passado, mas elemento constitutivo das relações, assimetrias e identidades que ainda influenciam o presente. No estudo *A Democracia que Temos e a Democracia que Queremos* (FEBRABAN/ IPESPE, 2022), realizado por ocasião dos 200 anos de independência do Brasil, 58% dos portugueses e 75% dos brasileiros abraçavam a opinião de que “a escravidão ainda afeta o preconceito e a violência”.

A dispersão das respostas por país entre essas diferentes dimensões indica que o legado escravocrata é entendido como multidimensional, não restrito a um único aspecto da vida social. As variações nacionais dia-

logam com contextos históricos específicos, com destaque para o social em Portugal e no Brasil (35% em ambos); centralidade da política na Guiné-Bissau (30%); ênfase na economia no Timor-Leste (28%). Em São Tomé, política e economia empatam com 23%. A menção a “todas elas” alcança em Moçambique 40%, expressando uma visão sistêmica dos efeitos da escravatura de modo particularmente explícito.

O percentual elevado de respostas “NS/NR” em São Tomé e Príncipe (19%) sugere um menor grau de consolidação do debate público e da elaboração coletiva sobre o tema. No Timor-Leste esse número chega a 30%, dada a especificidade já mencionada.

TABELA 6 – ÁREA EM QUE A ESCRAVATURA TEM ATÉ HOJE MAIOR IMPACTO ESTIMULADA (%)

ÁREA(%)	MÉDIA GERAL	PAÍS							
		ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
No Social	22	28	35	28	23	11	35	6	10
Na Política	19	23	17	10	30	26	7	23	13
Na Economia	16	14	9	17	12	12	16	23	28
Na Cultura	12	19	18	16	13	4	13	6	4
Todas	17	9	12	23	11	40	13	19	4
Nenhuma/ Não teve impacto significativo	4	1	3	1	3	1	8	4	10
NS / NR	11	7	5	4	7	6	9	19	30

PERGUNTA: Em qual dessas áreas a escravatura de povos africanos tem até hoje maior impacto em (NOME DO PAÍS)?

Importância de preservar a memória da escravidão versus problematização do racismo estrutural.

A alta concordância com a presença da escravidão no currículo escolar confronta-se com a baixa referência à desigualdade racial entre os principais desafios nacionais. Retomando a lista de problemas registrados pelo Barómetro no capítulo anterior, o racismo recebe apenas 3% das menções no Brasil e em Angola, alcançando 1% ou menos nos demais países lusófonos.

A discriminação racial assume contornos distintos nos países da Comunidade. Ela está relacionada à história da formação social de cada país, à posição ocupada no sistema escravista, à composição demográfica atual, aos fluxos migratórios. Em maior ou menor grau, cor da pele, território de origem e grupo étnico intervêm como fatores de desigualdade e discriminação. Entre os países da Comunidade, o Brasil é, talvez, o país em que o debate sobre o racismo – como forma de discriminação diretamente relacionada à cor da pele – é mais sobressalente.

Por outro lado, relatórios globais enfatizam a escassez de dados sobre o tema, o que limita a análise comparativa. Em diversos países da África os dados sobre raça e etnia não são incorporados aos recenseamentos da população. Em Portugal isso mudou apenas em 2023, quando o INE (Instituto Nacional de Estatística) realizou o primeiro inquérito oficial sobre origem étnico-racial no país.

Além disso, em seu relatório *Global Experiences of Discrimination*, a OCDE (2025) sublinha que fatores institucionais, demográficos, econômicos, culturais e informacionais podem afetar não apenas a realidade de como as pessoas são tratadas, mas também suas percepções sobre esse tratamento, incorrendo na subnotificação autodeclarada da discriminação. No Brasil, embora haja séries históricas consistentes (IBGE, 2022), há o que se convencionou chamar de “mito da igualdade racial”. Esse conceito refere-se à ideia de uma convivência interracial harmoniosa e equitativa, que tende a obscurecer a persistência da discriminação e da desigualdade racial (FERNANDES, 1965; UNESCO, 2018).

Essa lacuna reforça a necessidade, internacionalmente reconhecida (OHCHR, 2022; UNESCO, 2023), de ampliar a produção de dados e de aprofundar a problematização das desigualdades étnico-raciais nos países estudados.

Imigração

Sistema migratório entre os países de língua portuguesa.

Dados do *World Migration Report 2024*, da Organização Internacional para as Migrações (OIM), indicam que, em todo o mundo, cerca de 281 milhões de pessoas viviam fora de seus países de nascimento em 2020. Os países analisados neste Barómetro integram esse cenário global com perfis migratórios distintos, que refletem diferentes posições nos fluxos internacionais, mas também dinâmicas próprias de circulação no espaço da língua portuguesa.

No âmbito da Comunidade, Portugal ocupa uma posição central como principal país de destino, articulando fluxos migratórios intensos com os demais países. Ele abriga cerca de 1,7 milhão de residentes estrangeiros, o que corresponde a aproximadamente 15% da população (AIMA/SEF, 2024; UN DESA, 2020). Esses fluxos são fortemente estruturados pela lusofonia: brasileiros constituem o maior contingente de imigrantes, seguidos por cidadãos de países africanos de língua portuguesa, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, em movimentos geralmente associados ao trabalho ou ao estudo (Eurocid, s.d.; IOM, 2024). Ao mesmo tempo, Portugal mantém fluxos migratórios de ida e volta com esses países, a exemplo de Angola, que figura entre os principais destinos africanos de migrantes portugueses fora da Europa: 111.718 cidadãos portugueses residiam em Angola em 2022, segundo dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

O Brasil, por sua vez, atua simultaneamente como país de origem e de destino na Comunidade Lusófona. Ao mesmo tempo em que os brasileiros formam o maior contingente de residentes estrangeiros de Portugal, o país recebe migrantes provenientes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, motivados principalmente por questões laborais e educacionais (OBMigra, s.d.; IOM, 2024).

Em Cabo Verde, a imigração ocorre em menor escala e com forte dimensão regional. Estimativas indicam que, em 2020, o país abrigava cerca de 15,8 mil imigrantes internacionais, majoritariamente oriundos da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e de outros países da África Ocidental, evidenciando padrões de circulação relacionados à aproximação geográfica e cultural.

Nos demais países contemplados pelo Barómetro (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), a disponibilidade de dados comparáveis sobre imigração é mais limitada. Ainda assim, análises da OIM indicam sua crescente relevância nas agendas nacionais, sobretudo associada ao trabalho.

Esse conjunto de fluxos e contrafluxos evidencia a existência de um sistema migratório lusófono marcado por assimetrias, mas estruturado por relações recorrentes de circulação entre os países da Comunidade.

Braços abertos aos imigrantes.

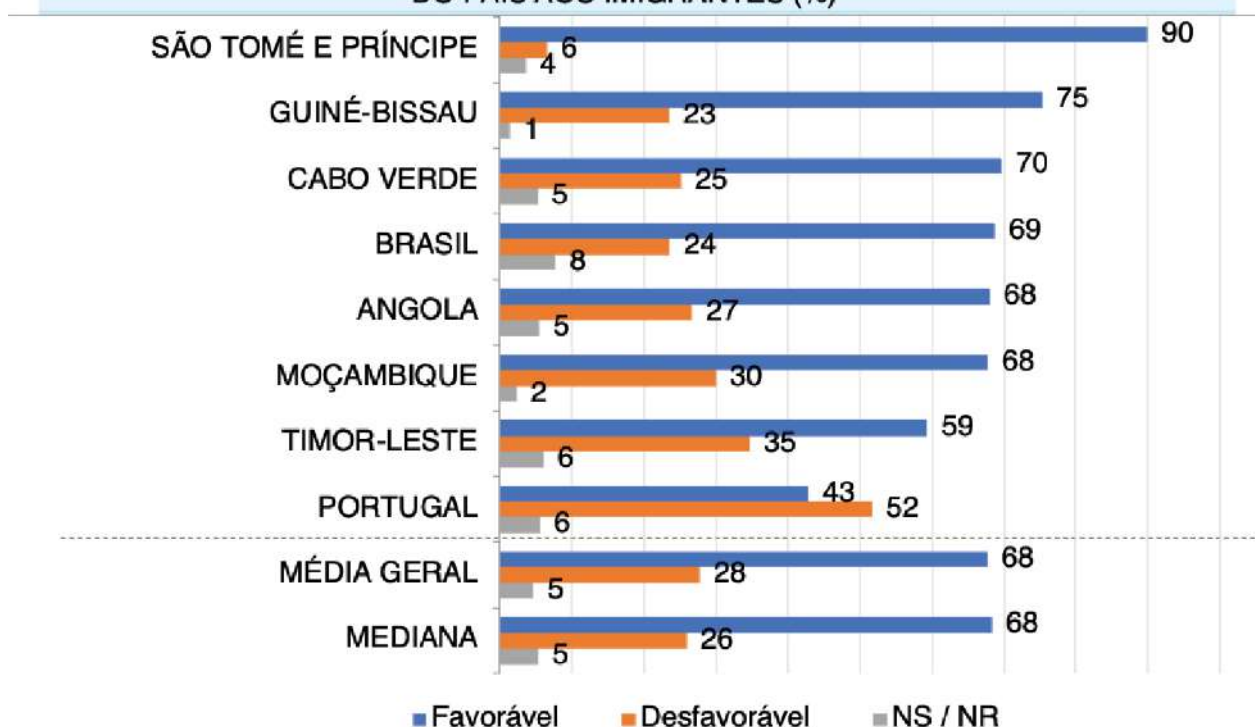
As populações lusófonas expressam uma atitude majoritariamente positiva frente ao fenómeno migratório, sobretudo do ponto de vista do acolhimento. No total dos países, há ampla percepção de que o ambiente social interno é favorável aos imigrantes (68%, contra 28% que consideram desfavorável).

Os são-tomenses destacam-se nesse quesito, com superlativos 90% que consideram o ambiente nacional favorável aos residentes estrangeiros. A percepção de favorabilidade aos imigrantes também é bastante elevada nos demais países: 75% na Guiné-Bissau; 70% em Cabo Verde; 69% no Brasil; e 68% em Angola e Moçambique.

çambique. Esse número cai para 59% no Timor-Leste, onde 35% consideram que o ambiente social não é favorável aos que vem de fora.

Apenas em Portugal a percepção de que o ambiente social do país é desfavorável aos imigrantes supera a impressão de favorabilidade (52% contra 43%). Esse resultado pode ser compreendido à luz de tensões recentes associadas ao rápido crescimento da população estrangeira no país, bem como à maior visibilidade do tema migratório no debate público, em um contexto europeu marcado pela expansão de discursos políticos radicais, críticos à imigração.

GRÁFICO 11 – PERCEPÇÃO DA FAVORABILIDADE DO PAÍS AOS IMIGRANTES (%)



PERGUNTA: O(a) Sr(a) avalia que aqui em (NOME DO PAÍS) atualmente o ambiente da sociedade é mais favorável ou mais desfavorável para os imigrantes que vêm de outros países morar aqui?

Impacto da imigração visto de forma positiva, mas com cautela.

Quando o foco se desloca do acolhimento para o impacto nacional da imigração, as opiniões continuam predominantemente favoráveis, mas em menor intensidade. No conjunto da amostra, 64% avaliam a imigração como positiva para o país, proporção inferior à percepção de favorabilidade do país em relação aos imigrantes (68%).

Em alguns dos países pesquisados, a percepção de um ambiente nacional relativamente acolhedor contrasta com avaliações mais reticentes sobre os efeitos da imigração. Nesses casos, o fenômeno migratório tende a ser visto como uma via de mão única: o país é supostamente bom para o imigrante, mas a imigração não é tão boa para o país. Essa diferença se manifesta de forma particularmente clara no Timor-Leste (favorável para o imigrante: 59%; positivo para o país: 34%); em Moçambique (favorável para o imigrante: 68%; positivo para o país: 55%); no Brasil (favorável para o imigrante: 69%; positivo para o país: 56%); e em Angola (favorável para o imigrante: 68%; positivo para o país: 62%).

Portugal ilustra essa dissociação em sentido oposto. Embora seja o único país em que a percepção de um ambiente social desfavorável aos imigrantes (52%) supera a de favorabilidade (43%), os portugueses expressam uma visão mais positiva quanto às contribuições dos imigrantes. Seis em cada dez portugueses (60%) consideram a imigração benéfica para Portugal, frente a 24% com opinião contrária.

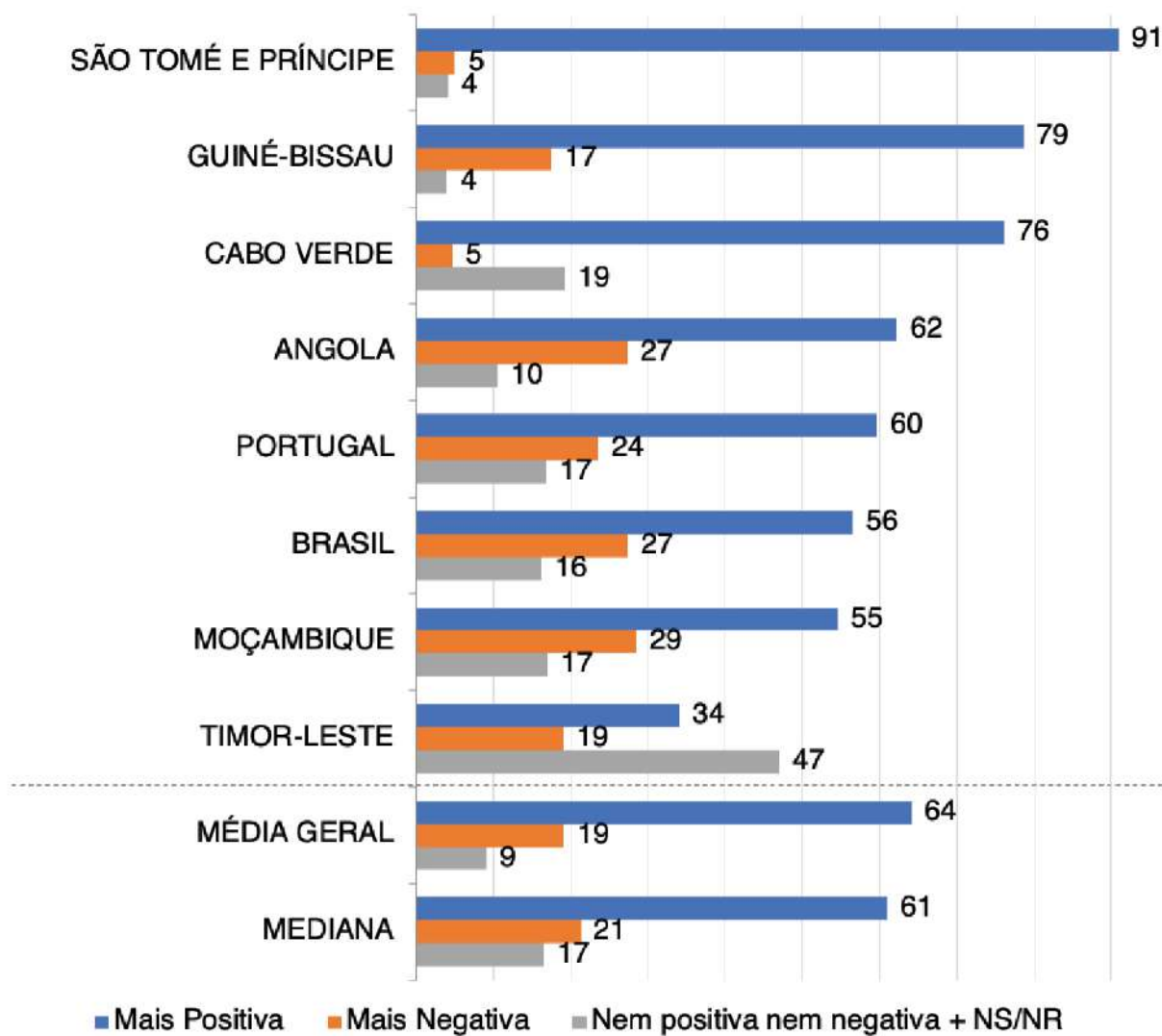
São Tomé e Príncipe apresenta uma visão consistente e positiva. O país lidera



ambos os *rankings*, com índices próximos à unanimidade: 90% consideram o país acolhedor para os imigrantes e 91% avaliam positivamente os efeitos da imigração. Também exibem elevada coerência entre receptividade ao imigrante e valorização concreta da imigração a Guiné-Bissau (favorável para o imigrante: 75%; positivo para o país: 79%) e Cabo Verde (favorável para o imigrante: 70%; positivo para o país: 76%).

No conjunto, os resultados indicam que, nos países lusófonos, a imigração é amplamente percebida como socialmente aceitável, mas seu reconhecimento como fator benéfico ainda é cercado de ambivalências.

GRÁFICO 12 – PERCEÇÃO DA FAVORABILIDADE DOS
IMIGRANTES PARA O PAÍS (%)



PERGUNTA: Na sua opinião, ou pelo que ouve falar, a imigração de pessoas de outros países que vêm morar aqui é mais positiva ou mais negativa para (NOME DO PAÍS)?

A questão de gênero

Desigualdade de gênero: um desafio persistente entre os países de língua portuguesa

A desigualdade entre mulheres e homens tem sido medida internacionalmente por diversos indicadores. Um deles é o Índice de Desigualdade de Gênero (GII), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que sintetiza disparidades em saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade). Em outra perspectiva, o percentual de mulheres no parlamento mede a dimensão política da inclusão feminina, indicando não somente a inserção institucional das mulheres no presente, mas também as perspectivas de incorporação, em médio e longo prazo, das pautas de gênero nas políticas públicas.

A análise desses indicadores mostra que a desigualdade de gênero perpassa toda a Comunidade Lusófona, embora se manifeste de forma específica entre os países.

Portugal ocupa a melhor posição, com o menor nível de desigualdade (GII 0,1), aproximando-se dos padrões médios europeus. Cabo Verde vem em segundo lugar (0,3), com desempenho relativamente favorável no contexto africano. Brasil e Timor-Leste situam-se em uma faixa intermediária (0,4), revelando desigualdades menos severas do que em Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique (todos com GII 0,5). A Guiné-Bissau ocupa a última posição (GII 0,6), indicando desafios estruturais mais profundos quanto à equidade de gênero.

Quando se observa a representação política feminina, essa ordem não se repete automaticamente. Cabo Verde (44,4%), Moçambique (42,4%) e Timor-Leste (38,5%) apresentam

**TABELA 7 – PAÍSES DO BARÓMETRO:
INDICADORES DE DESIGUALDADE DE GÊNERO**

País	Índice de Desigualdade de Gênero (GII)*	Mulheres no parlamento (%)
Guiné-Bissau	0,6	14,9
Angola	0,5	36,8
São Tomé e Príncipe	0,5	20,0
Moçambique	0,5	42,4
Timor-Leste	0,4	38,5
Brasil	0,4	17,7
Cabo Verde	0,3	44,4
Portugal	0,1	36,1

Fontes: PNUD/UNDP. Human Development Report 2025 – Statistical Tables (Gender Inequality Index). ONU Mulheres / IPU. Women in National Parliaments.

percentuais elevados de mulheres no parlamento, superando inclusive Portugal (36,1%), cujo percentual é bastante próximo ao de Angola (36,8%). Por sua vez, São Tomé e Príncipe (20,0%), Brasil (17,7%) e Guiné-Bissau (14,9%) figuram entre os piores desempenhos nessa dimensão.

Esse fenômeno multifacetado, dificilmente apreendido por um único indicador, é percebido de forma heterogênea entre os países pesquisados – e essa percepção não necessariamente corresponde às estatísticas da desigualdade.

No conjunto dos países, 54% avaliam que a situação das mulheres, em comparação à dos homens, é “muito desigual” ou “desigual”.

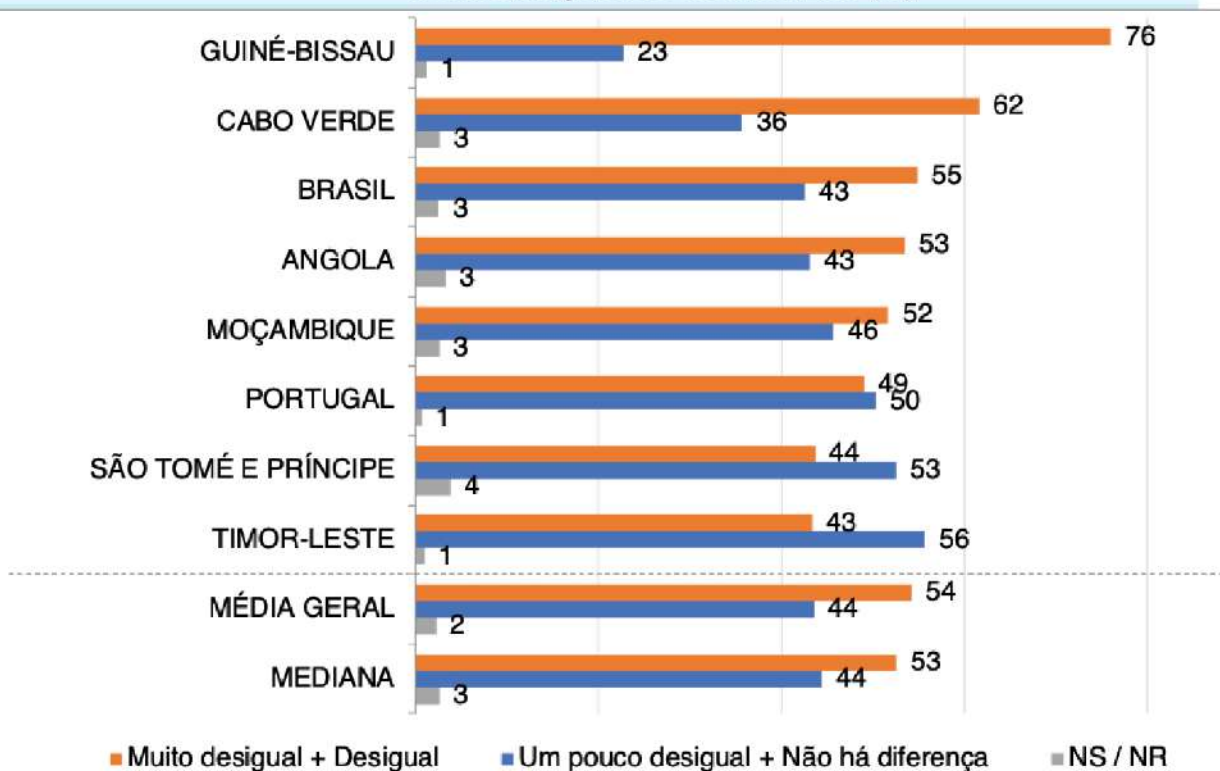
A consciência sobre a desigualdade entre homens e mulheres está relacionada a diferentes referenciais sociais e culturais na avaliação das relações de gênero, bem como a distintos patamares de problematização pública do tema. Nesse quesito, as discrepâncias são expressivas.

A percepção dessa forma de desigualdade mostra-se mais acentuada na Guiné-Bissau, onde 76% avaliam a situação das mulheres como “muito desigual ou desigual”, seguida por Cabo Verde (62%), Brasil (55%), An- go-

la (53%) e Moçambique (52%). Nesses países, a maioria dos entrevistados reconhece a persistência de assimetrias relevantes, apontando para uma leitura mais crítica da condição feminina nos respectivos contextos.

Por outro lado, a avaliação de que há “pouca” ou “nenhuma” diferença entre a situação de homens e mulheres prevalece no Timor-Leste (56%) e em São Tomé e Príncipe (53%). Em Portugal, essa percepção alcança metade dos respondentes (50%).

GRÁFICO 13 – OPINIÃO SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES EM COMPARAÇÃO À DOS HOMENS (%)



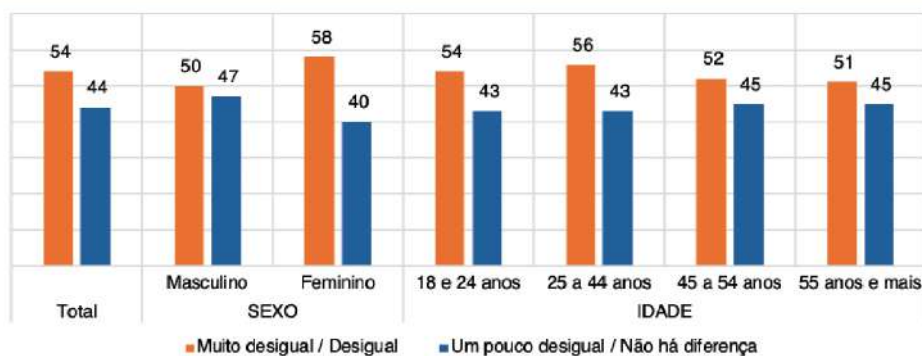
PERGUNTA: O(a) Sr(a) avalia a situação das mulheres comparativamente à dos homens em (NOME DO PAÍS) como: (ESTIMULADA)

Mulheres e jovens mais conscientes da desigualdade de gênero.

A percepção da desigualdade entre mulheres e homens mostra-se mais elevada no segmento feminino, o que aponta para leituras distintas da realidade conforme a posição ocupada nas relações de gênero. Enquanto 58% delas avaliam a situação das mulheres como “muito desigual” ou “desigual”, entre os homens esse percentual cai para 50%.

O recorte etário acrescenta outra dimensão relevante à análise. Embora a percepção de desigualdade seja majoritária em todas as faixas etárias, ela se mostra ligeiramente mais elevada nas faixas de 18 a 24 anos (54%) e de 25 a 44 anos (56%). Ainda que não sejam abruptas, essas diferenças podem indicar uma transição geracional em curso, na qual grupos mais jovens demonstram maior sensibilidade ao debate sobre igualdade de gênero e direitos das mulheres.

GRÁFICO 14 - SITUAÇÃO DAS MULHERES
COMPARATIVAMENTE À DOS HOMENS POR SEXO
E IDADE – TOTAL DOS PAÍSES (%)



PERGUNTA: O(a) Sr(a) avalia a situação das mulheres comparativamente à dos homens em (NOME DO PAÍS) como: (ESTIMULADA)

Uniãos homoafetivas

População LGBTQIA+: subnotificação e invisibilidade.

No que se refere aos direitos – ou violação dos direitos – da população LGBTQIA+ nos países lusófonos, o panorama é marcado por escassez de dados sistemáticos, subnotificação e elevada invisibilidade. O Brasil constitui uma exceção, em razão do monitoramento realizado por organizações da sociedade civil e por canais oficiais de denúncia, que apontam níveis elevados de violência letal e não letal contra pessoas desse segmento, especialmente travestis e mulheres trans.

Em Portugal, embora existam registros e relatórios produzidos por organizações como a ILGA Portugal (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo), os dados indicam que grande parte dos episódios de violência e discriminação não se converte em

queixas formais, revelando limites na identificação e no reconhecimento dos crimes de ódio. Nos países lusófonos da África e no Timor-Leste, a ausência quase total de estatísticas oficiais e de sistemas regulares de monitoramento impede mensurações comparáveis, fazendo com que a violência contra pessoas LGBTQIA+ permaneça amplamente invisibilizada.

Nesse contexto, mesmo em países que avançaram na descriminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo, o estigma social, o medo de retaliações e a fragilidade institucional contribuem para ocultar a magnitude real das violações de direitos, configurando um problema transversal e ainda pouco documentado.

Expressiva rejeição às uniões homoafetivas.

O cenário registrado pelo Barómetro da Lusofonia revela um quadro de baixa receptividade a essa temática, com ampla prevalência do conservadorismo: no total dos países, 68% dizem-se contra as uniões homoafetivas.

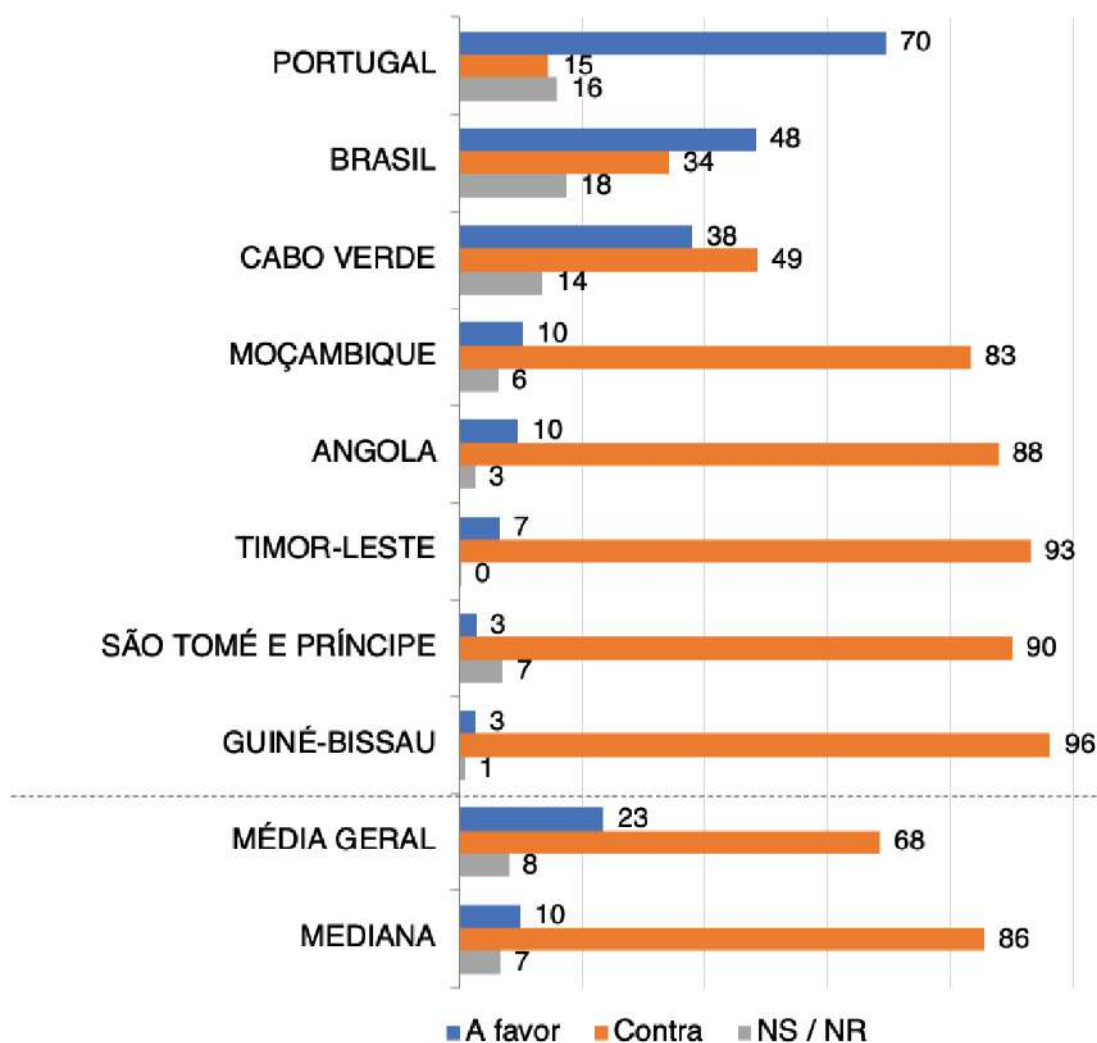
Portugal vai na contramão dessa tendência, com 70% que se declaram favoráveis à permissão do casamento entre pessoas do mesmo sexo. O Brasil surge em distante segundo lugar, com 48% de favorabilidade, contra 34% de opiniões contrárias e quase um quinto (18%) sem manifestar opinião.

Em todos os demais países, a parcela contrária às uniões homoafetivas supera a parcela favorável. Na Guiné-Bissau, o posicionamento contrário é quase uma unanimidade (96%), assim como no Timor-Leste (93%) e em São Tomé e Príncipe (90%).

A recusa é expressiva também em Angola (88%) e Moçambique (83%).

Em Cabo Verde, as opiniões são um pouco mais divididas, ainda que predominem os que são contra (49%, frente a 38% favoráveis).

GRÁFICO 15 – POSICIONAMENTO SOBRE
CASAMENTO HOMOAfetIVO (%)



PERGUNTA: Mudando de assunto, o(a) Sr(a) é a favor ou contra a permissão do casamento entre pessoas do mesmo sexo?

As mulheres mostram-se mais sensíveis à pauta de diversidade e inclusão.

Entre elas, a favorabilidade ao casamento homoafetivo alcança 28%, caindo para 19% entre os homens.

Ainda assim, a refutação às uniões homoafetivas é expressiva: 64%.

TABELA 8 – POSICIONAMENTO SOBRE O CASAMENTO HOMOAFETIVO POR SEXO – TOTAL DOS PAÍSES (%)

	Total	SEXO	
		Masculino	Feminino
A favor	23	19	28
Contra	68	73	64
NS / NR	8	9	7

PERGUNTA: Mudando de assunto, o(a) Sr(a) é a favor ou contra a permissão do casamento entre pessoas do mesmo sexo?

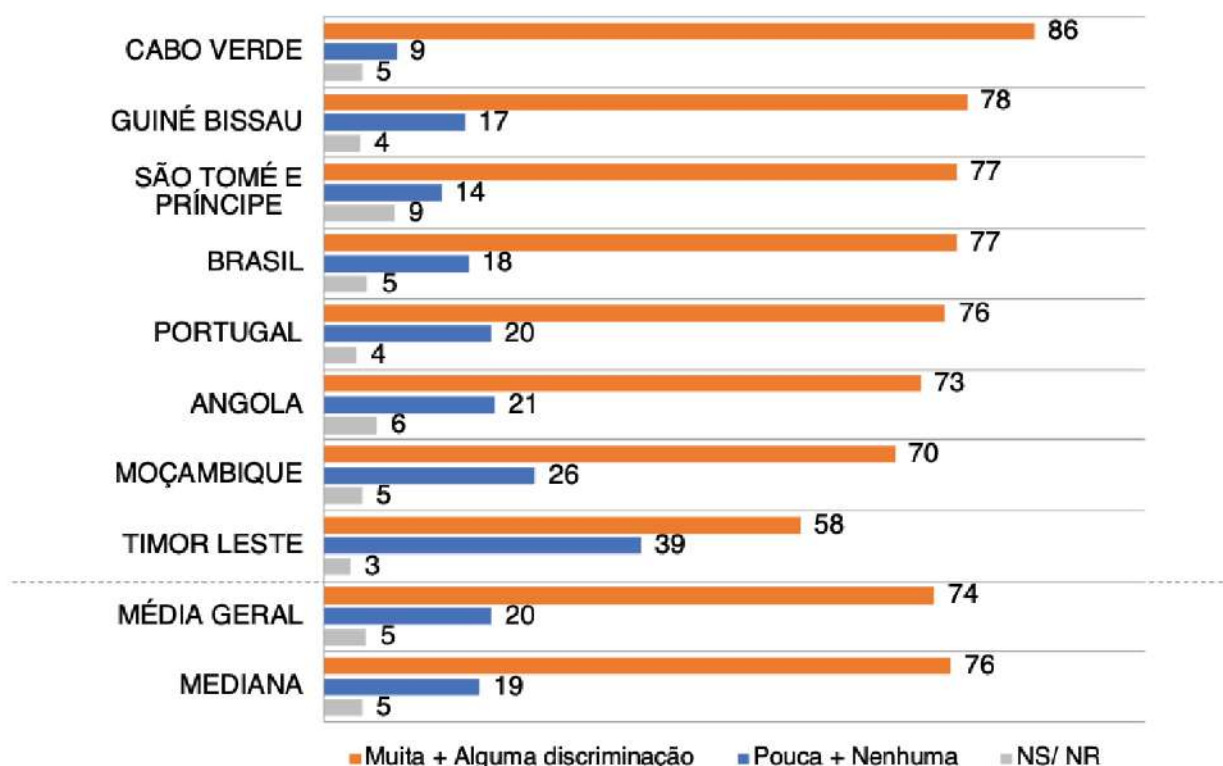


Discriminação contra a comunidade LGBTQIA+ é reconhecida quando colocada em terceira pessoa.

Não obstante a oposição amplamente dominante ao casamento homoafetivo, predomina na Comunidade Lusófona o reconhecimento de que as pessoas LGBTQIA+ são discriminadas em seus respectivos países. No total, 74% consideram que há “muita ou alguma” discriminação. Apenas 20% declaram haver “pouca ou nenhuma”. Observando os países individualmente,

é generalizada a percepção de que há “muita ou alguma” discriminação contra a população LGBTQIA+. Esse número chega a 86% em Cabo Verde, permanecendo acima da média geral na Guiné-Bissau (78%), São Tomé e Príncipe (77%), Brasil (77%) e Portugal (76%). Abaixo da média geral, Angola e Moçambique registram 73% e 70%, respectivamente. Apenas o Timor-Leste fica abaixo de 70% (58%).

GRÁFICO 16 – PERCEPÇÃO SOBRE A DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS LGBTQIA+ NO PAÍS (%)



PERGUNTA: E sobre homossexuais, transsexuais e outras pessoas da comunidade LGBTQIA+, aqui em (NOME DO PAÍS), há muita discriminação e preconceito, há alguma discriminação, há pouca ou não há nenhuma discriminação?



*Fake News, Voto
e Democracia*

03



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**

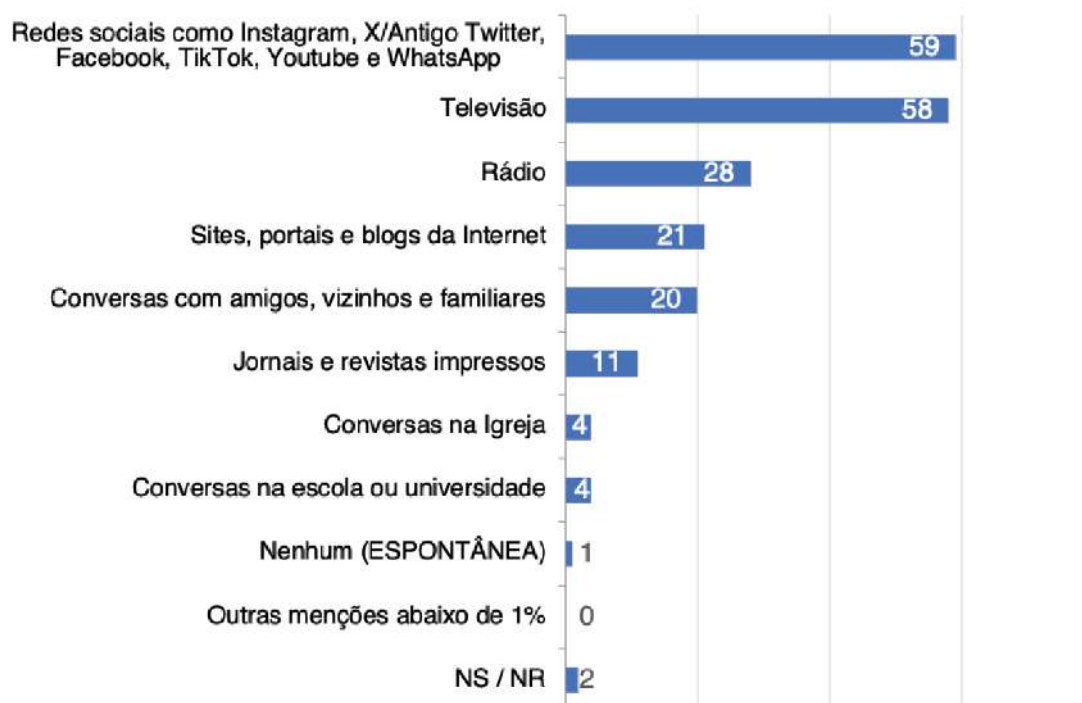
Meios de informação

Consumo de informação marcado por forte presença dos meios digitais.

No ecossistema informacional da Comunidade, as redes sociais alcançam o mesmo patamar da televisão como principal fonte de informação: 59% e 58%, respectivamente. No entanto, quando somadas a sites, portais e blogs (21%), elas configuram um cenário de predominância do digital, perfazendo 80% das menções a fontes de informação.

Reforçando a convivência entre as novas tecnologias e as formas tradicionais, rádio aparece com 28% das menções, empatado com as interações interpessoais – quando agregadas conversas com amigos, vizinhos e familiares (20%), conversas na Igreja (4%) e conversas na escola ou universidade (4%). Jornais impressos apresentam, no cômputo geral, alcance mais restrito (11%).

**GRÁFICO 17 – MEIOS DE INFORMAÇÃO MAIS UTILIZADOS
(TOTAL %) ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS**



PERGUNTA: Quais desses meios costuma utilizar para se manter informado(a)? (ESTIMULADA)

Ecossistema informacional heterogêneo, com diferentes arranjos na combinação entre novas tecnologias da informação e meios tradicionais.

Embora as redes sociais ocupem posição central em vários países, elas não substituem integralmente os demais meios, articulando-se com eles de formas diversas. No Brasil, observa-se um ecossistema mais fragmentado e complementar, no qual redes sociais (50%), sites, portais e blogs (44%) e televisão (38%) coexistem com pesos relativamente próximos. Já no Timor-Leste, a elevada centralidade das redes sociais (83%) vem acompanhada de baixa diversificação das fontes, com percentuais reduzidos para o uso do rádio (7%) e de sites (16%), indicando um padrão de consumo informacional mais concentrado, provavelmente porque, nesse caso apenas, a amostra foi restrita à capital do país.

A televisão mantém papel central como principal fonte de informação em Portugal (74%), Cabo Verde (72%) e Angola (62%), ficando geralmente à frente das redes sociais. Em Portugal, esse predomínio convive com níveis elevados de uso de sites, portais e blogs (36%) e com uma presença singularmente alta do jornal impresso (34%), configurando um perfil de consumo informativo mais diluído e diversificado, no qual meios tradicionais e digitais coexistem de forma robusta.

O rádio, por sua vez, apresenta variação acentuada entre os diferentes contextos nacionais. Embora ocupe a terceira posição como principal fonte de informação na média geral (28%), assume papel estratégico na Guiné-Bissau (58%) e em São Tomé e Príncipe (51%). Os dados sugerem ainda que, nos países em que o rádio apresenta maior centralidade, o uso de sites,

portais e blogs tende a ser mais limitado, como ocorre na Guiné-Bissau (8%) e em São Tomé e Príncipe (10%). Padrão inverso é observado no Brasil e em Portugal, onde o rádio tem menor relevância (9% e 25%) e os meios digitais escritos são mais utilizados (44% e 36%, respectivamente).

As interações pessoais também se configuram como componente relevante nas dinâmicas de acesso à informação – em alguns países mais que em outros. Na média geral, conversas com amigos, vizinhos e familiares respondem por 20% das menções, percentual que alcança 28% quando agregado às conversas em ambientes religiosos (4%) e educacionais (4%), igualando-se ao peso geral do rádio. Em Moçambique, esse número é particularmente expressivo: as interações pessoais, somadas, alcançam 51% dos respondentes, superando individualmente televisão, redes sociais e rádio. A menção às conversas na Igreja como principal fonte de informação é particularmente alta nesse país: 17%. Na Guiné-Bissau, as conversas do cotidiano (35%, quando agregadas) aproximam-se da televisão (38%). No caso dos bissau-guineenses, porém, a conversação no ambiente escolar ou universitário (9%) é mais ressaltada do que as conversas na Igreja (3%).

É baixa a penetração dos jornais impressos na maior parte da Comunidade, com frequência igual ou inferior a 14% na maioria dos países. A exceção clara é Portugal, onde 34% dos respondentes ainda recorrem a esse meio, reforçando a singularidade do perfil informacional português.

Em síntese, embora redes sociais e televisão compartilhem as primeiras posições no conjunto dos países pesquisados, os padrões nacionais diferem de forma significativa quanto ao grau de diversificação

das fontes, ao peso relativo dos meios tradicionais e ao papel desempenhado pelas interações interpessoais, configurando paisagens midiáticas distintas no interior da Comunidade Lusófona.

**TABELA 9 – MEIOS DE INFORMAÇÃO MAIS UTILIZADOS (%)
ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS**

MEIOS (%)	MÉDIA GERAL	ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
Redes sociais como Instagram, X (antigo Twitter), Facebook, TikTok, YouTube e WhatsApp	59	52	50	65	67	63	36	57	83
Televisão	58	62	38	72	38	62	74	59	62
Rádio	28	32	9	22	58	22	25	51	7
Sites, portais e blogs da internet	21	22	44	20	8	14	36	10	16
Conversas com amigos, vizinhos e familiares	20	11	14	20	23	28	29	13	18
Jornais e revistas impressos	11	10	14	9	6	7	34	3	8
Conversas na escola ou universidade	4	4	2	2	9	6	3	2	3
Conversas na Igreja	4	3	4	2	3	17	1	4	1
Outras menções abaixo de 1%	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Nenhum (ESPONTÂNEA)	1	1	1	0	1	-	1	5	1
NS / NR	2	2	1	0	2	0	0	0	10

PERGUNTA: Quais desses meios costuma utilizar para se manter informado(a)? (ESTIMULADA)

O desafio da Conectividade na Guiné-Bissau e em Moçambique.

O Índice de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI), elaborado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), mede o nível de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) dos países, combinando três dimensões: acesso (infraestrutura e disponibilidade de serviços), uso (intensidade e alcance da utilização das TIC) e competências (capacidades da população para usar essas tecnologias), resultando em uma pontuação padronizada de 0 a 100. Nos países da CPLP, a posição no *ranking* do IDI reflete os diferentes níveis de renda, urbanização e demais indicadores socioeconômicos nacionais.

Portugal (90,1) lidera o grupo com uma pontuação que reflete a conectividade universal, com uso das novas tecnologias amplamente integrado ao cotidiano econômico e social.

O Brasil (84,5) segue de perto, consolidando-se como uma potência digital regional na América do Sul, embora o desafio da universalização em áreas remotas (como a Amazônia) ainda o afaste da pontuação máxima.

No contexto africano, Cabo Verde (69,1) é mencionado como um caso de sucesso, já que superou a barreira da conectividade básica e já demonstra indicadores de “conectividade significativa”.

Angola (49,9) e Timor-Leste (40,5) ocupam uma zona de transição. Nesses países, o crescimento do acesso ainda não foi totalmente acompanhado pela redução de preços ou pelo aumento da velocidade. A pontuação em torno de 40 a 50 pontos indica que, embora a infraestrutura esteja se expandindo, o custo de vida e a geografia ainda impedem que a internet seja utilizada em todo o seu potencial pela maioria da população.

Na base do índice, Guiné-Bissau (36,9) e Moçambique (32,0) enfrentam os maiores obstáculos. O IDI baixo reflete um cenário em que a internet ainda está limitada a grandes centros urbanos e a serviços básicos (mensagens de texto e redes sociais). O desafio nesses países não é apenas técnico, mas econômico: para que o IDI suba, o custo da internet precisa cair drasticamente em relação à renda média mensal.

TABELA 10 - IDI / ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE TIC (TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)

País	Pontuação IDI (0-100)	Nível de Maturidade
Portugal	90,1	Muito Alto
Brasil	84,5	Alto
Cabo Verde	69,1	Médio-Alto
São Tomé e Príncipe	55,9	Médio
Angola	49,9	Médio-Baixo
Guiné Equatorial	44,8	Baixo
Timor-Leste	40,5	Baixo
Guiné-Bissau	36,9	Crítico
Moçambique	32,0	Crítico

Fonte: IDI (ICT Development Index)/ ITU (2024; 2025).

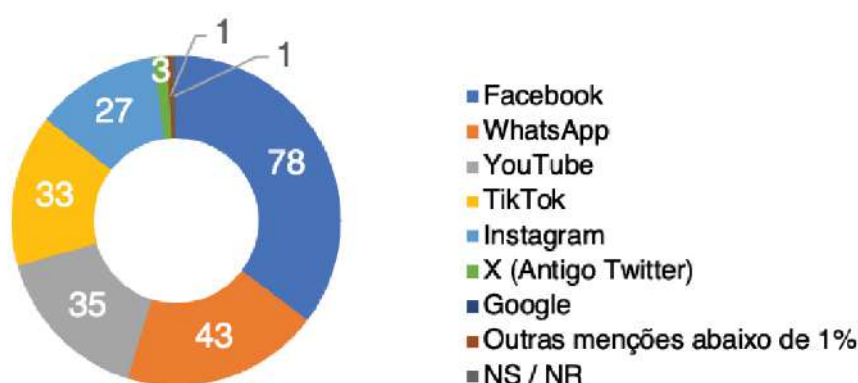
Redes sociais mais acessadas

Facebook lidera entre as redes sociais mais utilizadas, seguido do WhatsApp.

O Facebook tem destacado predomínio entre as plataformas digitais mais utilizadas (76%), com ampla vantagem sobre o WhatsApp (42%). Na se-

quência situam-se Instagram, TikTok e YouTube, todos com 31%. O X (antigo Twitter) apresenta alcance residual, com apenas 4% das menções.

GRÁFICO 18 – REDES SOCIAIS MAIS UTILIZADAS PARA SE INFORMAR (%) ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS



PERGUNTA: (PARA QUEM CITOU AS REDES SOCIAIS) Que redes sociais mais costuma acessar para se informar? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

A liderança do Facebook é particularmente expressiva em São Tomé e Príncipe (95%), Cabo Verde (93%) e Timor-Leste (91%). No caso timorense, chama atenção também o elevado uso do YouTube, que alcança 85% e se posiciona apenas seis pontos percentuais abaixo do Facebook. Em Portugal, Facebook e Instagram dividem a liderança, ambos com 66%.

O Brasil constitui a principal exceção no conjunto analisado. Trata-se do único país em que o Facebook não lidera o *ranking* de uso das redes sociais, ocupando apenas a quarta posição (26%). O Instagram é o mais utilizado entre os brasileiros (66%), seguido, a considerável distância, pelo WhatsApp

(30%) e pelo YouTube (28%). TikTok (13%) e X (11%) também apresentam presença mais significativa do que na maioria dos demais países da Comunidade.

O WhatsApp assume papel relevante nos países africanos da Comunidade, listando como segunda principal rede social em Moçambique (60%), Angola (56%) e São Tomé e Príncipe (56%), além de figurar como terceira opção na Guiné-Bissau (também com 56%). Portugal (29%) e Brasil (30%) apresentam níveis significativamente mais baixos de utilização.

O TikTok, por sua vez, apresenta importância singular na Guiné-Bissau, onde alcança 74% e disputa a liderança com o Facebook (75%).

O YouTube, à exceção do Timor-Leste, mantém alcance mais limitado, ainda que seja fonte de informação para 34% dos cabo-verdianos, 28% dos brasileiros e bissau-guineenses e 27% dos moçambicanos. O X apresenta maior relevância em Portugal (10%) e no Brasil (11%).

TABELA 11 – REDES SOCIAIS MAIS UTILIZADAS PARA SE INFORMAR (%)
ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS

MEIOS(%)	MÉDIA GERAL	PAÍS							
		ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
Facebook	78	82	26	93	75	78	66	95	91
WhatsApp	43	56	30	17	56	60	29	56	36
YouTube	35	14	28	34	28	27	21	13	85
TikTok	33	34	13	9	74	24	10	40	43
Instagram	27	21	66	40	17	21	66	10	3
X (antigo Twitter)	3	2	11	0	2	3	10	0	1
Google	0	1	1	0	0	0	1	0	0
Outras menções abaixo de 1%	1	0	0	0	1	1	2	0	0
NS / NR	1	2	3	0	1	1	2	1	0

PERGUNTA: (PARA QUEM CITOU AS REDES SOCIAIS) Que redes sociais mais costuma acessar para se informar? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)



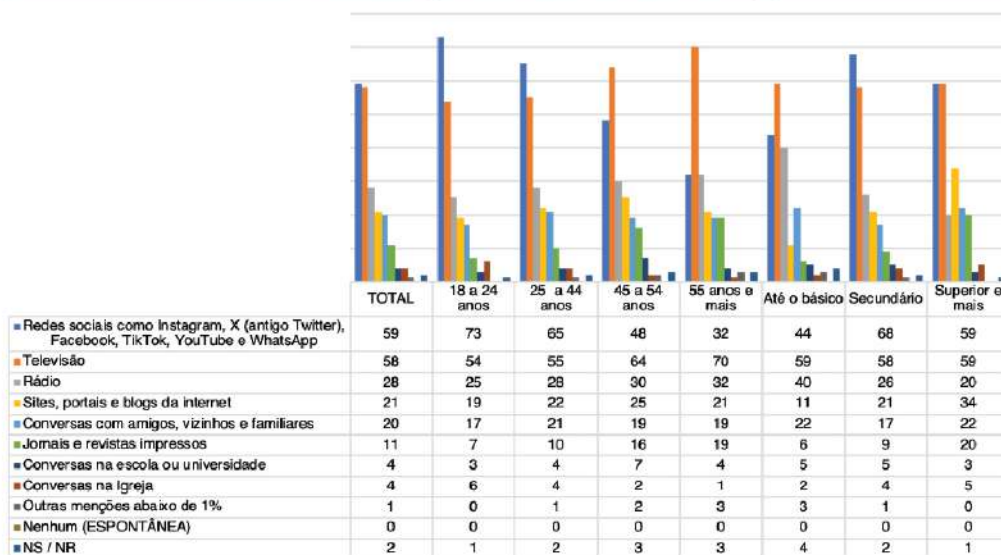
Maior uso de redes sociais entre os mais jovens e mais escolarizados.

73% dos entrevistados de 18 a 24 anos citam redes sociais como principal fonte de informação. Esse percentual cai para 65% na faixa de 25 a 44 anos, 48% entre os que têm 45 a 54, e apenas 32% entre os de 55 anos ou mais. Pela instrução, o padrão é semelhante: o uso sobe de 44% entre quem tem até o ensino básico para 68% no ensino médio, mantendo patamar elevado entre os de nível superior (59%).

Em sentido oposto, os meios tradicionais ganham peso com o avanço da idade e nas faixas mais baixas de escolaridade. A te-

levisão cresce de 54% entre jovens de 18 a 24 anos para 70% entre os de 55 anos ou mais, mantendo uso elevado e estável por instrução (cerca de 59% em todos os níveis). O rádio é mais relevante entre os menos escolarizados (40% no básico, contra 20% no superior) e entre os mais velhos (32% no grupo de 55 anos ou mais). Já jornais e revistas impressos concentram-se nos públicos de maior idade (19% entre os que têm 55 ou mais) e maior instrução (20% no nível superior), reforçando um padrão de consumo informacional mais tradicional nesses segmentos.

GRÁFICO 19 - MEIOS DE INFORMAÇÃO MAIS UTILIZADOS POR IDADE E INSTRUÇÃO - TOTAL DOS PAÍSES (%)



PERGUNTA: (PARA QUEM CITOU AS REDES SOCIAIS) Que redes sociais mais costuma acessar para se informar? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

Fake news

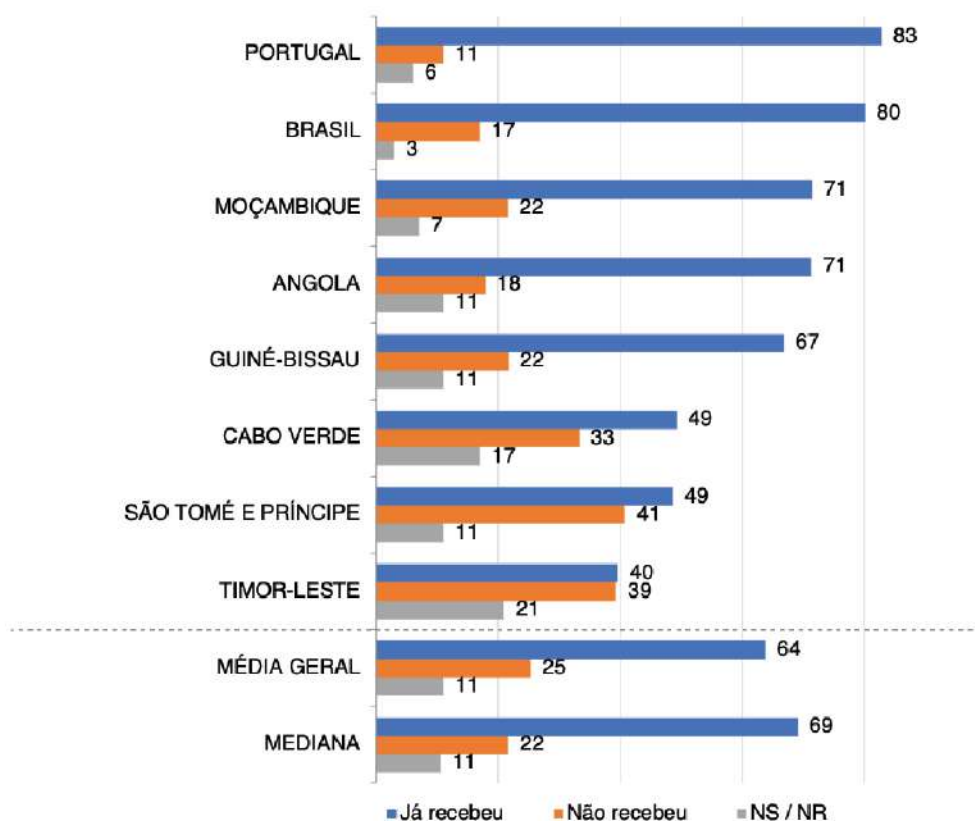
Desinformação: uma ameaça comum.

À semelhança do que vem sendo observado em diferentes contextos ao redor do mundo, a circulação de notícias falsas, as chamadas *fake news*, é generalizada no espaço lusófono e se tornou uma experiência comum entre os países da Comunidade. Na média geral, 64% dos respondentes afirmam já tê-las recebido.

Portugal (83%) e Brasil (80%) lideram esse *ranking*, mas um alto reconhecimento da ocorrência desse tipo de conteúdo é registrado também em Angola (71%), Moçambique (71%) e Guiné-Bissau (67%).

A referência às *fake news* é mais baixa em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe (ambos com 49%) e Timor-Leste (40%). Esse resultado, entretanto, pode representar não necessariamente uma menor incidência do problema, e sim maior dificuldade de identificá-lo, desafio contemporâneo que ultrapassa comunidades internacionais – o reconhecimento de *fake news* depende não apenas de sua presença objetiva, mas também das capacidades individuais e coletivas de identificação e verificação das informações, além de maior ou menor nível de regulamentação da internet.

GRÁFICO 20 – RECEBIMENTO DE FAKE NEWS (%)



PERGUNTA: O(a) Sr(a) já recebeu ou não recebeu fake news ou notícias falsas?

Além de um quadro informacional caracterizado por ampla circulação de conteúdos falsos, os resultados do Barómetro evidenciam diferentes níveis de percepção da gravidade do problema.

Em escala global, a circulação de *fake news* tem sido crescentemente reconhecida como uma das principais ameaças ao funcionamento das democracias, ao comprometer a qualidade do debate público, enfraquecer a confiança nas instituições e distorcer os processos de formação da opinião e da decisão política. Essa prática afeta não apenas a integridade das informações disponíveis aos cidadãos, mas também a legitimidade de processos eleitorais e a capacidade do sistema democrático de produzir consensos mínimos baseados em fatos compartilhados. A forma como as populações percebem a gravidade desse fenômeno constitui um indicador relevante da resiliência democrática, na medida em que sinaliza o grau de consciência social sobre os riscos que a circulação sistemática de conteúdos falsos representa para a vida pública.

Na maioria dos países em foco, a ampla circulação de *fake news* é acompanhada pelo reconhecimento de seus efeitos nocivos, ainda que com intensidades distintas. Na Comunidade como um todo, 85% consideram que elas causam problemas ao seu país (“muitos problemas”: 55%; “alguns problemas”: 30%).

O Brasil se destaca pela convergência entre alta percepção da ocorrência de *fake news* (80%) e elevada percepção de gravidade (77% acreditam que elas causam “muitos problemas”). Em Portugal, embora a circulação seja igualmente elevada, prevalece uma leitura mais moderada: 46% consideram que elas causam “alguns problemas” e 42% atribuem maior gravidade.

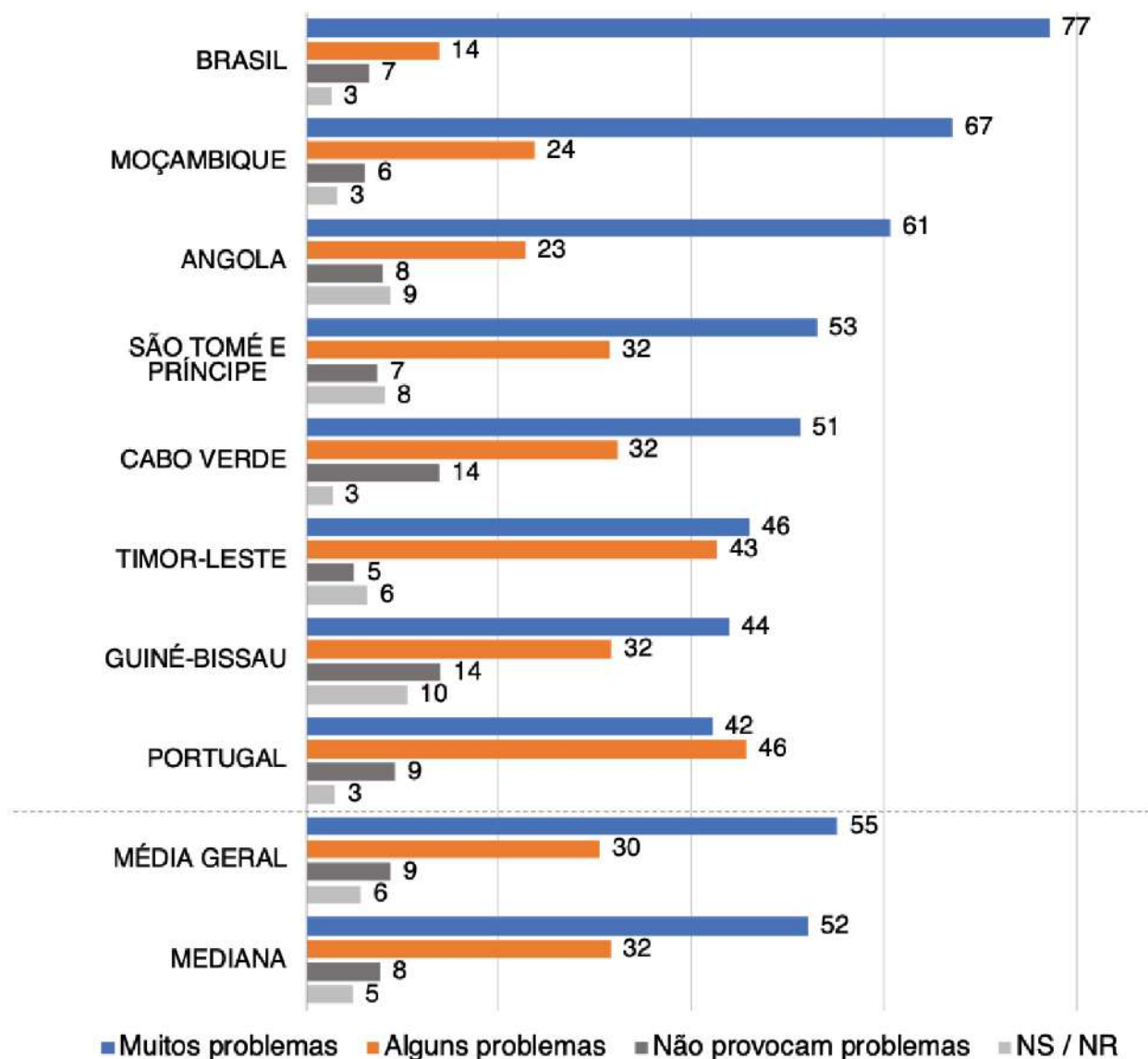
Angola e Moçambique apresentam padrão semelhante ao brasileiro: alta circulação (71% em ambos) combinada com elevada percepção de gravidade (61% e 67%, respectivamente). Na Guiné-Bissau, embora 67% afirmem ter recebido *fake news*, apenas 44% consideram que elas causam “muitos problemas”, colocando o país na penúltima posição nesse *ranking*, à frente apenas de Portugal.

Em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, quase metade da população reconhece a circulação de *fake news* (49% em ambos), e pouco mais da metade avalia que elas causam “muitos problemas” (51% e 53%).

No Timor-Leste, onde o reconhecimento da circulação de *fake news* é mais baixo (40%), as opiniões se dividem sobre seu impacto: 46% atribuem alta gravidade e 43%, gravidade moderada.



GRÁFICO 21 – IMPACTO DAS *FAKE NEWS* NO PAÍS (%)



PERGUNTA: Na sua opinião, as fakes news ou notícias falsas provocam muitos problemas no seu país, provocam alguns problemas ou não provocam problemas?

Participação eleitoral

Legitimidade da democracia: o voto como valor internalizado.

Na maioria dos países analisados, os resultados desse Barómetro indicam níveis elevados de participação eleitoral declarada, expressos principalmente pela predominância das categorias “vota sempre” e “vota na maioria das vezes”. Ainda que esse padrão declarado não corresponda integralmente aos dados oficiais de comparecimento às urnas, ele constitui um indicador relevante do reconhecimento social do voto como prática socialmente valorizada. Dito de outra forma, trata-se da existência de uma norma social positiva associada à participação eleitoral, elemento fundamental para a legitimidade das democracias.

Na média da Comunidade Lusófona, 63% dos respondentes afirmam que votam sempre e 13% que votam na maioria das vezes. Apenas 11% declaram que votam raramente e 9% que nunca votam.

O Brasil, único país da Comunidade em que o voto é obrigatório, apresenta o maior nível de participação declarada, assim como a maior participação eleitoral efetiva nas últimas eleições. Entre os brasileiros, 88% afirmam que costumam sempre votar e 5%, que votam na maioria das vezes, enquanto 2% declaram que votam raramente e 4%, que nunca votam. Embora os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2022) relativos às eleições gerais de 2022 registrem uma taxa de comparecimento de 79,41% no segundo turno da eleição presidencial.

Portugal apresenta a segunda maior participação declarada: 79% afirmam que costumam sempre votar e 13%, que votam na maioria das vezes, enquanto 4% declaram

que votam raramente e 3%, que nunca votam. Já os resultados oficiais das eleições legislativas de 2024 indicaram uma presença de 58,23% (SGMAI-AE, 2025), colocando o país na quinta posição em termos de participação efetiva recente entre os países pesquisados.

Timor-Leste aparece em seguida, com 75% dos respondentes declarando que votam sempre e 8%, que votam na maioria das vezes, ao passo que 11% afirmam votar raramente e 5%, nunca. O comparecimento eleitoral aproxima-se desses resultados: nas eleições legislativas de 2023, o país alcançou 79,3% de participação segundo a Comissão Eleitoral Nacional, um dos níveis mais elevados da região Ásia-Pacífico, refletindo forte mobilização cívica no contexto pós-independência.

Em São Tomé e Príncipe, 61% dos respondentes afirmam que costumam sempre votar e 11%, que votam na maioria das vezes, enquanto 9% declaram que votam raramente e 7%, que nunca votam. Esse padrão é bastante próximo do observado nas urnas nas eleições legislativas de 2022, que registraram 65% de participação segundo a Comissão Eleitoral Nacional, a quarta maior taxa de comparecimento no universo lusófono analisado.

Cabo Verde apresenta 54% de respondentes que declaram sempre votar e 17%, que votam na maioria das vezes, combinados a 15% que afirmam votar raramente e 11% que nunca votam. De acordo com a Comissão Eleitoral Nacional, a participação efetiva nas eleições legislativas de 2021 foi de 58,10%.

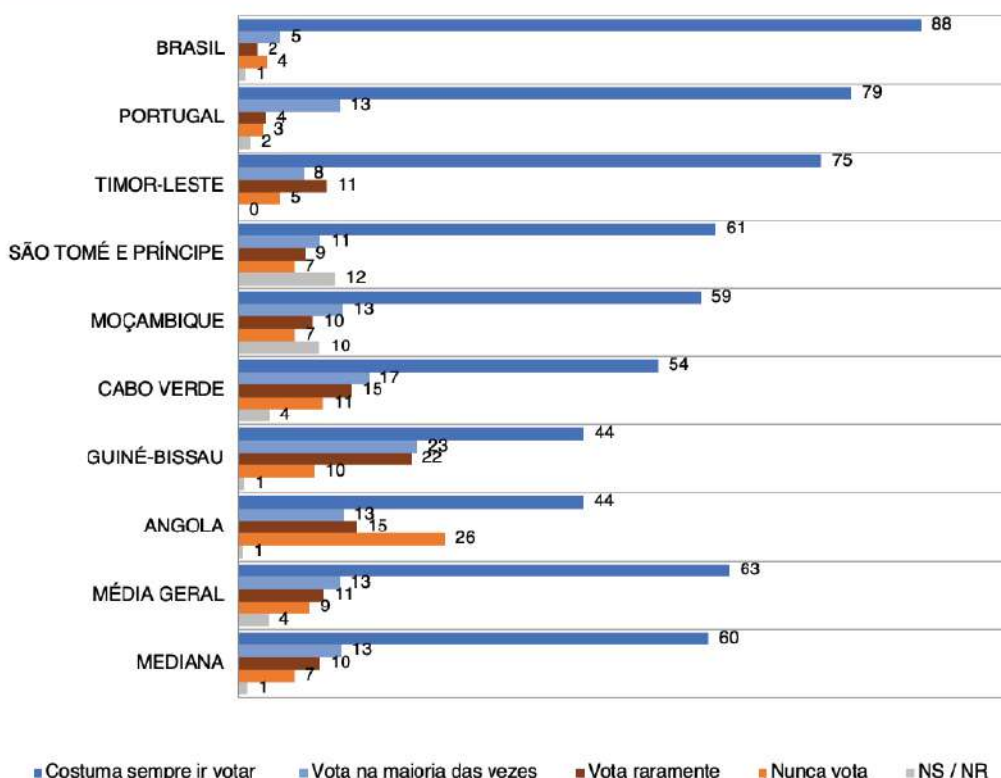
Na Guiné-Bissau, 44% dos respondentes dizem sempre votar e 23% que votam na maioria das vezes, ao passo que 22% declaram votar raramente e 10% nunca. Trata-se de um caso atípico, em que a participação efetiva supera o hábito declarado: dados consolidados pela Comissão Nacional de Eleições indicam que, nas legislativas de 2023, a taxa de comparecimento às urnas atingiu 70%, um número expressivo em termos regionais. A coleta de dados do Barómetro ocorreu antes do golpe de Estado registrado em novembro de 2025.

Angola apresenta um quadro de baixa participação declarada que corresponde aos níveis de participação efetiva. Entre os angolanos,

44% afirmam votar sempre e 13%, que votam na maioria das vezes, enquanto 15% declaram votar raramente e 26%, nunca votar. Nas eleições gerais de 2022, 44,82% dos eleitores compareceram às urnas (CNE Angola).

Em Moçambique, 59% afirmam que votam sempre e 13%, que votam na maioria das vezes, ao passo que 10% declaram votar raramente e 7%, nunca. Esse padrão indica boa adesão normativa ao voto, combinada, contudo, à menor participação efetiva entre os países do grupo. Nas eleições gerais de 2024, o comparecimento foi de 43,5% dos eleitores registrados.

GRÁFICO 22 – FREQUÊNCIA DE VOTO EM ELEIÇÕES (%)



PERGUNTA: Sobre voto, o(a) Sr(a) costuma sempre ir votar nas eleições aqui de (NOME DO PAÍS, vota na maioria das vezes, vota raramente ou nunca vota?

Importância do voto

Atribuição de importância ao voto é quase uma unanimidade entre os países da lusofonia.

Nove em cada dez entrevistados nos países pesquisados (91%) consideram o voto “muito importante” ou “importante”, configurando um amplo consenso que sustenta a legitimidade da democracia como regime político, ainda que passível de críticas quanto ao seu funcionamento e desempenho.

Os níveis mais elevados de valorização do voto são observados no Timor-Leste (99%), em Portugal (96%) e em Cabo Verde (93%). Nesses casos, as respostas que relativizam ou negam a importância do voto são residuais, indicando forte internalização da relevância do processo eleitoral.

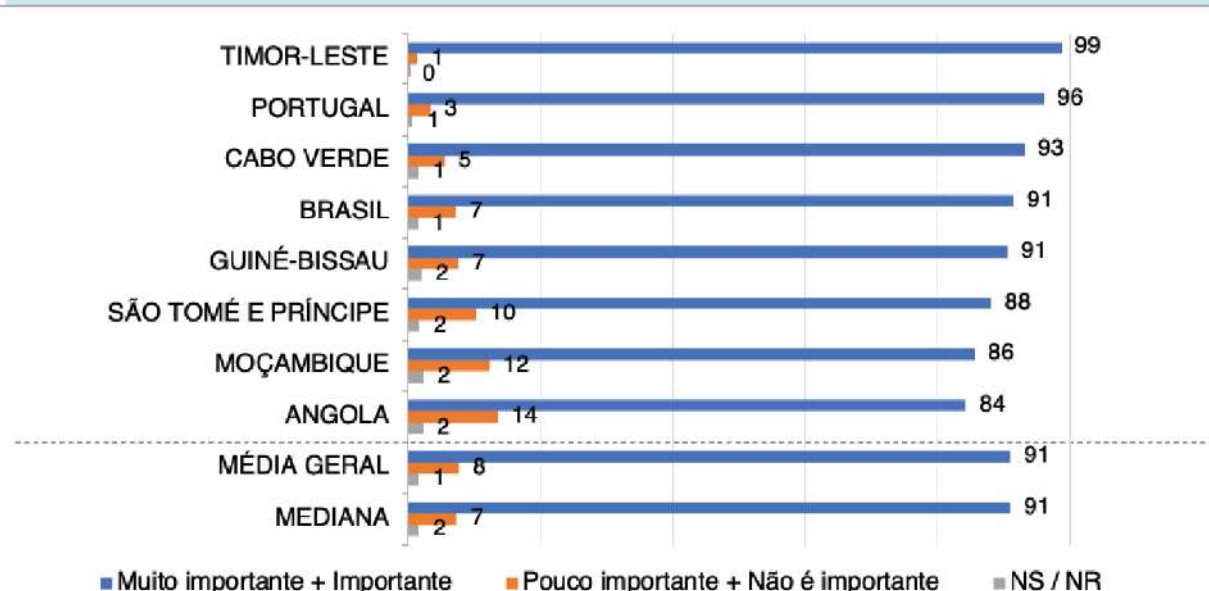
Um segundo grupo, composto por Brasil e Guiné-Bissau, apresenta percentuais idên-

ticos (91%), alinhando-se exatamente à média geral. Nesses países, ínfima parcela de 7% considera o voto “pouco importante” ou “sem importância” (7%).

A atribuição de importância ao voto também é superlativa em São Tomé e Príncipe (88%), Moçambique (86%) e Angola (84%). Nesses casos, no entanto, cresce um pouco o contingente que relativiza seu valor, com percentuais de “pouco importante” e “sem importância” que variam entre 10% e 14%.

Esses resultados chegam a ser surpreendentes em países cuja trajetória em processos político-eleitorais ainda é relativamente curta.

GRÁFICO 23 – IMPORTÂNCIA DO VOTO (%)



PERGUNTA: O(a) Sr(a) considera que o voto dos eleitores é muito importante para melhorar o país, importante, pouco importante ou não é importante?

Satisfação com a democracia

Alta atribuição de importância contrasta com baixa satisfação.

A baixa satisfação com a democracia é uma tendência recente em todo o mundo, como mostrou levantamento do *Pew Research* em 23 países, realizado em 2025.

Em que pese a ampla importância atribuída ao voto e à democracia como regime político, os resultados evidenciam uma visão majoritariamente crítica sobre o seu desempenho nos países da Comunidade: 57% dizem-se “insatisfeitos ou muito insatisfeitos”, ante 40% que se declaram “muito satisfeitos ou satisfeitos”. Isso significa que, embora o regime democrático e o voto sejam amplamente reconhecidos como princípios legítimos de organização política, a percepção dominante é a de que a democracia, tal como opera no presente, não tem sido capaz de responder adequadamente às expectativas da população. Nesse sentido, o déficit identificado é menos de adesão ao regime e mais de desempenho institucional e governamental, especialmente no que se refere à capacidade de produzir resultados tangíveis na vida cotidiana.

Por outro lado, a atitude frente à democracia não é mediada apenas pela avaliação das condições materiais de vida ou pelo acesso a serviços públicos. Como observado nos indicadores de satisfação com a vida e com o país no capítulo 1, a avaliação geral da democracia se fundamenta ora em análises comparativas com outras nações e economias, ora na percepção evolutiva da trajetória nacional, isto é, onde o país

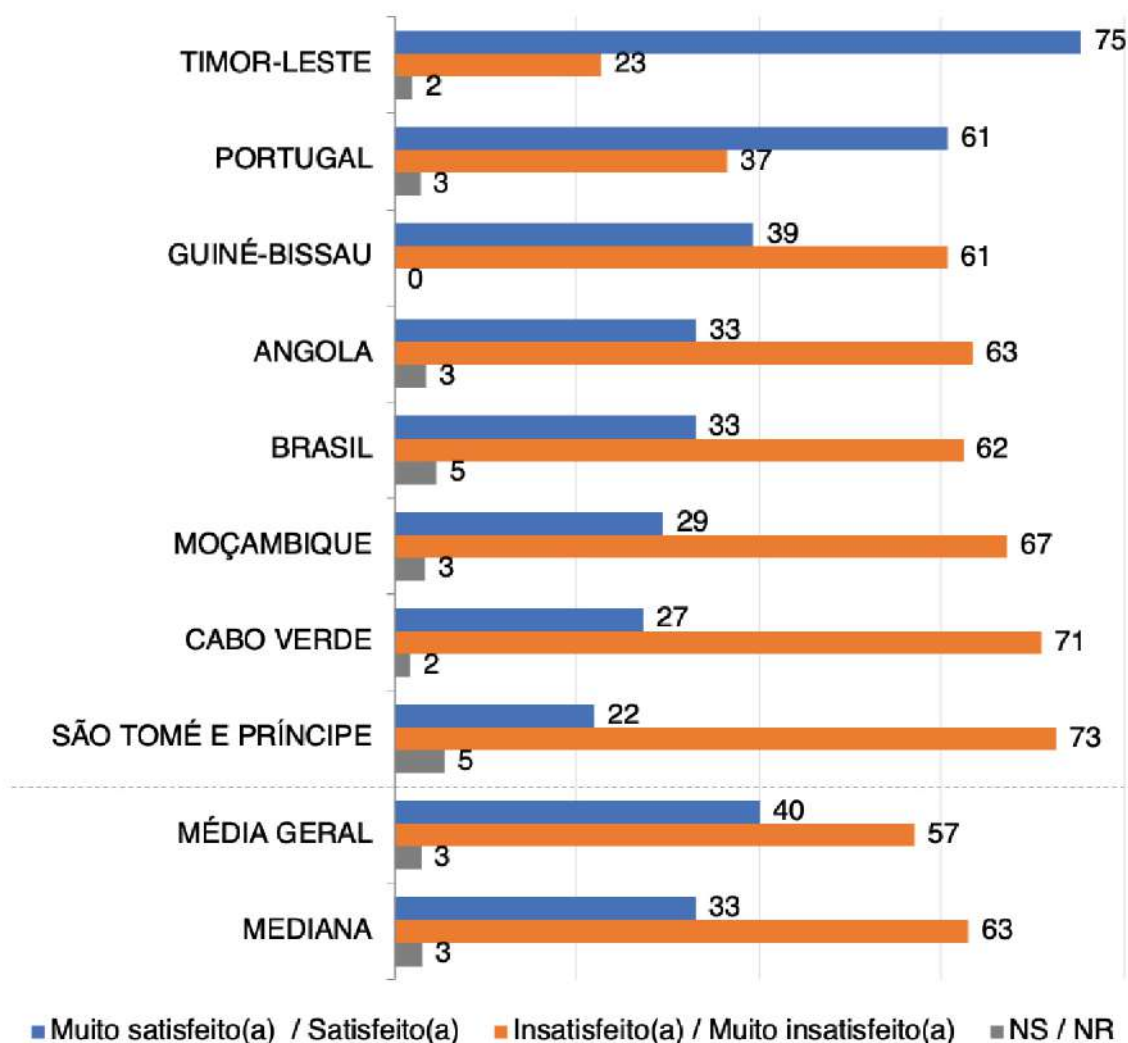
se encontra *versus* de onde veio.

Assim é que os maiores níveis de satisfação com a democracia são registrados em dois países com perfis socioeconômicos bastante distintos: Timor-Leste, com 75% de satisfação, e Portugal, com 61%. No caso de Timor-Leste, a democracia é uma conquista recente, fortemente associada ao processo de independência nacional. Em Portugal, por hipótese, a satisfação está ligada ao reconhecimento de que, em comparação com outras nações, o país mantém relativa estabilidade política e um funcionamento mais eficaz na provisão de serviços públicos.

Nos demais países, as opiniões negativas preponderam. Com níveis de insatisfação próximos ou superiores a 70%, destacam-se São Tomé e Príncipe (73%), Cabo Verde (71%) e Moçambique (67%). Em um segundo patamar situam-se Angola (63% de insatisfação), Brasil (62%) e Guiné-Bissau (61%).

Nesses casos, a insatisfação parece associar-se a uma pluralidade de fatores, como fragilidade econômica, limitações na capacidade responsiva do Estado, percepção de distanciamento entre elites políticas e cidadãos e frustração com a baixa efetividade das eleições como instrumento de mudança. Nesses contextos, a democracia tende a ser percebida como um arranjo procedimentalmente legítimo, porém ainda insuficiente para garantir inclusão e bem-estar.

GRÁFICO 24 – SATISFAÇÃO COM O FUNCIONAMENTO DA DEMOCRACIA (%)



PERGUNTA: O quanto o(a) Sr(a) está satisfeito(a) com a forma como a Democracia funciona aqui em (NOME DO PAÍS)?

Juventude e democracia entre países da Comunidade.

Em 2025, uma série de protestos liderados por jovens ganhou projeção global. A chamada Geração Z, jovens nascidos a partir de 1997, hoje com até cerca de 28 anos, esteve na linha de frente de mobilizações em países como Madagascar, Marrocos, Nepal, Quênia e Indonésia. Essas manifestações, articuladas sobretudo por meio de redes sociais, tiveram como eixos centrais emprego, custo de vida, desigualdade, corrupção e oportunidades.

Analistas frequentemente compararam essa onda à Primavera Árabe, destacando semelhanças como o papel das redes sociais e a rapidez de difusão. Há, contudo, uma diferença fundamental: ao contrário das mobilizações de 2010 e 2011, ocorridas em contextos de regimes autoritários e voltadas contra eles, os protestos recentes ocorreram majoritariamente em países democráticos. Reivindicavam não a mudança do regime, mas aspectos essenciais do seu funcionamento, como transparência e responsividade do Estado. São movimentos, portanto, que passam pela cobrança de *accountability*, entendida como a avaliação e a responsabilização dos governantes por suas decisões, conceito fundamental à sustentabilidade das democracias.

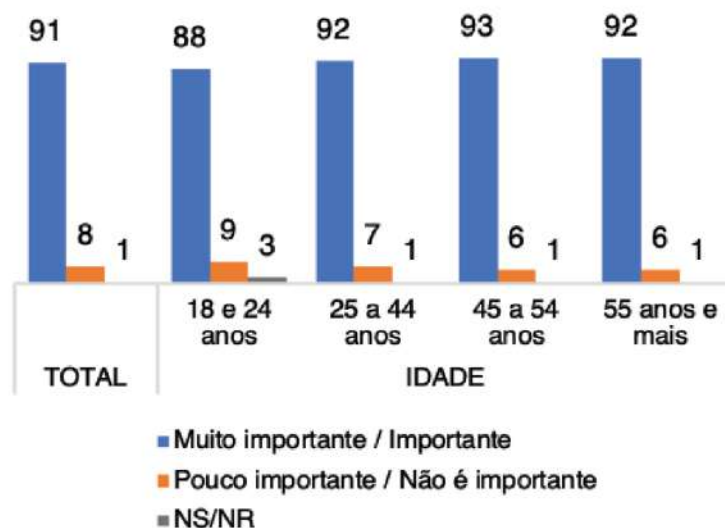
Esse fenômeno ganha particular relevo no espaço dos países de língua portuguesa, marcado por estruturas demográficas muito jovens na África e no Timor-Leste. Segundo o *World Population Prospects 2024*, Angola e Moçambique têm idade mediana em torno de 16 anos; Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, cerca de 19 anos; e Timor-Leste, pouco acima de 21 anos. Essa composição etária implica em

pressões intensas por educação, emprego e serviços básicos, como mostra a percepção de problemas comentada em capítulo anterior.

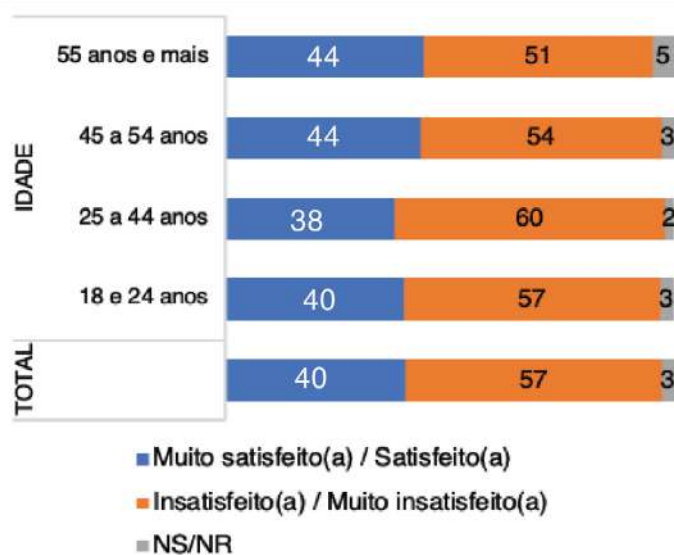
No Timor-Leste, país que figura entre as democracias mais estáveis do Sudeste Asiático, jovens tomaram as ruas em 2025 contra a compra de viaturas de luxo para parlamentares. A pressão resultou na revogação da compra e em acordos para rever benefícios concedidos a políticos. Em Moçambique, protestos pós-eleitorais envolveram amplamente a população urbana, com participação significativa de jovens. Embora não se enquadrem plenamente como “protestos da Geração Z” em sentido estrito, esses eventos chamam a atenção para a relação entre democracia e demografia. Em outra forma de expressão do descontentamento, em 2023 o CNJ (Conselho Nacional da Juventude) de São Tomé e Príncipe ressaltou a preocupação com o elevado desejo de migração juvenil: cerca de 80% dos jovens manifestavam intenção de deixar o país, em razão, sobretudo, de limitações econômicas.

Em todos os casos, a insatisfação é evidente, mas não com o regime em si. Evidenciam um senso de justiça dirigido às elites políticas e a exigência de maior equilíbrio na distribuição de direitos e oportunidades. Embora possa haver entre os jovens uma maior disposição para protestar, essa insatisfação não é exclusiva deles. Os dados do Barómetro da Lusofonia mostram que a importância atribuída ao voto atravessa todas as faixas etárias, enquanto a insatisfação com a democracia, ainda que mais elevada entre jovens e jovens adultos, predomina em todas as faixas idades.

**GRÁFICO 24.1 – IMPORTÂNCIA DO VOTO
POR IDADE - TOTAL DOS PAÍSES (%)**



**GRÁFICO 24.2 – SATISFAÇÃO COM A
DEMOCRACIA POR IDADE - TOTAL DOS
PAÍSES (%)**





Conhecimento e Interesse Sobre os Outros Países Lusófonos

04



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**

Circulação cultural

Interesse mútuo, mas visibilidade ainda desigual.

Este capítulo analisa como os cidadãos de cada país pesquisado percebem, valorizam e se interessam pelos demais, focalizando as dinâmicas de reconhecimento e circulação cultural na Comunidade Lusófona.

Os resultados revelam ampla consciência do espaço da língua portuguesa e interesse recíproco entre os países, mas também evidenciam assimetrias de visibilidade e contato. Ao mesmo tempo em que há polos mais centrais de intercâmbio, as interações organizam-se em torno de núcleos de maior proximidade, não necessariamente definidos pela geografia. A proximidade geográfica tende a reforçar circuitos regionais de troca, enquanto a distância pode elevar custos materiais e impor restrições logísticas. Ainda assim, a cartografia está longe de ser um elemento determinante na configuração das interações entre os países-membros da CPLP.

Esta dinâmica está associada a uma combinação de fatores que contribuem para estruturar eixos de circulação de pessoas, bens culturais e referências compartilhadas, alguns dos quais já discutidos em capítulos anteriores. Afinidades históricas, fluxos migratórios e variações no uso do português produzem padrões diferenciados de intercâmbio cultural. Além disso, os países que dispõem de maior capacidade de produção audiovisual e de maior inserção nos ambientes digitais tendem a alcançar níveis mais elevados de produção, visibilidade e emissão de bens e serviços culturais, reforçando posições socioeconômicas e dificuldades infraestruturais historicamente herdadas.

Essa assimetria não é exclusiva da Comunidade Lusófona. O mercado internacional

de bens e serviços criativos, cujo escopo inclui livros, pesquisa e desenvolvimento, softwares e audiovisual, entre outros, apresenta um elevado grau de concentração. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, 2024), os dez principais exportadores respondem por cerca de 70% das exportações globais desse segmento. Excluindo-se a exportação de bens e observando apenas a de serviços criativos, observa-se a liderança de oito economias desenvolvidas (Estados Unidos, Irlanda, Reino Unido, Alemanha, Holanda, Japão, França, Suíça, Singapura) e apenas uma economia emergente (China). Os países desenvolvidos concentram 93% das exportações globais de serviços de informação, 91% das de pesquisa e desenvolvimento, 88% das de serviços audiovisuais e 75% das de livros e produtos editoriais. Não por acaso, sete dos países que lideram as exportações de serviços criativos figuram também entre aqueles com escores mais elevados no Índice Global de *Soft Power*, mensurado pela Brand Finance (2025): Estados Unidos: 79,5 pontos; China: 72,8; Reino Unido: 72,4; Japão: 71,5; Alemanha: 70,1; França: 68,5; Suíça: 64,9.

O conceito de *soft power*, cunhado pelo cientista político Joseph S. Nye Jr. (2004), refere-se à capacidade de um país influenciar outros por meio da atração e da persuasão, em lugar da ameaça militar ou coesão econômica explícita. A circulação e penetração de conteúdos culturais de um país além de suas fronteiras constituem uma dimensão central dessa forma de poder. É, portanto, de *soft power* nos países da Comunidade Lusófona que trata este capítulo.

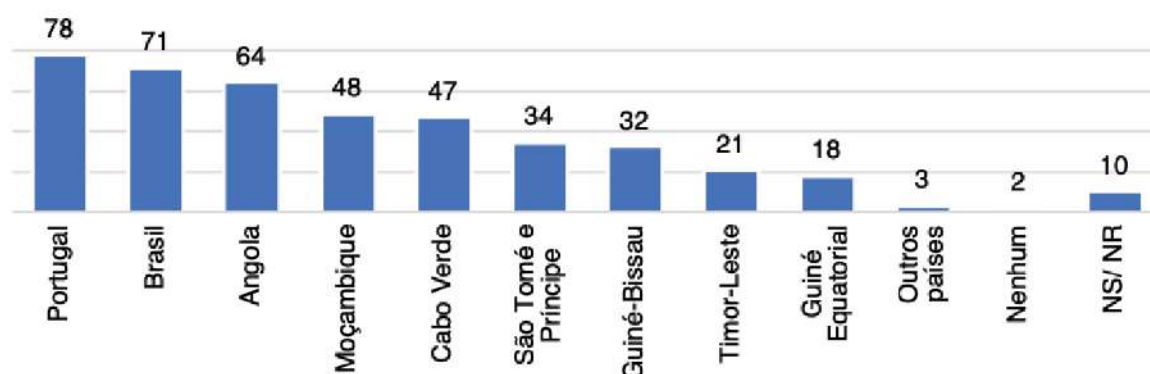
Conhecimento dos países

Pergunta espontânea sobre quais países falam português retorna um bom nível de conhecimento sobre o universo lusófono.

Como esperado, dado o seu papel histórico como principal polo de institucionalização e difusão da língua, Portugal é o país mais lembrado, com 78% do total de menções, seguido de Brasil (71%) e Angola (64%). Um segundo degrau, pró-

ximo a 50%, é formado por Moçambique (48%) e Cabo Verde (47%). Cerca de um terço citam São Tomé e Príncipe (34%) e Guiné-Bissau (32%). Timor-Leste e Guiné Equatorial são os menos lembrados (21% e 18%, respectivamente).

GRÁFICO 25 – PAÍSES QUE FALAM PORTUGUÊS (MÉDIA %) ESPONTÂNEA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS



PERGUNTA: *Fora o seu país, sabe quais são os outros países no mundo que falam português? Mais algum? (ESPONTÂNEA - MÚLTIPLAS RESPOSTAS)*

Observação: *a pergunta foi feita no início da entrevista e não sofreu “efeito questionário”.*

Observando os resultados por país, o *ranking* tende a se manter. A menção a Portugal é transversalmente ampla, ultrapassando 60% em todos os países. Esse número fica bem acima da média geral em Cabo Verde (95%), São Tomé e Príncipe (84%) e Guiné-Bissau (83%), evidenciando a forte presença portuguesa nas referências imediatas sobre o universo lusófono nesses países. Na direção oposta, mais de 60% dos portugueses mencionam Brasil (86%), Angola (81%), Mo-

çambique (70%) e Cabo Verde (66%). Ainda em Portugal, 15% citam “outros países” (não membros da CPLP).

Segundo mais lembrado, o Brasil recebe percentuais que variam de 90% em Cabo Verde a 57% em São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Nesse aspecto, o Brasil se revela um outlier: entre os oito pesquisados, mostra-se o menos informado sobre quais países compartilham o português. À exceção

de Portugal, lembrado por 62% dos brasileiros, as menções aos demais países chegam no máximo a um terço. Esse padrão se repete ao longo deste capítulo, revelando um paradoxo brasileiro: ao mesmo tempo em que apresenta alta centralidade cultural na Comunidade, o Brasil registra os menores níveis de conhecimento, interesse e consumo cultural em relação aos demais países.

Considerados no contexto dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Por-

tuguesa), os resultados mostram um claro padrão de reconhecimento intrarregional, com alta referência entre si. No conjunto da Comunidade, Angola é mais citada em Cabo Verde (89%), assim como São Tomé e Príncipe (66%) e Guiné Bissau (57%). Por sua vez, Cabo Verde é mais lembrado na Guiné-Bissau (72%), com menção expressiva também em São Tomé (60%). A Guiné Equatorial, país menos lembrado no todo (18%), alcança 35% entre os cabo-verdenses, 32% entre os tomenses (32%) e 30% entre os guineenses.



Moçambique foge parcialmente a essa regra ao ser mais citado pelos portugueses (70%), com número muito superior ao obtido em Cabo Verde (55%), Guiné-Bissau (55%) e Angola (52%). De modo geral, esse arranjo intrabloco é atravessado por Portugal, que, como visto, cita e é citado com grande volume de menções entre os países africanos de língua portuguesa.

Timor-Leste figura entre os países menos lembrados, ocupando a penúltima posição no *ranking* geral, com apenas 21% de menções, atrás apenas da Guiné Equatorial. É mais citado em Portugal (38%) e em alguns países africanos (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, cada um com 28% de citações).

Essa baixa visibilidade poderia ser analisada à luz do distanciamento geográfico, geopolítico ou pela dimensão da afinidade histórica ou cultural. Mas pode ser compreendida também a partir da trajetória recente de inserção internacional desse país. Timor-Leste foi o penúltimo Estado a aderir à CPLP. A adesão oficial em 2002, ano de sua independência, integrou o esforço de ampliar a participação em fóruns e organizações multilaterais, como estratégia de articulação diplomática, de afirmação como país livre e soberano e de projeção no cenário internacional. Eleito em dezembro de 2025, após a suspensão da Guiné-Bissau, para assumir a Presidência pro tempore da CPLP no biênio 2026-2027, o Timor-Leste encontra uma nova oportunidade de ampliar sua presença no espaço lusófono, aprofundando sua integração institucional e simbólica.

TABELA 12 – PAÍSES QUE FALAM PORTUGUÊS (%)
ESPONTÂNEA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS

PAÍS CITADO (%)	PAÍS								
	MÉDIA GERAL	ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
Portugal	78	78	62	95	83	75	-	84	69
Brasil	71	72	-	90	71	66	86	57	57
Angola	64	-	31	89	74	67	81	71	36
Moçambique	48	52	16	55	55	-	70	49	41
Cabo Verde	47	48	11	-	72	36	66	60	36
São Tomé e Príncipe	34	31	4	66	47	26	40	-	28
Guiné-Bissau	32	26	6	57	-	25	41	40	31
Timor-Leste	21	12	4	28	28	5	38	28	-
Guiné Equatorial	18	13	4	35	30	4	11	32	14
Outros países	3	0	3	1	2	3	15	3	0
Nenhum	2	4	4	0	0	1	1	3	0
NS/ NR	10	4	26	1	8	7	2	5	29

PERGUNTA: *Fora o seu país, sabe quais são os outros países no mundo que falam português? Mais algum? (ESPONTÂNEA - MÚLTIPLAS RESPOSTAS)*

Observação: *a pergunta foi feita no início da entrevista e não sofreu “efeito questionário”.*

Interesse nos países

Contexto geral de abertura e interesse pela cultura dos países de língua portuguesa.

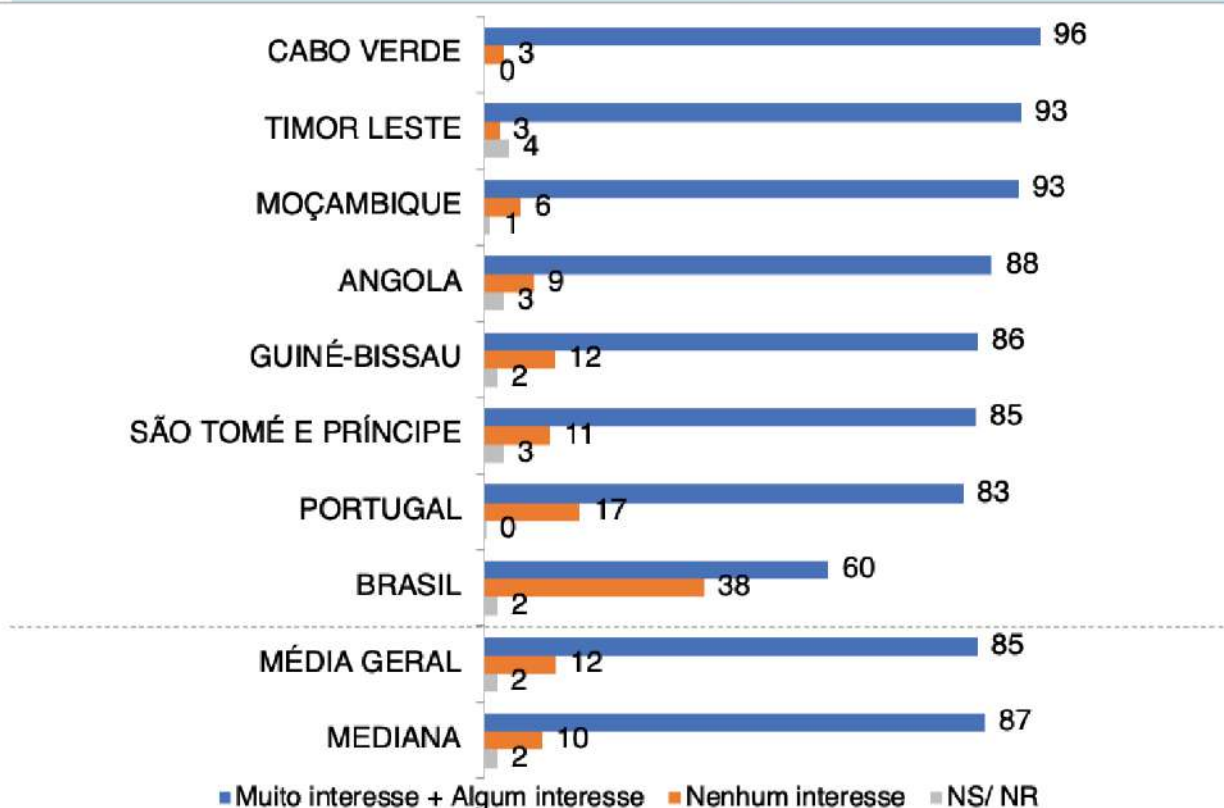
Considerando a totalidade dos países pesquisados, 85% dos respondentes declaram ter “muito” ou “algum interesse” em conhecer produtos e manifestações culturais de outros países lusófonos na música, na literatura e nas artes em geral.

Nos resultados por país, o interesse declarado é quase unânime em Cabo Verde (96%),

Moçambique (93%) e Timor-Leste (93%). Os números são notoriamente expressivos também em Angola (88%), Guiné-Bissau (86%), São Tomé e Príncipe (85%) e Portugal (83%).

Entre os brasileiros, embora também expressivo, o interesse pelas expressões culturais de outros países de língua portuguesa é comparativamente mais baixo: 60%.

GRÁFICO 26 – INTERESSE POR MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE OUTROS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA (%)



PERGUNTA: O(A) Sr(a) tem muito interesse, algum interesse ou não tem interesse em conhecer os produtos e as manifestações culturais de outros países de língua portuguesa, na música, na literatura e nas artes?

Consumo cultural

Elevado grau de circulação cultural no espaço lusófono

O alto interesse declarado na cultura dos países de língua portuguesa parece se converter efetivamente em práticas e hábitos de consumo cultural: no total, 78% dos respondentes afirmam assistir a filmes e programas de televisão, ler livros ou ouvir música provenientes de outros países lusófonos.

Na maioria dos países africanos da Comunidade, o consumo declarado é superlativo, alcançando 94% em Moçambique e 89% em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. No continente asiático, Timor-Leste aproxima-se desse patamar, com 87%. Guiné-Bissau e Portugal apresentam resultados comparativamente mais moderados, com 72% e 69%, respectivamente.

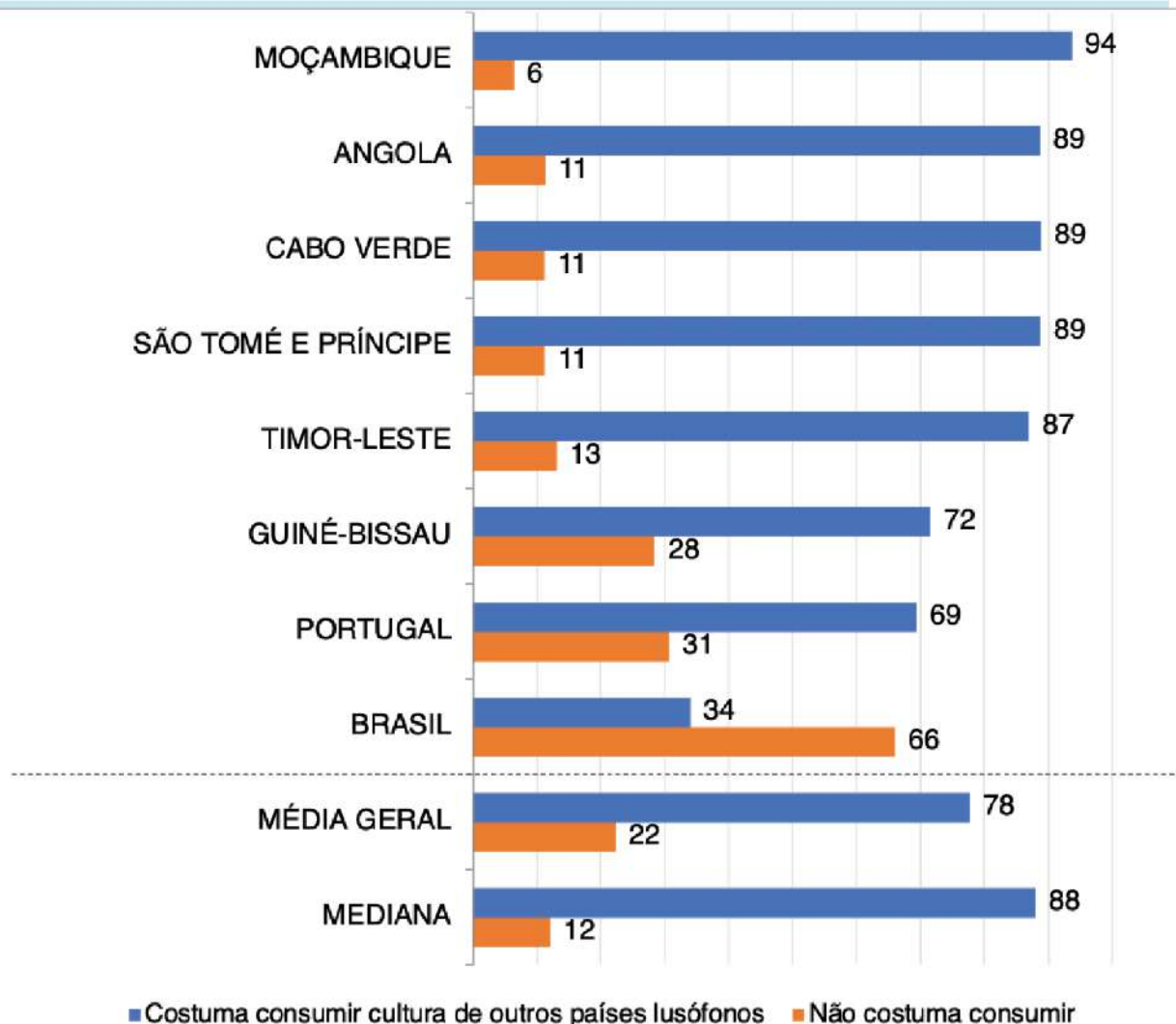
A expressividade desses percentuais sugere que a língua compartilhada funciona como vetor efetivo de acesso, familiaridade e valorização de bens culturais transnacionais.

Além disso, os resultados indicam forte dinamismo da indústria criativa. Todavia, à exceção do Brasil e de Portugal, persiste a escassez de estatísticas consolidadas e dados comparáveis sobre esse mercado no espaço lusófono, sobretudo na África (UNCTAD, 2024). Essa limitação dificulta análises comparativas tanto no interior da Comunidade Lusófona quanto além dela.

O Brasil constitui, novamente, uma exceção: apenas 34% dos respondentes declaram consumir conteúdos culturais produzidos em outros países de língua portuguesa. Dois terços dos brasileiros (66%) afirmam não ter o hábito de assistir a filmes ou programas de televisão, ler livros ou ouvir músicas provenientes desses países. Esse resultado reforça o diagnóstico deste capítulo: o Brasil participa do circuito cultural lusófono de forma assimétrica, atuando até o momento mais como emissor do que como receptor.



GRÁFICO 27 – HÁBITO DE CONSUMIR PRODUTOS CULTURAIS DE OUTROS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (%)



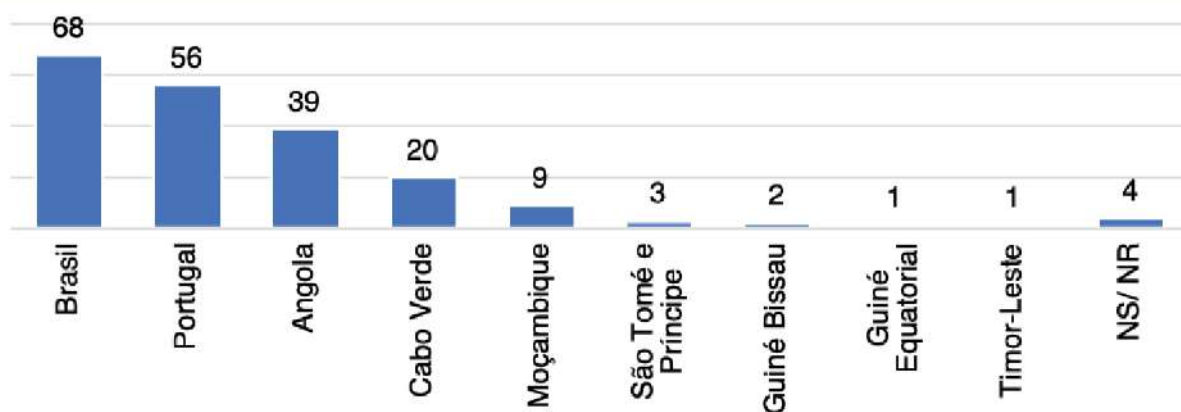
PERGUNTA: O(a) Sr(a) costuma ou não assistir a filmes, programas de televisão, ler livros, ou ouvir música de outros países de língua portuguesa, além de (NOME DO PAÍS)?

Principais emissores de produtos culturais

**Brasil e Portugal ocupam posições centrais de liderança.
Angola e Cabo Verde exercem liderança regional.**

O Brasil se destaca como o principal emissor, isto é, o país cujos produtos culturais são mais consumidos pelos demais (68% das menções). Na sequência figuram Portugal (56%), Angola (39%), Cabo Verde (20%) e Moçambique (9%). Demais países registram participações residuais (inferiores a 5%), o que evidencia uma estrutura concentrada de irradiação cultural no espaço lusófono.

GRÁFICO 28 – PRINCIPAIS EMISSORES DE PRODUTOS CULTURAIS NO ESPAÇO LUSÓFONO (MÉDIA %) / ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS



**PERGUNTA: (PARA QUEM DISSE QUE CONSOME BENS CULTURAIS DE OUTROS PAÍSES)
De que países? (ESPONTÂNEA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)**

Os resultados por país indicam que São Tomé e Príncipe (3%), Guiné-Bissau (2%), Guiné Equatorial (1%) e Timor-Leste (1%) apresentam baixa inserção como produtores ou emissores de bens e serviços culturais no conjunto analisado. Apenas entre os bissau-guineenses observa-se algum consumo de conteúdos provenientes da Guiné Equatorial (9%) e de São Tomé e Príncipe (7%).

Portugal figura como principal produtor para Timor-Leste (95%) e para o Brasil (61%), além de elevada relevância em Cabo Verde (80%) e na Guiné-Bissau (68%). Em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, contudo, o consumo de produtos culturais portugueses

fica abaixo de 50%, indicando variações regionais na intensidade desses fluxos.

O Brasil lidera o consumo entre angolanos (75%), cabo-verdianos (89%), moçambicanos (70%) e portugueses (80%). O país com menor penetração de produtos culturais brasileiros é São Tomé e Príncipe (50%). Já os brasileiros concentram esse consumo em Portugal (61%), seguido de longe por Angola (25%), Moçambique (13%) e Cabo Verde (6%). Esse quadro reforça a assimetria observada ao longo do capítulo: o Brasil se consolidou como principal polo de irradiação cultural na Comunidade, sem ainda estabelecer conexões equivalentes na condição de consumidor.

Angola se afirma como principal mercado produtor para bissau-guineenses (86%) e são-tomenses (55%), além de apresentar forte presença em Moçambique (67%). No contexto africano, Angola se consolida como referência regional de produção ou emissão cultural, com alcance que se estende também a Portugal, onde 46% dos respondentes declaram consumir produtos culturais angolanos.

Cabo Verde ocupa uma posição intermediária no sistema de circulação

cultural lusófono: 53% dos bissau-guineenses consomem seus produtos culturais, assim como 37% dos portugueses e 28% dos são-tomenses.

Moçambique, por sua vez, apresenta menor projeção na emissão de bens e produtos culturais para outros países da Comunidade Lusófona, alcançando seu patamar máximo entre os angolanos (18%). Números próximos são registrados na Guiné-Bissau (17%) e Portugal (16%).

TABELA 13 – PRINCIPAIS EMISSORES DE PRODUTOS CULTURAIS NO ESPAÇO LUSÓFONO (%)
ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS

PAÍS CITADO (%)	MÉDIA GERAL	PAÍS							
		ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
Brasil	68	75	-	89	77	70	80	50	69
Portugal	56	49	61	80	68	44	-	46	95
Angola	39	-	25	23	86	67	46	55	8
Cabo Verde	20	14	6	-	53	16	37	28	9
Moçambique	9	18	13	2	17	-	16	7	6
São Tomé e Príncipe	3	3	1	2	7	4	7	-	2
Guiné Bissau	2	2	2	4	-	3	2	1	1
Guiné Equatorial	1	1	0	0	9	0	0	0	0
Timor-Leste	1	0	1	0	6	0	1	0	-
NS/ NR	4	2	20	1	0	3	3	6	3

PERGUNTA: (PARA QUEM DISSE QUE CONSOME BENS CULTURAIS DE OUTROS PAÍSES)
De que países? (ESPONTÂNEA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

A influência cultural na Comunidade Lusófona.

A teoria de grafos e análise de redes (BARABÁSI, 2016) ajuda a visualizar com mais acurácia a dinâmica do intercâmbio cultural entre os países de língua portuguesa, dando pistas importantes sobre aspectos em que a Comunidade Lusófona pode aprofundar sua integração e fortalecer a coesão interna. A partir desse referencial analítico, a Comunidade pode ser entendida como uma rede em que os países são os “nós” (vértices) e as menções entre eles, expressas aqui em percentuais, representam as “conexões” (arestas). O prestígio ou centralidade de um nó na rede é medido pelo seu “grau de entrada” – o número de conexões que ele recebe. “Hubs” são nós com número de conexões significativamente acima da média. Eles funcionam como polos de intermediação e difusão, mas também evidenciam uma vulnerabilidade estrutural: sem esse ponto de convergência a rede se fragmenta, caso não existam conexões fortes o suficiente entre os outros países para compensar essa ausência. Há ainda os clusters, agrupamentos de nós mais conectados entre si do que com o resto da rede.

A rede lusófona apresenta uma configuração centralizada, em que a conectividade do todo depende fortemente de alguns centros irradiadores: Brasil, Portugal e, com menor intensidade mas com papel importante no cenário africano, Angola.

- **Brasil:** com o maior grau de entrada (68% no total de menções, chegando a 89% em Cabo Verde), tem alto nível de visibilidade e penetração no espaço lusófono, o que significa elevado potencial de influência. É o país do grupo que mais atrai o consumo cultural dos outros países – exceto Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, que consomem mais bens culturais de Angola (86% e 55%), e Timor-Leste, cujo consumo se concentra em Portugal (95%).
- **Portugal:** funciona como segundo hub, citado como foco do consumo cultural por 56% da Comunidade. Sua posição na rede é fundamental para a conexão de nós “periféricos” (aqueles com menor visibilidade), como o Timor-Leste, com quem possui a aresta mais forte de toda a rede (95%).
- **Angola:** com 39% das menções totais, tem posição destacada no cluster formado pelos países da África lusófona.

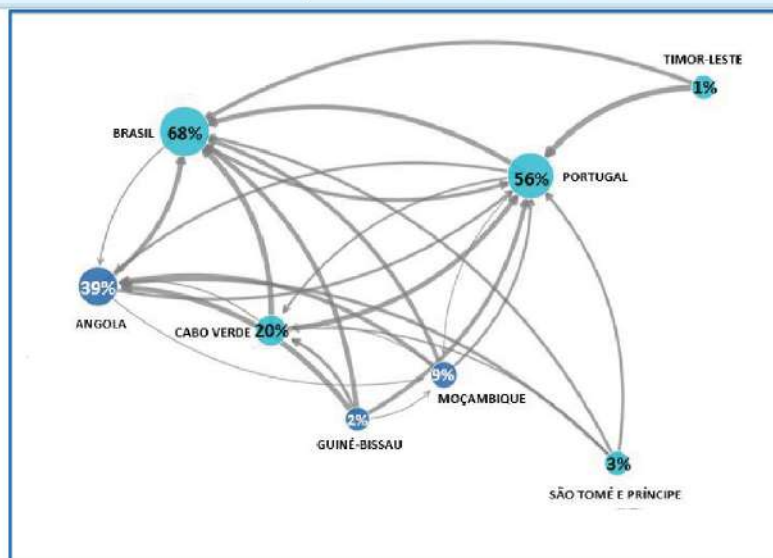
Rede centralizada e fluxos unidirecionais.

Uma rede forte e equilibrada pressupõe reciprocidade nas conexões. No presente caso, isso significaria um fluxo bidirecional do consumo cultural peer to peer (país a país).

Contudo, na relação entre Brasil e países africanos da Comunidade, predomina um fluxo de saída, mais que de entrada. A título de exemplo, enquanto a aresta Angola - Brasil é densa (75%), a volta Brasil - Angola é frágil (25%). Ou seja: dentro da Comunidade, o Brasil atua muito mais como polo emissor do que como receptor de bens culturais.

Portugal apresenta maiores níveis de reciprocidade, com fluxos densos em ambos os sentidos. Exemplo disso é o intercâmbio com o Brasil (Portugal - Brasil: 80%; Brasil - Portugal 61%).

GRÁFICO 29 – REDE DE CONSUMO CULTURAL ENTRE PAÍSES DAS CPLP, SEGUNDO O HÁBITO DECLARADO



Brasil (68%) é o principal hub, recebendo fluxos densos de todos os países, mas ainda com baixa bidirecionalidade. Portugal (56%) é o segundo hub, com maior equilíbrio bidirecional nos fluxos e papel importante como ponte para países mais isolados. Angola (39%) centraliza o cluster africano. São Tomé e Príncipe (3%) e Timor-Leste (1%) mostram-se periféricos.

Fonte: Barómetro da Lusofonia 2026.

Fortalecendo a rede lusófona.

A configuração observada não é excepcional no contexto de comunidades culturais internacionais, como a francofonia ou o mundo hispânico. A existência de diferentes níveis de centralidade não é necessariamente negativa quando representa uma diferenciação de papéis – alguns países podem ter maior visibilidade e contribuir para a difusão, enquanto outros se especializam em circuitos regionais ou nichos específicos de produção e circulação cultural. O risco emerge quando a centralidade se combina a baixo dinamismo da rede, fraca densidade de conexões laterais e limitada consolidação de circuitos diretos entre os nós menos centrais. Assim, os dados sugerem a necessidade não apenas de promover conexões bilaterais entre centro e periferia, mas também de fortalecer as conexões entre as periferias (países atualmente menos citados e mais isolados na Comunidade). Isso implica institucionalizar relações mais diretas e transversais de intercâmbio cultural, promovendo uma dinâmica mais multidirecional de interação na Comunidade Lusófona.

Hábito de assistir a programas de TV de outros países de língua portuguesa

Brasil e Portugal são os mais assistidos.

Antes de apresentar os resultados, cabem duas observações. A primeira diz respeito ao acesso à televisão estrangeira. Dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT, 2023) revelam que, em diversos países africanos, mais de metade dos domicílios possuem acesso apenas à televisão aberta terrestre, com baixa penetração de TV por assinatura ou de pacotes que incluam canais internacionais. Esse quadro limita drasticamente o acesso direto à programação de outros países, quando comparado a mercados com maior presença de serviços pagos, como Brasil e Portugal.

A segunda observação refere-se à distinção entre programas “de” TV e programas “na” TV. Em um contexto em que a televisão divide com outras telas a mediação e a difusão de conteúdos audiovisuais, “assistir a programas de TV” já não implica, necessariamente, o uso da televisão como dispositivo de acesso.

O hábito de assistir a programas de TV entre os países da Comunidade ratifica os achados anteriores sobre consumo cultural. Brasil e Portugal ocupam posições centrais nesse circuito, tecnicamente empatados como os mais assistidos (58% e 56%, respectivamente). Angola aparece em terceiro lugar (24%), a uma distância significativa dos dois polos principais, enquanto Cabo Verde (9%) e Moçambique (7%) registram presença limitada. Demais países não apresentam relevância como produtores de conteúdo televisivo para o conjunto da Comunidade.

Em Cabo Verde, o hábito de assistir a programas da televisão brasileira e da portuguesa é particularmente elevada (85% e 75%, respectivamente). A programação brasileira lidera também em Moçambique (65%) e Angola (64%) e alcança 59% na Guiné-Bissau. No Timor-Leste, metade dos entrevistados declara assistir a programas do Brasil (50%). Em Portugal, esse índice é de 43%, enquanto em São Tomé e Príncipe atinge 41%. A televisão portuguesa, por sua vez, ocupa posição de liderança clara entre timorenses (81%), são-tomenses (61%) e bissau-guineenses (61%), mantendo também relevância em Moçambique (49%) e Angola (47%).

Os programas de TV de Angola desempenham papel expressivo no circuito africano: são assistidos por 54% dos moçambicanos, 40% dos bissau-guineenses e 33% dos são-tomenses. Ainda que de forma mais limitada, também alcança o público de Cabo Verde (13%) e de Portugal (16%). Esse quadro sustenta o posicionamento de Angola como terceiro polo de circulação televisiva na Comunidade, com forte ancoragem regional.

O conteúdo televisivo cabo-verdiano apresenta relevância concentrada sobretudo na Guiné-Bissau (23%) e em São Tomé e Príncipe (13%), indicando circuitos específicos de circulação.

No panorama geral, 22% dos entrevistados afirmam não assistir a programas de televisão de nenhum outro país lusófono. Esse

percentual atinge elevado patamar no Brasil (74%) e alcança 44% em Portugal.

Em um mercado de cerca de 300 milhões de pessoas falantes do português, esses padrões de circulação de conteúdo audio-

visual ganham relevância adicional quando situados no contexto recente de maior visibilidade e reconhecimento internacional de filmes em língua portuguesa, presentes em premiações de alto prestígio como o Oscar e o Globo de Ouro.

GRÁFICO 30 – HÁBITO DE ASSISTIR A PROGRAMAS DE TV DE OUTROS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS (MÉDIA %)

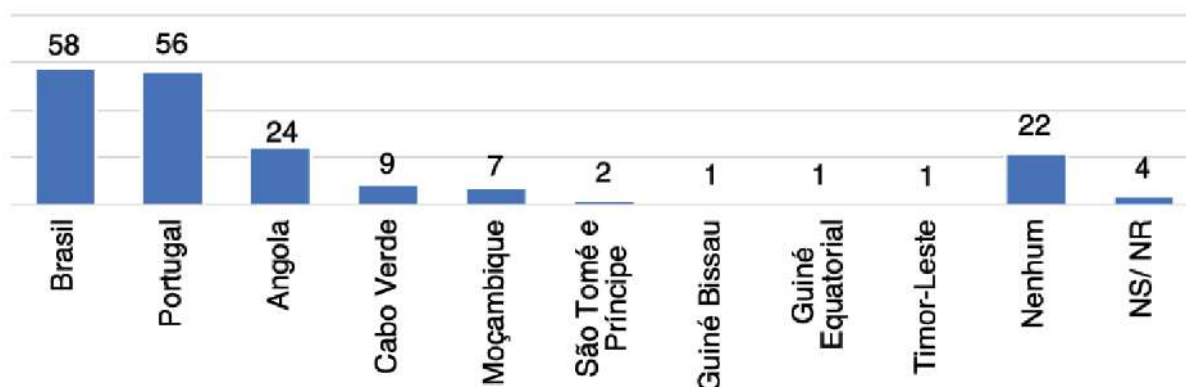


TABELA 14 – HÁBITO DE ASSISTIR A PROGRAMAS DE TV DE OUTROS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS (%)

PAÍS CITADO(%)	MÉDIA GERAL	PAÍS							
		ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
Brasil	58	64	-	85	59	65	43	41	50
Portugal	56	47	19	75	61	49	-	61	81
Angola	24	-	6	13	40	54	16	33	8
Cabo Verde	9	6	1	-	23	6	9	13	3
Moçambique	7	18	3	0	6	-	7	6	9
São Tomé e Príncipe	2	1	0	1	5	2	2	-	0
Guiné Bissau	1	1	0	0	-	2	1	1	1
Guiné Equatorial	1	1	0	0	5	0	0	0	0
Timor-Leste	1	0	0	0	2	1	1	0	-
Nenhum	22	8	74	2	13	8	44	15	12
NS/ NR	4	6	3	3	6	1	4	4	5

PERGUNTA: Além de (NOME DO PAÍS), de quais outros países de língua portuguesa o(a) Sr(a) assiste a programas de televisão? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

Tipos de programas mais assistidos

Noticiário, cinema e novelas concentram a circulação audiovisual no espaço lusófono.

Os conteúdos audiovisuais mais consumidos provenientes de outros países lusófonos concentram-se em três grandes categorias: noticiário político e econômico (49%); filmes e documentários (40%); e novelas ou séries (34%). Os demais formatos apresentam circulação restrita, com percentuais inferiores a 10%.

GRÁFICO 31 – TIPOS DE PROGRAMAS MAIS ASSISTIDOS DE OUTROS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS (MÉDIA %)



PERGUNTA: Quais desses tipos de programas o(a) Sr(a) costuma acompanhar com mais frequência sobre outros países de língua portuguesa além de (NOME DO PAÍS)? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

Portugueses e timorenses lideram o consumo de noticiário internacional em língua portuguesa (61%), seguidos por moçambicanos (55%), angolanos (49%), bissau-guineenses (48%), brasileiros (44%), cabo-verdianos (36%) e são-tomenses (35%). Essa amplitude sugere que o noticiário opera como um vetor relevante de conexão informativa entre os países pesquisados, atuando na formação da opinião pública no universo compartilhado da língua.

Filmes e documentários apresentam maior adesão entre cabo-verdianos (55%) e bissau-guineenses (58%), com níveis também elevados no Timor-Leste (46%) e em Portu-

gal (43%). Em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, esses conteúdos situam-se em patamares intermediários, entre 30% e 36%.

As novelas e séries ocupam posição central em contextos específicos. São o conteúdo mais consumido em Cabo Verde (65%) e São Tomé e Príncipe (56%) e atingem quase metade da população de Moçambique (48%). Em Angola, um terço declara consumir esse tipo de conteúdo (32%). Por sua vez, Timor-Leste e Brasil exibem níveis muito baixos de exposição a novelas e séries produzidas por outros países lusófonos (12%).

Reality shows, programas de humor e programas policiais de outros países apresentam circulação limitada e localizada. Reality shows alcançam 16% em Angola e 13% em Moçambique; humor chega a 13% em Moçambique e 11% em Portugal; programas policiais atingem 13% em Moçambique.

O Brasil, de forma consistente com indicadores anteriores, apresenta os menores níveis de consumo de praticamente todos os tipos de conteúdo audiovisual nesse universo.

TABELA 15 – TIPOS DE PROGRAMAS MAIS ASSISTIDOS DE OUTROS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (%) / ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS

PROGRAMAS (%)	PAÍS								
	MÉDIA GERAL	ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
Noticiário sobre política, economia e os acontecimentos no país e no mundo	49	49	44	36	48	55	61	35	61
Filmes, cinema e Documentários	40	30	19	55	58	34	43	36	46
Novelas e séries	34	32	12	65	28	48	23	56	12
Reality shows	10	16	3	32	3	13	2	3	8
Programas de humor	9	10	4	8	3	13	11	10	10
Programas policiais	6	7	5	8	0	13	4	4	3
Nenhum	10	5	30	3	7	4	17	13	0
Outros	2	2	1	4	3	1	3	3	0
NS/NR	7	9	4	2	10	3	0	4	23

PERGUNTA: Quais desses tipos de programas o(a) Sr(a) costuma acompanhar com mais frequência sobre outros países de língua portuguesa além de (NOME DO PAÍS)? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

Futebol

Futebol: Portugal como polo de maior interesse.

Historicamente, o futebol constitui um importante vetor de pertencimento transnacional, operando como uma matriz cultural particularmente eficaz na produção de identidades e referências compartilhadas. Esse papel se manifesta também entre os países da Comunidade Lusófona, com grande número de pessoas que acompanham times de outros países.

O futebol português lidera, com ampla margem, a capacidade de despertar interesse no restante da Comunidade, alcançando uma média geral de 54%. O futebol brasileiro aparece em segundo lugar, com 31%. Os níveis de interesse pelo futebol de Angola (9%) e Cabo Verde (7%) são bastante reduzidos, enquanto os demais países registram valores residuais. No conjunto, 36% dos entrevistados declaram não acompanhar futebol de nenhum outro país lusófono.

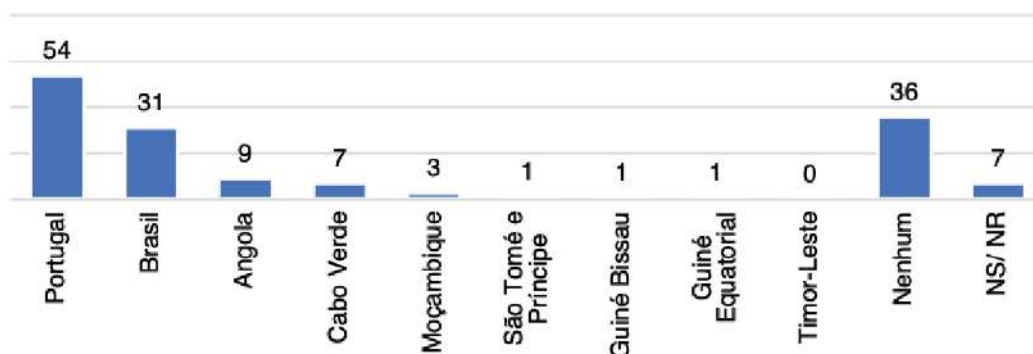
O futebol português alcança percentuais muito elevados em Timor-Leste (84%) e

mobiliza parcelas expressivas da população em Cabo Verde (66%), Guiné-Bissau (60%) e São Tomé e Príncipe (57%). O interesse é mais moderado em Angola (43%) e Moçambique (46%). No Brasil, apenas 22% afirmam acompanhar o futebol português, enquanto 73% declaram não seguir o futebol de nenhum outro país lusófono. Em Portugal, observa-se padrão semelhante: 22% acompanham o futebol brasileiro e 72% não acompanham futebol dos demais países.

O interesse pelo futebol brasileiro é mais elevado em Timor-Leste (54%) e em Angola (40%). Na Guiné-Bissau e em Moçambique, cerca de um terço acompanha competições brasileiras. Em Cabo Verde, aproximadamente um quarto. Em São Tomé e Príncipe, apenas 11% manifestam interesse pelo futebol do Brasil.

Reforçando o papel regional de Angola, 20% dos moçambicanos e 18% dos bissau-guineenses afirmam acompanhar o futebol daquele país.

GRÁFICO 32 – HÁBITO DE ACOMPANHAR O FUTEBOL DE OUTROS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (MÉDIA %) ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS



PERGUNTA: De quais outros países de língua portuguesa, além de (NOME DO PAÍS), o(a) Sr(a) acompanha o futebol ou equipes de futebol? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

TABELA 16 – HÁBITO DE ACOMPANHAR O FUTEBOL DE OUTROS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (%) / ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS

PAÍS CITADO (%)	PAÍS								
	MÉDIA GERAL	ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
Portugal	54	43	22	66	60	46	-	57	84
Brasil	31	40	-	25	33	34	22	11	54
Angola	9	-	3	6	18	20	4	6	4
Cabo Verde	7	6	1	-	15	4	6	3	13
Moçambique	3	6	2	0	7	-	1	1	2
São Tomé e Príncipe	1	1	0	0	2	1	0	-	1
Guiné Bissau	1	1	0	1	-	2	1	0	1
Guiné Equatorial	1	1	0	0	2	1	0	1	0
Timor-Leste	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Nenhum	36	25	73	20	27	28	72	33	6
NS/ NR	7	9	3	13	8	7	3	8	4

PERGUNTA: De quais outros países de língua portuguesa, além de (NOME DO PAÍS), o(a) Sr(a) acompanha o futebol ou equipes de futebol? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

Desejo de migrar

Portugal: o destino de moradia mais desejado.

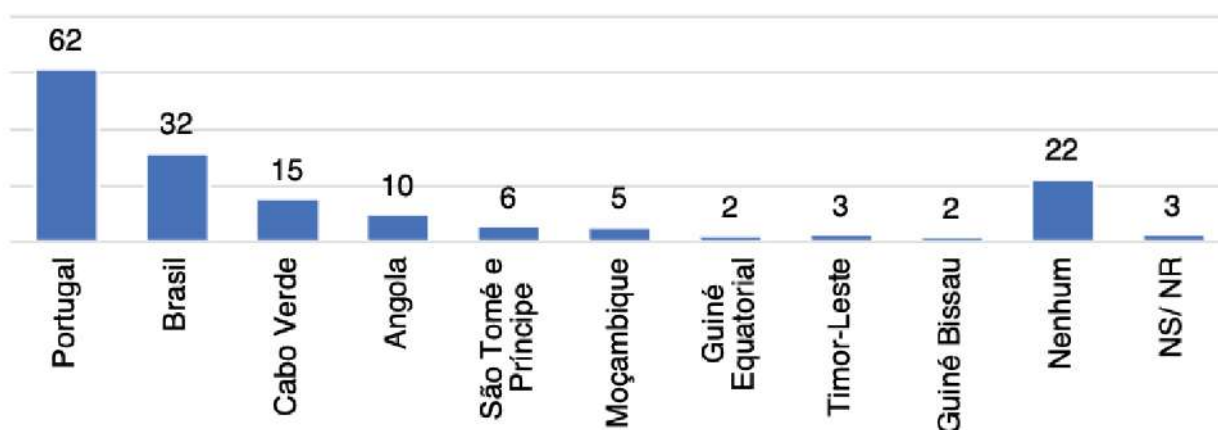
Portugal emerge como o principal destino desejado para residência, com 62% dos participantes indicando o país como aquele onde gostariam de morar.

Essa atratividade se fundamenta em múltiplas dimensões. Reflete laços históricos e linguísticos que facilitam a integração socio-cultural, assim como percepções de maior estabilidade econômica e qualidade de vida em comparação com outros países lusófonos. Portugal também é reconhecido como

polo de oportunidades educacionais e profissionais, abrigando universidades de referência e mercados de trabalho mais conectados a fluxos migratórios internacionais, especialmente na União Europeia. Adicionalmente, políticas relativamente mais flexíveis de mobilidade e residência para lusófonos e redes já estabelecidas contribuem para sua atratividade como destino.

O *ranking* de países mais desejados para morar segue-se com Brasil (32%), Cabo Verde (15%) e Angola (10%).

GRÁFICO 33 – OUTROS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM QUE GOSTARIA DE MORAR (MÉDIA %) ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS



PERGUNTA: Além de (NOME DO PAÍS), em que outros países de língua portuguesa, pelo que sabe ou ouve falar sobre eles, o(a) Sr(a) gostaria de morar? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

Entre os portugueses, 67% afirmam não querer morar em nenhum outro país da Comunidade. Parcelas minoritárias manifestam interesse pelo Brasil (14%) e por Cabo Verde (12%). Menos de 6% apontam outros destinos, indicando uma disposição migratória externa relativamente baixa.

Nos demais países, o desejo de residir em Portugal é elevado, atingindo 81% na Guiné-Bissau, 79% no Timor-Leste e 73% em Cabo Verde. Em Angola (49%), Moçambique (50%) e São Tomé e Príncipe (50%), cerca de metade manifesta essa intenção, o que reforça o papel transversal de Portugal como polo migratório. No Brasil, as opiniões se dividem: 49% gostariam de morar em Portugal e 44% afirmam não desejar residir em nenhum outro país lusófono.

O Brasil é destino desejado por parcelas relevantes na Guiné-Bissau (45%), Timor-Leste (43%) e Angola (41%). Em Cabo Verde (35%) e Moçambique (33%), cerca de um terço manifesta esse desejo. Em São Tomé e Príncipe, apenas 12% desejam morar no Brasil. Nesse país, há mais entrevistados interessados em residir em Cabo Verde (20%).

Cabo Verde também aparece como destino relevante para bissau-guineenses (36%), possivelmente em razão de laços históricos e de sua reputação institucional. Na Guiné-Bissau, além de Portugal e Brasil, registra-se possibilidade de migração para Angola (29%), Moçambique (17%), São Tomé e Príncipe (15%), Timor-Leste (14%) e Guiné Equatorial (14%), indicando um quadro de mobilidade potencial mais diversificado.

TABELA 17 – OUTROS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM QUE GOSTARIA DE MORAR (%) / ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS

PAÍS CITADO (%)	PAÍS								
	MÉDIA GERAL	ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
Portugal	62	49	49	73	81	50	-	50	79
Brasil	32	41	-	35	45	33	14	12	43
Cabo Verde	15	17	2	-	36	12	12	20	7
Angola	10	-	3	12	29	12	5	5	3
São Tomé e Príncipe	6	4	1	8	15	3	6	-	1
Moçambique	5	5	2	3	17	-	3	1	7
Guiné Equatorial	2	0	0	2	14	1	0	0	1
Timor-Leste	3	0	0	1	14	1	2	1	-
Guiné Bissau	2	1	1	3	-	2	1	1	3
Nenhum	22	12	44	14	0	8	67	28	7
NS/ NR	3	1	3	1	6	3	2	1	5

PERGUNTA: Além de (NOME DO PAÍS), em que outros países de língua portuguesa, pelo que sabe ou ouve falar sobre eles, o(a) Sr(a) gostaria de morar? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

Influência cultural

Influência cultural na lusofonia: centralidades, reciprocidades e assimetrias.

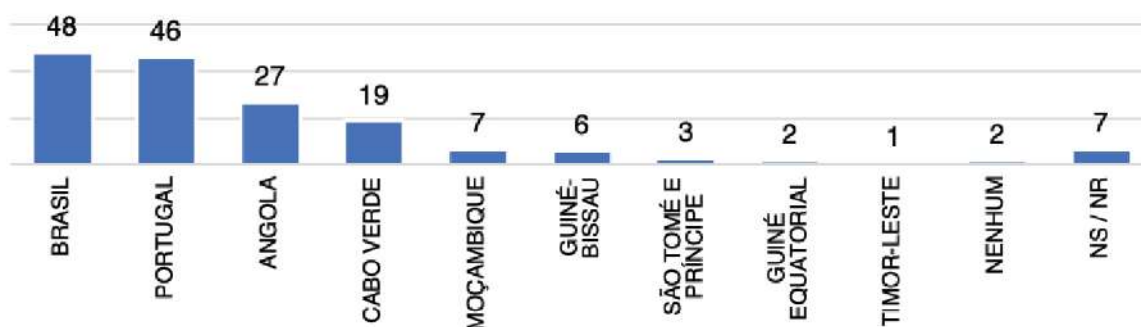
As percepções sobre influência cultural confirmam e sintetizam tendências observadas ao longo do capítulo. Portugal (46%) e Brasil (48%) são vistos como os países mais influentes na Comunidade Lusófona. Angola ocupa o terceiro lugar, com 27%. E Cabo Verde surge em seguida, com 19%. Os demais países apresentam níveis menos expressivos de atribuição de influência (abaixo de dois dígitos).

Parcela expressiva de 71% dos portugueses aponta o Brasil como um dos países culturalmente mais influentes. A percepção do prestígio brasileiro também é elevada na Guiné-Bissau (68%). Nos outros países, varia entre 42% e 49%, com uma exceção marcante: em São Tomé e Príncipe, apenas 19% atribuem influência cultural ao Brasil.

Observa-se, ainda, um padrão de reciprocidade entre Brasil e Portugal: os portugueses atribuem maior influência cultural ao Brasil (71%) do que ao próprio país (33%), enquanto os brasileiros reconhecem mais a influência de Portugal (49%) do que a do Brasil (42%). Portugal alcança sua percepção mais elevada de prestígio no Timor-Leste (80%).

Reforçando sua liderança regional no continente africano, Angola é percebida como culturalmente influente por 33% dos moçambicanos, superando Portugal (25%). Angola também é vista como influente por 77% dos bissau-guineenses e 29% dos são-tomenses. Em Portugal, 25% compartilham essa percepção. Cabo Verde também se destaca regionalmente, sendo percebido como culturalmente influente por 41% dos bissau-guineenses e 25% dos são-tomenses.

GRÁFICO 34 – PAÍSES LUSÓFONOS CONSIDERADOS MAIS INFLUENTES NA COMUNIDADE (MÉDIA %) ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS



PERGUNTA: E dos nove países, quais deles o(a) Sr(a) acredita que exercem mais influência cultural nos outros países de língua portuguesa? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)

Um indicador adicional relevante é a autoatribuição de prestígio cultural. Cabo Verde lidera, com 46% dos entrevistados afirmando que o próprio país está entre os mais influentes da Comunidade. O Brasil aparece em seguida (42%). Guiné-Bissau, Portugal e Angola situam-se em torno de um terço (35%, 33% e 31%). Em Moçambique, esse índice cai para 19%. O Timor-Leste não registra autoatribuição de influência cultural, revelando o desafio de promover a visibilidade externa e também investir na autoafirmação identitária no universo dos países de língua portuguesa.

TABELA 18 – PAÍSES LUSÓFONOS CONSIDERADOS MAIS INFLUENTES NA COMUNIDADE (%) / ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS

PAÍS CITADO (%)	PAÍS								
	MÉDIA GERAL	ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍCIPE	TIMOR-LESTE
Brasil	48	49	42	45	68	42	71	19	47
Portugal	46	39	49	49	56	25	33	40	80
Angola	27	31	13	8	77	33	25	29	2
Cabo Verde	19	9	1	46	41	10	13	25	6
Moçambique	7	7	4	1	13	19	6	1	4
Guiné Bissau	6	2	0	6	35	3	1	0	3
São Tomé e Príncipe	3	2	0	2	8	3	2	6	1
Guiné Equatorial	2	0	0	1	9	1	0	0	1
Timor-Leste	1	0	0	0	8	0	2	0	0
Nenhum	2	4	3	0	0	1	2	5	1
NS/ NR	7	0	11	1	8	9	5	13	7

PERGUNTA: E dos nove países, quais deles o(a) Sr(a) acredita que exercem mais influência cultural nos outros países de língua portuguesa? (ESTIMULADA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)



CPLP: Conhecimento, Avaliação e Relevância

05



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**

Conhecimento

Bom nível de conhecimento sobre a CPLP.

Os resultados do Barómetro revelam um bom nível de conhecimento sobre a CPLP entre as populações dos seus Estados-membros. No conjunto, 54% declaram conhecer bem ou conhecer mais ou menos a entidade.

No universo pesquisado, o maior nível de conhecimento é observado no Timor Leste: 80% declaram conhecê-la bem ou conhecer mais ou menos. Esse resultado é um provável reflexo do papel desempenhado pela CPLP no reconhecimento internacional e no apoio à independência relativamente recente do país, além de esforços institucionais mútuos de integração e cooperação.

São Tomé e Príncipe aparece em segundo lugar (64%), sugerindo uma relação mais próxima e perceptível da CPLP com questões nacionais e com o cotidiano do país, comparativamente a outros países da Comunidade.

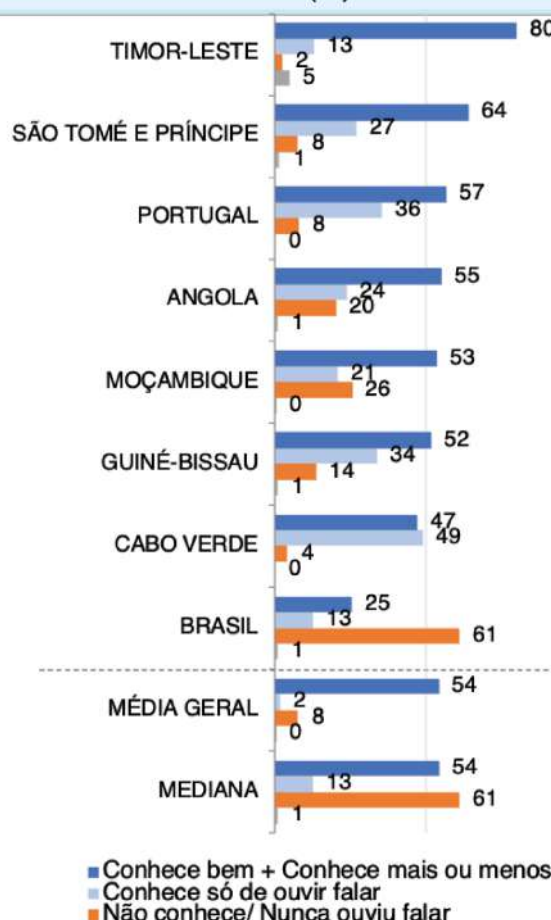
Portugal e Angola ficam um pouco acima da média: 57% e 55%, respectivamente. Aparecem abaixo da média, mas com percentuais superiores a 50%, Moçambique (53%) e Guiné-Bissau (52%).

Em Cabo Verde, o conhecimento mais qualificado (conhece bem ou conhece mais ou menos: 47%) fica discretamente abaixo do conhecimento menos qualificado (conhece só de ouvir falar: 49%).

O Brasil é a única exceção: 61% afirmam não conhecer a CPLP, frente a 38% que declaram algum grau de conhecimento, ainda que apenas de ouvir falar.



GRÁFICO 35 – CONHECIMENTO DA CPLP (%)



PERGUNTA: O(a) Sr(a) conhece bem, conhece mais ou menos, conhece só de ouvir falar ou não conhece a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP?

Atribuição de importância

Missão institucional amplamente valorizada.

Uma vez informados da missão da CPLP, a atribuição de importância à entidade entre os cidadãos da Comunidade é praticamente universal: 92% a consideram muito importante ou importante.



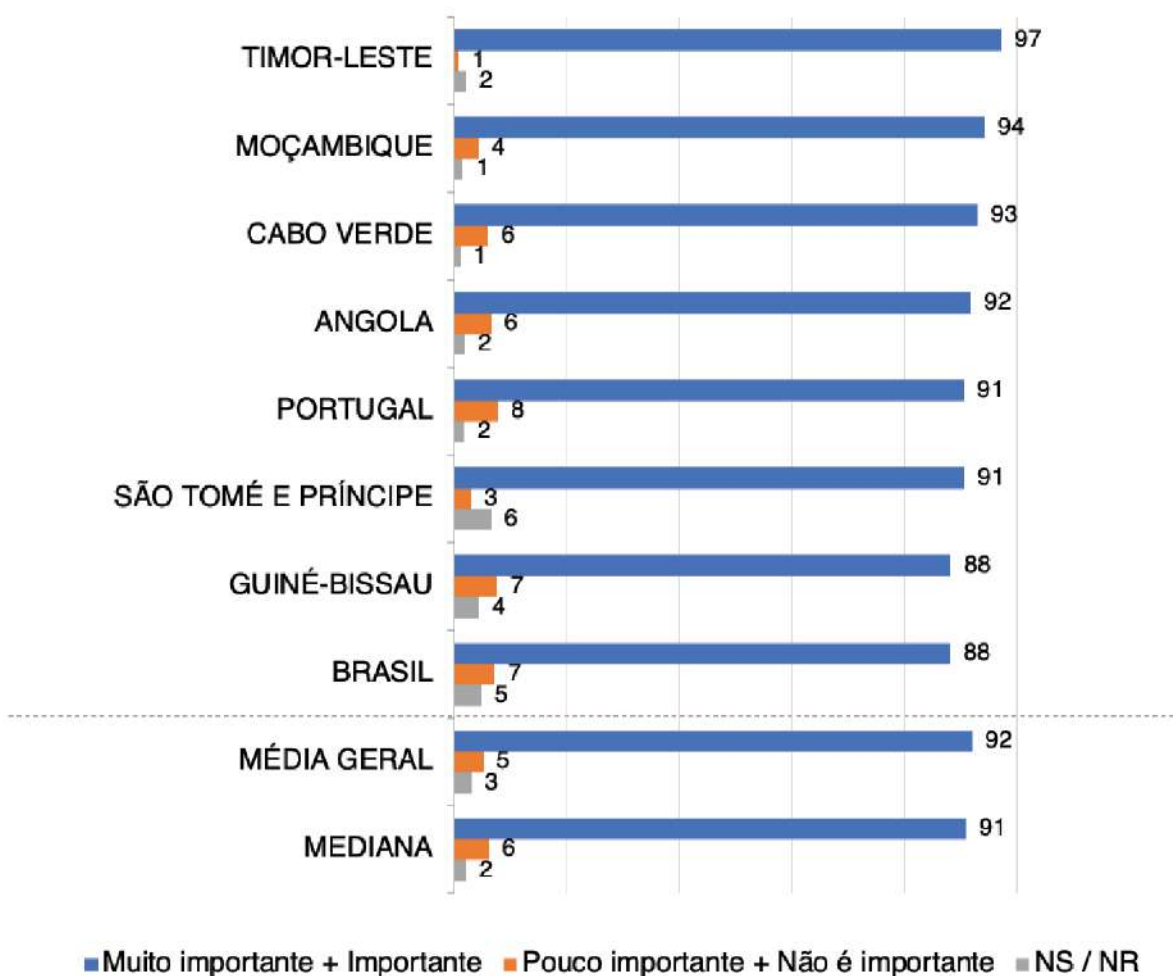
Em conjunto, os dados indicam um elevado grau de legitimidade da instituição entre as populações dos Estados-membros. A ampla atribuição de importância ao papel de promover a cooperação entre países de língua portuguesa, observada de forma consistente nos diferentes contextos nacionais, indica a consonância com expectativas compartilhadas de articulação e maior integração.

Mesmo em países onde o nível de conhecimento sobre a CPLP é mais limitado, como o Brasil, a adesão ao seu propósito apresenta um terreno favorável para o fortalecimento de sua visibilidade pública e para

a ampliação de iniciativas de cooperação. Apresentando uma postura consistente de grande interesse e abertura para a Comunidade, no Timor-Leste a compreensão da importância da CPLP beira a totalidade: 97%. Em Moçambique, Cabo Verde, Angola, Portugal e no arquipélago de São Tomé e Príncipe, a percepção de relevância da instituição também fica acima dos 90%.

Mesmo entre os brasileiros, que em sua maioria desconhecem a existência da CPLP, uma vez informados, sua valorização é elevada, alcançando 88%, percentual idêntico ao registrado na Guiné-Bissau.

GRÁFICO 36 – ATRIBUIÇÃO DE IMPORTÂNCIA À CPLP (%)



PERGUNTA: A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é uma organização que busca promover a cooperação entre seus países membros em diversas áreas, como cultura, educação, economia, ciência e tecnologia, entre outras. Na sua opinião, essa Comunidade é muito importante, importante, pouco importante ou não é importante para as populações dos países de língua portuguesa?

Valorização da integração

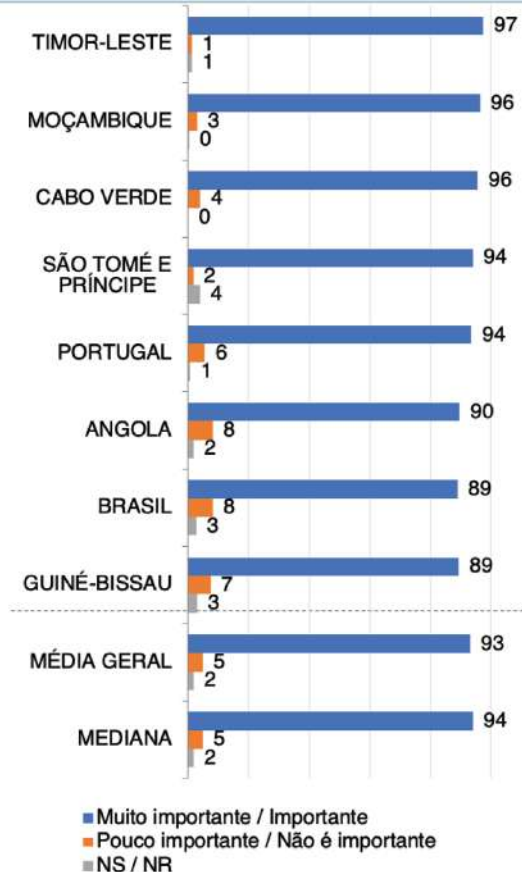
Elevada adesão ao conceito de integração dos países de língua portuguesa.

A atribuição de importância à integração dos países de língua portuguesa acompanha a percepção de relevância da CPLP. No conjunto da Comunidade, 93% consideram que promover essa integração é muito importante ou importante.

Os percentuais nacionais variam de 97% (Timor-Leste) a 89% na Guiné-Bissau e no Brasil.



GRÁFICO 37 – IMPORTÂNCIA DE PROMOVER A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E CULTURAL DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA(%)

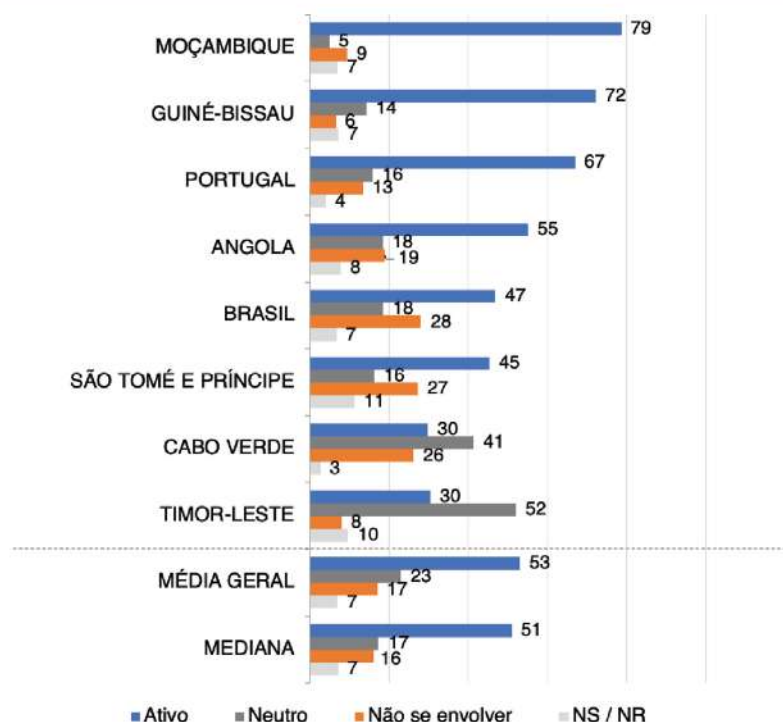


PERGUNTA: Na sua opinião, promover uma maior integração econômica e cultural dos países de língua portuguesa é muito importante, importante, pouco importante ou não é importante?

Papel em conflitos internacionais

Expectativa predominante de um papel ativo da CPLP em conflitos internacionais.

GRÁFICO 38 – EXPECTATIVA SOBRE O PAPEL DA CPLP NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS (%)



PERGUNTA: Na sua opinião, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa deveria ter um papel ativo, um papel neutro, ou não se envolver na mediação de conflitos internacionais?

Se as percepções de relevância da CPLP e da importância de promover a integração dos países-membros tendem à homogeneidade, o mesmo não acontece quanto ao papel que a CPLP deve desempenhar em conflitos internacionais. As expectativas quanto ao alcance de sua atuação política variam significativamente, refletindo diferentes experiências nacionais, graus de exposição a conflitos e concepções distintas sobre o papel de mecanismos multilaterais no campo da segurança e da mediação internacional.

Moçambicanos, bissau-guineenses e portugueses são os mais favoráveis a um papel ativo da CPLP na mediação de conflitos.

Nesses três países, maiorias expressivas opinam pela proatividade: 79%, 72% e 67%, respectivamente. Essa posição também ultrapassa metade dos respondentes em Angola (55%). Pouco menos da metade dos brasileiros (47%) e dos são-tomenses (45%) endossam o ativismo da CPLP na mediação de conflitos internacionais.

Nesse tópico, os timorenses ficam em último lugar no *ranking* geral, com a maioria da população se posicionando pela neutralidade (52%). Cabo Verde apresenta tendência semelhante, tendo como contingente predominante os defensores de uma postura neutra por parte da CPLP em conflitos internacionais (41%).

Missões de Observação Eleitoral

Razoável conhecimento.

À exceção de Cabo Verde e Portugal, todos os Estados-membros já receberam Missões de Observação Eleitoral da CPLP, alguns com maior frequência que outros. Considerando o total dos países, o conhecimento sobre as Missões mostra-se dividido: 46% conhecem ou já ouviram falar; e o mesmo contingente não conhece nem ouviu falar. Esses resultados são bastante heterogêneos no comparativo entre os países..

Em Portugal, é grande o conhecimento sobre elas, chegando a 60%, contra 37% que afirmam desconhecê-las.

Na Guiné-Bissau, que já recebeu as Missões de Observação da CPLP em múltiplos pleitos eleitorais, inclusive em 2025, 55% conhecem ou já ouviram falar.

Em Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe, a proporção dos que conhecem ou ouviram falar das

Missões de acompanhamento eleitoral também é majoritária, embora com distâncias menores em relação ao desconhecimento: 52% contra 41% em Moçambique; 49% contra 42% em Angola; e 47% contra 39% em São Tomé e Príncipe.

O Timor-Leste apresenta resultados muito próximos da média geral, com a população praticamente dividida entre informados e desinformados a respeito das Missões (46% contra 44%). Registre-se que o país recebeu Missões de Observação Eleitoral em 1999, 2001, 2002, 2007 e 2012, o que sugere que a distância temporal dessas experiências pode influenciar o atual nível de conhecimento.

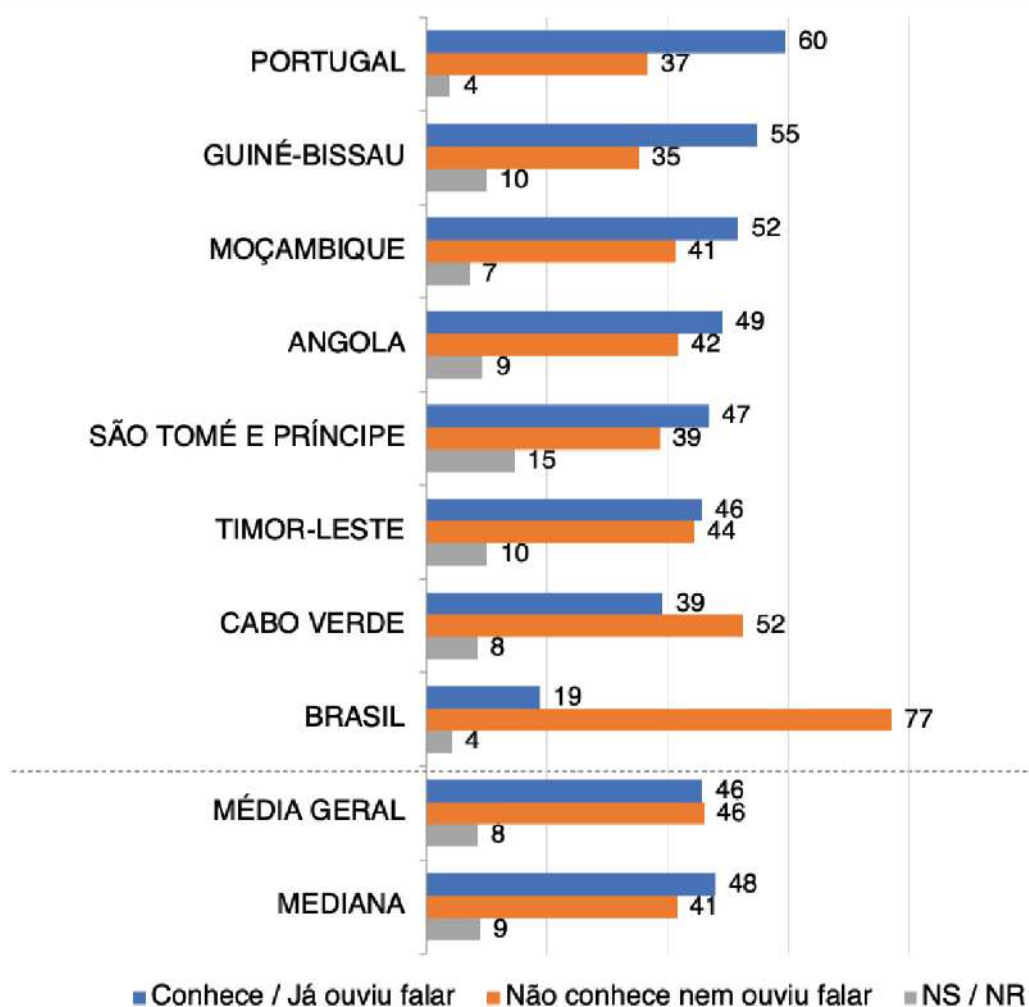
Cabo Verde e Brasil são os únicos países pesquisados em que o desconhecimento sobre as Missões de Observação Eleitoral é predominante. Em Cabo Verde, os que ignoram a existência das Missões formam uma discreta maioria, correspondente a 52%.



O Brasil, por sua vez, configura-se como o caso que mais se afasta da média geral: quase oito em cada dez brasileiros (77%) declaram desconhecer o tema. O país recebeu pela primeira vez uma Missão de Observação da CPLP nas eleições presidenciais de 2022, primeiro e segundo turnos.

Os dados indicam, portanto, que as Missões de Observação Eleitoral da CPLP apresentam um nível de conhecimento público razoável, mas sua visibilidade junto às populações varia de forma significativa, sendo naturalmente mais elevada em países com maior ou mais recente experiência de acompanhamento eleitoral.

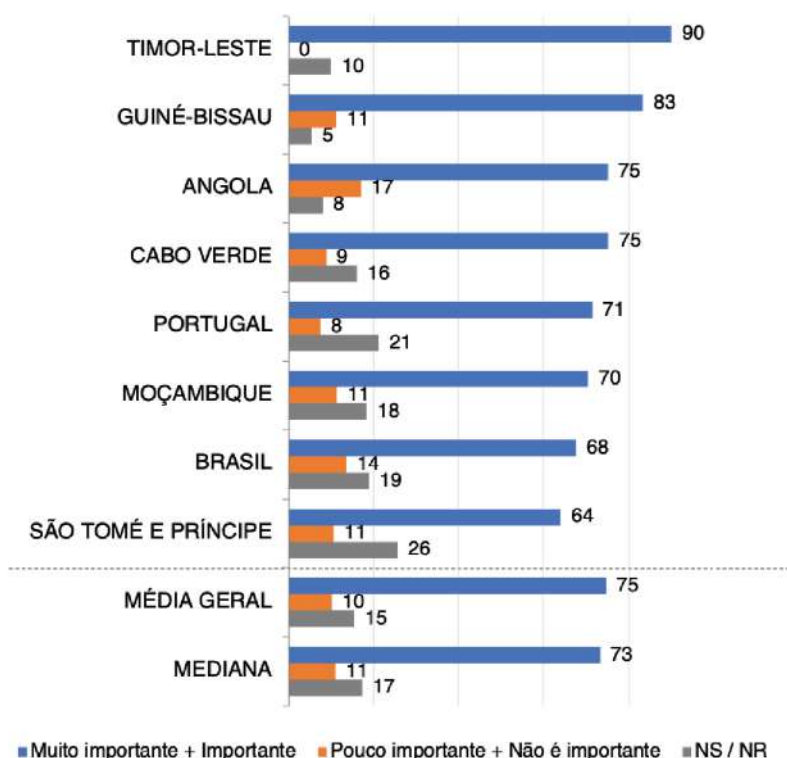
GRÁFICO 39 – CONHECIMENTO DAS MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL NOS PAÍSES DA COMUNIDADE LUSÓFONA (%)



PERGUNTA: O(a) Sr(a) conhece ou já ouviu falar nas Missões de Observação das Eleições nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa?

Missões de Observação Eleitoral são amplamente valorizadas, especialmente no Timor-Leste e na Guiné-Bissau.

GRÁFICO 40 – IMPORTÂNCIA DAS MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL (%)



PERGUNTA: (a) Sr(a) considera as Missões de Observação Eleitoral nos países da Comunidade dos Países de língua portuguesa muito importantes, importantes, pouco importantes ou não são importantes?

A atribuição de importância às Missões é bastante elevada, abrangendo 75% do universo pesquisado pelo Barómetro da Lusofonia. Por suposto, os países mais afetados por instabilidades políticas em sua história recente são os que registram percentuais mais elevados de atribuição de importância.

No Timor-Leste, o contingente que considera muito importante ou importante a existência das Missões é de 90%.

Na Guiné-Bissau, que desde 2009 já teve 16 Chefes de Estado e passa por mais um momento de turbulência institucional desde o final de 2025, ampla maioria da população considera importante a atuação das Missões de Observação Eleitoral (83%).

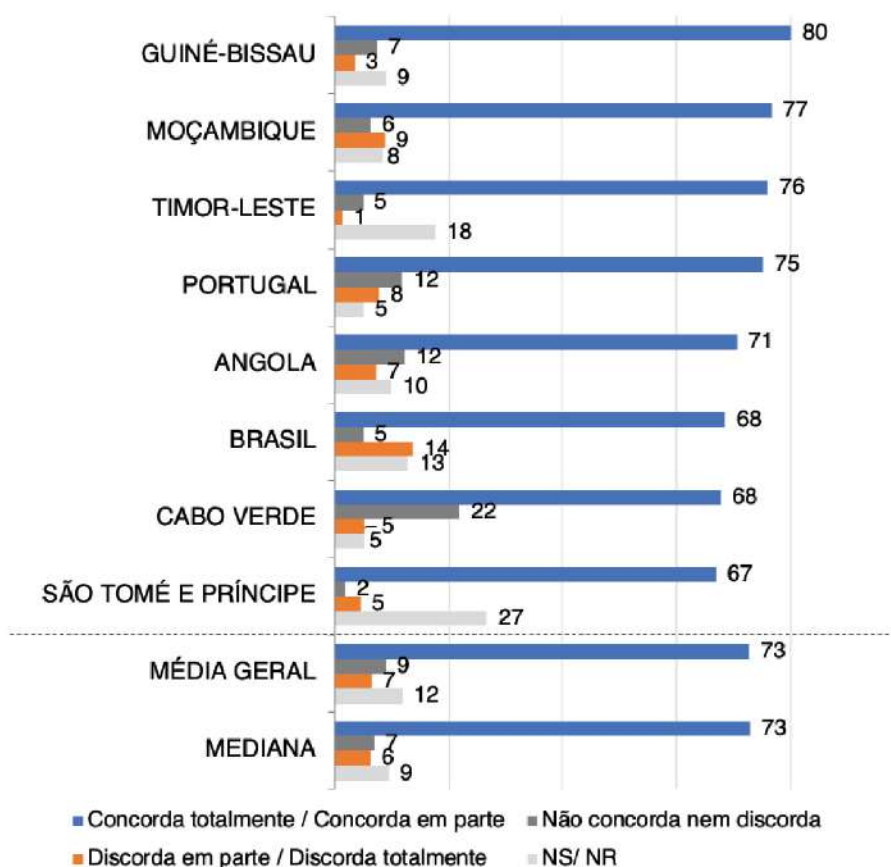
Na mesma linha, entre os angolanos, que atravessaram décadas de violenta guerra civil, a atribuição de importância às mesmas alcança três quartos da amostra (75%), mesmo número registrado em Cabo Verde. Sete em cada dez portugueses e moçambicanos também reconhecem essa relevância. Mesmo no Brasil, país em que as Missões de Observação são desconhecidas da vasta maioria, o apoio à sua realização alcança 68%. São Tomé e Príncipe vem em seguida, com 64%.

Em conjunto, os resultados apontam para um elevado grau de receptividade à ideia de uma atuação coordenada dos países da Comunidade Lusófona supervisionando a integridade e lisura dos processos eleitorais em seus Estados-membros.

Posição em fóruns internacionais

Alta receptividade à ideia de posições unificadas dos países da Comunidade em fóruns internacionais.

GRÁFICO 41 – CONCORDÂNCIA COM POSIÇÃO UNIFICADA DOS PAÍSES LUSÓFONOS EM FÓRUNS INTERNACIONAIS COMO AS NAÇÕES UNIDAS



PERGUNTA: O(a) Sr(a) concorda, não concorda nem discorda, ou discorda que os países de língua portuguesa, através de sua Comunidade, tenham uma posição mais unificada em fóruns internacionais como as Nações Unidas? Se concorda ou discorda: totalmente ou em parte?

Os resultados sugerem que a atuação conjunta da Comunidade encontra respaldo consistente em meio às populações, reforçando seu potencial como um dos eixos da presença internacional da CPLP. 73% concordam com a adoção de uma posição unificada dos países da Comunidade Lusófona em fóruns internacionais, como as Nações Unidas.

O nível de concordância é particularmente elevado na Guiné-Bissau (80%) e situa-se ligeiramente acima da média em Moçambique (77%), Timor-Leste (76%) e Portugal (75%). Angola aparece um pouco abaixo da média geral, com 71%. Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe ocupam as últimas posições do *ranking*, com 68% e 67%, respectivamente.

Expectativas

Principais aspirações de cooperação: economia e comércio; educação e pesquisa; e combate à pobreza e à desigualdade.

Em conjunto, os resultados indicam que as prioridades atribuídas à cooperação entre os países da Comunidade combinam um núcleo comum, centrado em economia, educação e enfrentamento das desigualdades, com variações nacionais associadas a desafios específicos de cada sociedade. As convergências indicam que a agenda de cooperação da CPLP dispõe de bases amplamente compartilhadas. Ao mesmo tempo, demanda flexibilidade para acomodar distintas expectativas e necessidades nacionais.

De acordo com a média geral, “economia e comércio” (29%) despontam como a principal prioridade na busca por maior cooperação entre os países da Comunidade. Em seguida, aparecem “educação e pesquisa” (23%) e “combate à pobreza e à desigualdade” (22%). Outras áreas também são mencionadas com alguma frequência, como “saúde e bem-estar” (16%), “apoio à imigração” (16%) e “ciência e tecnologia” (13%).

Há, contudo, diferenças importantes na hierarquia de prioridades quando se observa o recorte por país.

Em Portugal, a demanda por “economia e comércio” lidera com ampla margem, alcançando 43%, índice 15 pontos superior ao da segunda prioridade, “educação e pesquisa” (28%). A área econômica também ocupa a primeira posição entre moçambicanos (33%) e são-tomenses (32%), mas aparece apenas em terceiro lugar no *ranking* dos brasileiros (18%) e em quarto entre os cabo-verdianos (26%).

Entre cabo-verdianos, brasileiros e angolanos, a principal demanda recai sobre o “combate à pobreza e à desigualdade”, que registra 38%, 30% e 28%, respectivamente.

O “apoio à imigração” emerge como a segunda prioridade mais relevante em Cabo Verde (36%), país cuja trajetória histórica é marcada por intensos fluxos migratórios, frequentemente associados a secas severas e a dificuldades econômicas. Cabe lembrar que o Barómetro identificou, entre os cabo-verdianos, acentuado desejo de morar em Portugal (73%) e no Brasil (35%), conforme apresentado no capítulo anterior.

Também na Guiné-Bissau, o “apoio à imigração” (32%) ocupa a segunda posição no *ranking*, ficando atrás apenas de “educação e pesquisa” (35%). Vale destacar que a Guiné-Bissau apresenta as maiores proporções de cidadãos que admitem a intenção de residir em outros países da CPLP: 81% morariam em Portugal, 45% no Brasil, 36% em Cabo Verde, 29% em Angola e entre 14% e 17% nos demais países da Comunidade.

No Timor-Leste, a principal prioridade é “ciência e tecnologia”, com 39% das menções, seguida de “educação e pesquisa” (29%) e, em terceiro lugar, “economia e comércio” (28%). É também no Timor-Leste, o mais jovem país da CPLP, que a demanda por cooperação em “infraestrutura e desenvolvimento urbano” se mostra mais expressiva (15%), seguida por São Tomé e Príncipe (9%) e Guiné-Bissau (8%). Nos demais países, essa área apresenta relevância residual.

A demanda por “promoção da paz e da segurança” aparece de forma significativa em Cabo Verde (13%), país frequentemente apontado como uma das democracias mais estáveis do continente africano.

A cooperação na área de “saúde e bem-estar” alcança níveis mais expressivos apenas em São Tomé e Príncipe (28%), Cabo Verde (28%), Guiné-Bissau (24%) e Moçambique (21%). Em contraste, essa demanda é inexistente em Portugal e permanece baixa no Timor-Leste (8%),

no Brasil (10%) e em Angola (12%).

Chama atenção o fato de que, embora a saúde figure entre as principais preocupações nacionais, ela apareça em posição secundária quando se trata das expectativas em relação à atuação da CPLP. Esse deslocamento sugere que a população tende a associar a resolução de demandas mais imediatas ao âmbito nacional, reservando à Comunidade expectativas voltadas, sobretudo, à cooperação no campo econômico, acadêmico ou educacional e no combate às desigualdades.

TABELA 19 – ÁREAS QUE DEVERIAM SER PRIORITÁRIAS PARA MAIOR COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS PRÓXIMOS ANOS (%)

ÁREAS (%)	PAÍS								
	MÉDIA GERAL	ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
Economia e comércio	29	27	18	26	25	33	43	32	28
Educação e pesquisa acadêmica	23	20	21	11	35	31	28	10	29
Combate à pobreza e à desigualdade	22	28	30	38	27	2	8	29	14
Saúde e bem-estar	16	12	10	28	24	21	0	28	8
Apoio à imigração	16	21	7	36	32	1	7	9	12
Ciência e tecnologia	13	18	15	5	16	1	3	5	39
Infraestrutura e desenvolvimento urbano	5	2	2	4	8	2	2	9	15
Promoção da paz e da segurança	4	3	3	13	4	1	1	2	5
Defesa dos interesses da Comunidade de Língua Portuguesa no cenário internacional	4	6	2	2	7	1	4	2	7
Incentivo ao turismo	4	8	3	10	2	2	2	2	1
Intercâmbio cultural e artístico	4	3	6	1	2	6	8	1	0
Promoção dos Direitos Humanos e respeito às minorias	2	3	3	3	4	1	0	1	2
Meio ambiente e sustentabilidade	2	3	3	3	1	0	1	1	4
Promoção da democracia	2	4	2	1	3	1	0	2	0
Preservação do patrimônio histórico e cultural	1	3	1	1	1	2	0	2	1
Outras	4	4	0	2	2	4	9	7	2
Todas essas	2	0	7	4	0	0	0	2	2
Nenhuma dessas	1	3	2	0	1	1	3	0	2
NS/ NR	13	14	11	0	6	32	14	12	14

PERGUNTA: Quais as áreas que deveriam ser prioritárias para maior cooperação entre os países de língua portuguesa nos próximos anos? (ESPONTÂNEA – MÚLTIPLAS RESPOSTAS)



Pôr do sol no Jardim do Morro, Vila Nova de Gaia, Portugal

Epílogo: Democracia nos países de língua portuguesa

06



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**

A fragilização das instituições democráticas é hoje um fenómeno de alcance global, impulsionado por radicalização, polarização, desinformação, crises económicas e pelo enfraquecimento da confiança pública em partidos, parlamentos e sistemas de justiça.

No espaço lusófono, não é diferente. Mesmo onde há eleições regulares e alternância de poder, a vulnerabilidade democrática aparece de forma recorrente e com sinais convergentes: avanço de radicalismos, contestação de resultados eleitorais, pressão sobre órgãos de controle e tentativas de ruptura da ordem constitucional. Em Portugal, por exemplo, o crescimento eleitoral de forças da direita radical evidencia como insatisfações sociais podem ser convertidas em agendas de confronto institucional e corrosão de consensos democráticos. Em outros países, o problema assume contornos mais agudos: a sucessão de golpes e tentativas de golpe desde a década de 1970 revela a persistência de disputas de poder fora dos marcos constitucionais – como ilustra o “27 de Maio”, em Angola, e episódios mais recentes na Guiné-Bissau, quando militares anunciaram a tomada do controle do país e depuseram o presidente. No Brasil, por sua vez, a trama golpista associada ao “8 de janeiro de 2023” demonstrou que mesmo democracias com eleições regulares podem ser alvo de estratégias de deslegitimação do processo eleitoral e ataques coordenados às instituições, exigindo resposta firme do Estado de Direito, inclusive por meio de responsabilização judicial.

Ainda assim, apesar de um percurso democrático desigual – atravessado

por legados coloniais, transições políticas tardias e limitações estatais –, os países de língua portuguesa apresentam sinais de resiliência dos valores democráticos na opinião pública e também de amadurecimento institucional: expansão de direitos, fortalecimento gradual de mecanismos de controle e atuação da sociedade civil e da imprensa (em graus variados de liberdade) como contrapesos essenciais, pressionando por transparência, *accountability* e participação. Nesse contexto, cresce a compreensão de que a democracia não é apenas um ideal normativo, mas uma condição estratégica para a estabilidade, o desenvolvimento socioeconômico e a proteção efetiva de direitos.

É nesse ponto que a CPLP se torna particularmente relevante. Ao longo de seus 30 anos, a Comunidade vem se afirmando como um espaço político-diplomático capaz de reforçar compromissos comuns, articular cooperação entre instituições e estimular a circulação de boas práticas de governança. Ao integrar países ligados por língua, laços históricos e agendas compartilhadas, a CPLP atua como ponte de convergência, promovendo educação cívica, incentivando padrões de integridade institucional e apoiando iniciativas de prevenção e resposta a crises. Daí a importância de se dirigir às novas gerações, levando em conta o grande contingente jovem na pirâmide etária desses países, buscando qualificar o debate público e difundir os valores democráticos do Estado de Direito. É nessa direção que se coloca este Barómetro, como um instrumento de valorização e integração dessa Comunidade.



Posfácio

07



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**



A importância de pertencer a comunidades linguísticas com influência mundial está hoje amplamente demonstrada na literatura científica das áreas da sociolinguística, dos negócios internacionais, da economia das línguas e da geoestratégia. A proximidade linguística e cultural revela-se frequentemente mais relevante do que a proximidade geográfica para os fluxos de investimento direto estrangeiro, para o comércio internacional, para o turismo e para os movimentos migratórios. Nesse contexto, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) assume um papel singular.

A CPLP é uma das sete comunidades linguísticas que integram o que Jean Calvet (2001) denominou “o clube das grandes línguas”. Apenas o inglês, o mandarim, o espanhol, o francês, o árabe (standard), o português e o russo cumprem cumulativamente critérios de grande presença global: mais de 200 milhões de falantes, pelo menos cinco

países ou territórios com estatuto de língua oficial, presença em ao menos dois continentes e reconhecimento em cinco ou mais organizações internacionais.

A língua portuguesa supera amplamente esses critérios. Falada por cerca 300 milhões de indivíduos, é língua oficial em dez países ou territórios, está presente em quatro continentes e possui estatuto de língua oficial, de trabalho ou de tradução em ao menos quinze organizações internacionais. É também, ao lado do árabe, uma das duas grandes línguas que mais crescerão ao longo do século XXI, podendo atingir 440 a 500 milhões de falantes até 2100, sobretudo devido ao dinamismo demográfico do continente africano. As projeções indicam que, no final do século, haverá mais falantes de português na África do que no Brasil, tornando o português uma das línguas dominantes do continente.

A Comunidade Lusófona possui ainda ativos estratégicos que extrapolam a dimensão demográfica: vastos recursos agrícolas, minerais e marítimos, grandes plataformas oceânicas, enorme biodiversidade e países continentais de grande peso geopolítico, como o Brasil, quinto maior em área e sétimo em população.

Há outras singularidades relevantes. A maioria dos países lusófonos partilha matrizes culturais próximas, com forte influência cristã; nenhum deles possui fronteiras terrestres contíguas; e todos são países marítimos, dispersos por quatro continentes. Essa combinação de diversidade e unidade linguística configura uma comunidade com enorme potencial ainda pouco estudado e insuficientemente aproveitado.



É à luz desse contexto que se compreende a relevância do Barómetro da Lusofonia. Apesar da importância geoestratégica da língua portuguesa e da CPLP, inexistia até agora um instrumento sistemático de recolha e acompanhamento de dados sobre comportamentos, percepções e dinâmicas culturais, sociais, económicas e políticas dos povos lusófonos. Enquanto outras grandes comunidades linguísticas contam há décadas com estudos comparativos longitudinais consolidados, como o Eurobarómetro ou o Latinobarómetro, à lusofonia faltava um dispositivo equivalente.

O Barómetro da Lusofonia foi concebido para colmatar essa lacuna essencial: oferecer indicadores rigorosos, comparáveis e regulares, criando as condições para que políticas públicas, estratégias económicas, iniciativas culturais e decisões institucionais sejam fundamentadas em evidências empíricas consistentes. Não há políticas credíveis sem métricas sólidas.

O relatório desta primeira edição materializa com sucesso essa contribuição. Ao trazer dados inéditos e consistentes sobre o universo formado pelos países de língua portuguesa, o Barómetro da Lusofonia firma-se como um pilar fundamental para a análise socioeconómica e institucional da opinião pública nesse espaço. Os achados evidenciam dinâmicas que estruturam o modo como a lusofonia é hoje vivida e percebida, tornando mais nítidos os contornos de uma comunidade diversa e culturalmente dinâmica, marcada pela convergência de preocupações e expectativas e por forte interesse mútuo entre os países-membros.

Num momento em que se assinalam 50 anos de independência dos países africanos de língua portuguesa, esta iniciativa oferece à CPLP, no momento em que ela completa 30 anos, um instrumento moderno, rigoroso e indispensável para compreender o presente e projetar o futuro.

Esta primeira edição constituiu um empreendimento de grande amplitude, tanto pela escala da amostra como pela dispersão geográfica dos países envolvidos. Uma iniciativa audaz e promissora, idealizada e impulsionada pelo Professor Antonio Lavareda, a quem se reconhece o mérito científico e a visão estratégica que tornaram este projeto possível.

Lisboa, janeiro de 2026.

Luís Antero Reto

Ex-Reitor e Professor Emérito do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Metodologia

08



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**

O Barómetro da Lusofonia é um estudo de opinião pública transnacional, longitudinal e bienal, que tem como foco os países de língua oficial portuguesa.



Abrangência: 8 países, 4 continentes.

Nesta primeira edição do Barómetro da Lusofonia, oito países foram estudados: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Por razões operacionais e logísticas, a Guiné Equatorial não fez parte da amostra. Sua participação está prevista para a próxima edição.

Universo e amostra

O universo da pesquisa foi a população com 18 anos ou mais (maioridade legal na maioria dos países), de ambos os sexos, residente nos países pesquisados. As amostras nacionais foram desenhadas para garantir representatividade da população, respeitando a distribuição nacional por sexo, idade e distribuição geográfica. Em Timor-Leste, a pesquisa foi realizada apenas na capital Díli, que representa 24,2% da população do país (Banco Mundial, 2024; INETL, 2022).

Foram realizadas **5.688 entrevistas**, com a seguinte distribuição:

TABELA 20 – DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS E MARGENS DE ERRO MÁXIMO ESTIMADO POR PAÍS

								
	ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR-LESTE
N	744	2.011	406	401	807	600	419	300
Margem de erro	3,8	2,2	5,0	5,0	3,5	4,1	5,0	5,8

Apresentação dos resultados

Os dados são apresentados em percentuais, considerando sempre o total da amostra (percentual médio) e o resultado por país. Em perguntas com escalas de notas, é apresentada a média geral (oito países) e a média por país. Os percentuais que não totalizam 100% são decorrentes de arredondamento ou de múltiplas alternativas de resposta.

Instrumento de coleta de dados

Questionário estruturado, adaptado à realidade de cada país quanto à linguagem e aos recortes de escolaridade e renda.

Abordagem

Entrevistas individuais, realizadas via abordagem face a face (com uso de tablets e georreferenciamento) ou telefônica por CATI (Computer Assisted Telephone Interviewing). Em cada país, os entrevistadores foram treinados pelos parceiros nacionais para garantir que estivessem familiarizados com o questionário e com as normas de amostragem e coleta de dados.



Período da coleta de dados

Setembro, outubro e novembro de 2025, respeitando as condições logísticas, institucionais e contextuais locais. Eventos políticos ou sociais ocorridos após a realização das entrevistas são indicados no relatório sempre que relevantes para a correta interpretação dos resultados.

Coordenação e realização do campo

Em cada país, a coleta de dados foi realizada por parceiros nacionais, com apoio e supervisão da Duplométrica e da equipe do Barômetro da Lusofonia em todas as etapas do trabalho. São eles: Centro de Estudos e da Investigação Científica (CEIC/ Universidade Católica da Guiné-Bissau); Insight Timor-Leste; Intercampus; Isope; e Pitagórica.

Divulgação e acesso aos dados

Resultados, análises e conclusões serão divulgados por meio de publicações, eventos em países-membros da CPLP, comunicados à imprensa e mídias sociais, além do site do Barômetro. Os microdados da pesquisa serão disponibilizados gratuitamente a universidades parceiras, sob demanda, por meio do endereço eletrônico falecom@barometrodalusofonia.com.

Referências

09



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**



ABBOTT, Kenneth W.; SNIDAL, Duncan. Why states act through formal international organizations. *Journal of Conflict Resolution*, v. 42, n. 1, p. 3–32, 1998.

AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO (AIMA). Relatório intercalar da imigração em Portugal – 2024. Lisboa: AIMA, 2024. Disponível em: <https://aima.gov.pt/pt/estatisticas>. Acesso em: 4 jan. 2026.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BANCO MUNDIAL. Global Electrification Database. Washington, DC: World Bank, 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/EG.ELC.ACCS.ZS>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BANCO MUNDIAL. Poverty and Inequality Platform (PIP): key inequality indicators. Washington, DC: World Bank, [s.d.]. Disponível em: <https://pip.worldbank.org/key-inequality-indicators>. Acesso em: 24 dez. 2025.

BANCO MUNDIAL. World Bank country and lending groups – FY2024. Washington, DC: World Bank, 2024. Disponível em: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators. Washington, DC: World Bank, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators: GDP per capita (current US\$). Washington, DC: World Bank, 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators: literacy rate, adult total (ages 15+). Washington, DC: World Bank, [s.d.]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.ADT.LITR.ZS>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BLOMMAERT, Jan. *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra): relatórios e bases de dados sobre imigração no Brasil. Brasília: MJSP, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br>. Acesso em: 6 jan. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Estatísticas do eleitorado: comparecimento e abstenção – eleições 2022. Brasília: TSE, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 7 jan. 2026.

BRITISH COUNCIL. *The future of English: global perspectives*. London: British Council, 2018. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org/research-policy-insight/policy-reports/future-english>. Acesso em: 20 dez. 2025.

CALVET, Louis-Jean. *Linguistique et colonialisme*. Paris: Payot, 1974.

CALVET, Louis-Jean. *La mondialisation des langues*. Paris: CNRS Éditions, 2002.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

CIA – CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook 2022*. Washington, DC: CIA, 2022. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). *Declaração constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: CPLP, 1996. Disponível em: <https://www.cplp.org>. Acesso em: 20 dez. 2025.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). *Documentos institucionais e estatutários*. Lisboa: CPLP, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cplp.org>. Acesso em: 20 dez. 2025.

COMMONWEALTH SECRETARIAT. *Documentos institucionais*. London: Commonwealth Secretariat, [s.d.]. Disponível em: <https://thecommonwealth.org>. Acesso em: 20 dez. 2025.

DATAREPORTAL. *Digital 2024: global overview report*. [S.l.]: Meltwater; We Are Social, 2024. Disponível em: <https://datareportal.com>. Acesso em: 7 jan. 2026.



FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus, 1965.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World 2025: the mounting damage of flawed elections and armed conflict. Washington, DC: Freedom House, 2025. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/scores>. Acesso em: 20 dez. 2025.

GUINÉ-BISSAU. Comissão Nacional de Eleições. Relatório final: apresentação de resultados das eleições legislativas 2023. Bissau: CNE, 2023. Disponível em: <http://www.cne.gw>. Acesso em: 7 jan. 2026.

INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (INTERNATIONAL IDEA). Voter turnout database. Estocolmo: IDEA, 2024. Disponível em: <https://www.idea.int/data-tools/data/voter-turnout>. Acesso em: 7 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Diversidade linguística. Brasília: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan>. Acesso em: 20 dez. 2025.

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP). O português no mundo. Praia: IILP/CPLP, edições periódicas.

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA (IILP). Documentos e estudos sobre a língua portuguesa. Praia: IILP/CPLP, [s.d.]. Disponível em: <https://iilp.cplp.org>. Acesso em: 20 dez. 2025.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). World Migration Report 2024. Geneva: IOM, 2024. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int>. Acesso em: 6 jan. 2026.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). Measuring digital development: ICT Development Index 2024. Geneva: ITU, 2024. Disponível em: <https://www.itu.int>. Acesso em: 7 jan. 2026.

LEVITT, Peggy; GLICK SCHILLER, Nina. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. *International Migration Review*, v. 38, n. 3, p. 1002–1039, 2004.

MOÇAMBIQUE. Comissão Nacional de Eleições. Resultados das eleições gerais de 2024. Maputo: CNE, 2024. Disponível em: <https://www.cne.org.mz>. Acesso em: 7 jan. 2026.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE LA FRANCOPHONIE (OIF). La langue française dans le monde. Paris: OIF, 2023. Disponível em: <https://www.francophonie.org>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. New York: ONU, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 6 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Department of Economic and Social Affairs. World Population Prospects 2024. New York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://population.un.org/wpp>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Re|shaping cultural policies: advancing creativity for development. Paris: UNESCO, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Re|shaping cultural policies: 2022 global report. Paris: UNESCO, 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Human Development Report 2025. New York: UNDP, 2025. Disponível em: <https://hdr.undp.org>. Acesso em: 20 dez. 2025.

PEW RESEARCH CENTER. Dissatisfaction with democracy remains widespread in many nations. Washington, DC: Pew Research Center, 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2025/06/30/dissatisfaction-with-democracy-remains-widespread-in-many-nations/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF). World Press Freedom Index 2025. Paris: RSF, 2025. Disponível em: <https://rsf.org>. Acesso em: 20 dez. 2025.

STRAUBHAAR, Joseph. World television: from global to local. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007.

VARIETIES OF DEMOCRACY (V-DEM) INSTITUTE. Democracy Report 2025: 25 years of autocratization – was democracy defeated? Gothenburg: University of Gothenburg, 2025. Disponível em: <https://www.v-dem.net>. Acesso em: 20 dez. 2025.

Anexos

10



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**

TÓPICOS E PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO

As perguntas encontram-se na ordem do relatório e não na ordem em que estão no questionário.

VIDA PESSOAL E SITUAÇÃO DO PAÍS

Numa escala de 0 a 10, como o(a) Sr(a) avalia a sua vida atual, sabendo que zero significa a pior vida possível e 10 significa a melhor vida possível?

00	01	02	03	04	05	06
	07	08	09	10	99. NS/NR	

Como descreveria a situação econômica atual em (Nome do país)?

1. Muito boa
2. Boa
3. Má
4. Muito Má
99. Não sabe/ Não respondeu

Que nota de 0 a 10 o(a) Sr(a) dá para o desenvolvimento social e econômico do seu país atualmente?

0	1	2	3	4	5	6
	7	8	9	10	99. NS/ NR	

Pensando nos próximos 12 meses, o(a) Sr(a) acredita que o seu país vai: (LER AS ALTERNATIVAS)

1. Melhorar muito
2. Melhorar
3. Não vai se alterar
4. Vai piorar
5. Vai piorar muito
99. NS/NR

Na sua opinião, quais as áreas em que estão os principais problemas enfrentados atualmente por (Nome do país)? (ESPONTÂNEA)

Não sabe/ Não respondeu

O mundo tem passado por eventos climáticos extremos, com chuvas intensas, grandes secas e incêndios florestais. O(a) Sr(a) avalia que (Nome do país) está muito preparada, preparada, pouco preparada ou não está preparada para lidar com esse tipo de situação?

1. Muito preparado
2. Preparado
3. Pouco preparado
4. Não está preparado
99. NS/NR

VALORES E ATITUDES

Em quais dessas áreas a escravidão de povos africanos tem até hoje maior impacto em (Nome do país)? (RODÍZIO)

- No social
- Na cultura
- Na economia
- Na política
- Todas elas (ESPONTÂNEA)
- Nenhuma/ Não teve impacto significativo (ESPONTÂNEA)
- Não sabe/ Não respondeu

Na sua opinião, é importante ou não é importante que crianças e jovens aqui em (Nome do país) estudem nas escolas sobre o período e os efeitos da escravatura de povos africanos?

É importante

Não é importante

99. NS/NR

O(a) Sr(a) avalia que em (Nome do país) atualmente o ambiente da sociedade é mais favorável ou mais desfavorável para os imigrantes que vêm de outros países morar aqui?

Mais favorável

Mais desfavorável

99. Não sabe/ Não respondeu

Na sua opinião, ou pelo que ouvi falar, a imigração de pessoas de outros países que vêm morar aqui é mais positiva ou mais negativa para (Nome do país)?

1. Mais Positiva

2. Mais Negativa

3. Nem positiva nem negativa (ESPONTÂNEA)

99. Não sabe/ Não respondeu

Mudando de assunto, o(a) Sr(a) é a favor ou contra a permissão do casamento entre pessoas do mesmo sexo?

1. A favor

2. Contra

99. S/NR

O(a) Sr(a) avalia a situação das mulheres comparativamente à dos homens em (Nome do país) como: (LER AS ALTERNATIVAS)

Muito desigual

Desigual

Um pouco desigual

Não há diferença entre a situação de mulheres e homens

99. Não sabe/ Não respondeu

E sobre homossexuais, transsexuais e outras pessoas LGBTQ+, aqui em (Nome do país), há muita discriminação e preconceito, há alguma discriminação, há pouca ou não há nenhuma discriminação?

1. Muita discriminação

2. Alguma

3. Pouca

4. Nenhuma discriminação

99. Não sabe/ Não respondeu

FAKE NEWS, VOTO E DEMOCRACIA

Quais desses meios costuma utilizar para se manter informado(a)? (LER AS ALTERNATIVAS / RODÍZIO)

Conversas com amigos, vizinhos e familiares

Conversas na escola ou universidade

Conversas na Igreja

Jornais e revistas impressos

Rádio

Redes sociais como Instagram, X (antigo Twitter), Facebook, TikTok, Youtube e WhatsApp

Sites, portais e blogs da Internet

Televisão

Outros: quais? _____

Nenhum (ESPONTÂNEA)

Não sabe/ Não respondeu

(PARA QUEM REFERIU REDES SOCIAIS) Que redes sociais mais costuma aceder para se informar? (LER AS ALTERNATIVAS / RODÍZIO)

Facebook

Instagram

TikTok

WhatsApp

X / Antigo Twitter

YouTube

Outras: quais? _____

Não sabe/ Não respondeu

O(a) Sr(a) já recebeu ou não recebeu fake news ou notícias falsas?

1. Já recebeu

2. Não recebeu

3. Não sabe se recebeu (ESPONTÂNEA)

99. NR

Na sua opinião, as fakes news ou notícias falsas provocam muitos problemas no seu país, provocam alguns problemas ou não provocam problemas?

Muitos problemas

Alguns problemas

Não provocam problemas

Não sabe/ Não respondeu

Sobre voto, o(a) Sr(a) costuma sempre ir votar nas eleições daqui de (Nome do país), vota na maioria das vezes, vota raramente ou nunca vota?

1. Costuma sempre ir votar

2. Vota na maioria das vezes

3. Vota raramente

4. Nunca vota

99. NS/NR

O(a) Sr(a) considera que o voto dos eleitores é muito importante para melhorar o país, importante, pouco importante ou não é importante?

1. Muito importante

2. Importante

3. Pouco importante

4. Não é importante

99. NS/NR

O quanto o(a) Sr(a) está satisfeito(a) com a forma como a democracia funciona aqui em (Nome do país)?

1. Muito satisfeito(a)

2. Satisfeito(a)

3. Insatisfeito(a)

4. Muito insatisfeito(a)

99. Não sabe/ Não respondeu

CONHECIMENTO E INTERESSE SOBRE OS OUTROS PAÍSES LUSÓFONOS

Sabe quais são os outros países no mundo que falam português? Mais algum? (ESPONTÂNEA / NÃO ACEITAR O PAÍS DO RESPONDENTE)

Não sabe/ Não respondeu

Além de (Nome do país), em que outros países de língua portuguesa, pelo que sabe ou ouve falar sobre eles, o(a) Sr(a) gostaria de morar? (LER AS ALTERNATIVAS / RODÍZIO / NÃO ACEITAR O PAÍS DO RESPONDENTE)

Angola
Brasil
Cabo Verde
Guiné Bissau
Guiné Equatorial
Moçambique
Portugal
São Tomé e Príncipe
Timor-Leste
Nenhum (ESPONTÂNEA)
99. Não lembra/ Não respondeu

O(A) Sr(a) tem muito interesse, algum interesse ou não tem interesse em conhecer os produtos e as manifestações culturais de outros países de Língua Portuguesa, na música, na literatura e nas artes? Tem: (LER AS ALTERNATIVAS)

Muito interesse
Algum interesse OU
Nenhum interesse?
Não sabe/ Não respondeu

O(a) Sr(a) costuma ou não assistir a filmes, programas de televisão, ler livros, ou ouvir música de outros países de língua portuguesa, além de (Nome do país)?

Sim
Não
Não sabe/ Não respondeu

O(a) Sr(a) costuma ou não assistir a filmes, programas de televisão, ler livros, ou ouvir música de outros países de língua portuguesa, além de (Nome do país)? SE SIM: De que países principalmente? (ESPONTÂNEA / NÃO ACEITAR O PAÍS DO RESPONDENTE)

Não sabe/ Não respondeu

E dos nove países, quais deles o(a) Sr(a) acredita que exercem mais influência cultural nos outros países de Língua Portuguesa? (LER AS ALTERNATIVAS / RODÍZIO)

Angola
Brasil
Cabo Verde
Guiné Bissau
Guiné Equatorial
Moçambique
Portugal
São Tomé e Príncipe
Timor-Leste
Nenhum (ESPONTÂNEA)
Não sabe/ Não respondeu

Além de (Nome do país), de quais outros países de língua portuguesa o(a) Sr(a) assiste a programas de televisão? (ESPONTÂNEA / NÃO ACEITAR O PAÍS DO RESPONDENTE)

Angola
Brasil
Cabo Verde
Guiné Bissau
Guiné Equatorial
Moçambique
Portugal
São Tomé e Príncipe
Timor-Leste
Nenhum (ESPONTÂNEA)
99. Não recorda/ Não respondeu

Quais desses tipos de programas o(a) Sr(a) costuma acompanhar com mais frequência sobre outros países de língua portuguesa além de (Nome do país)? (LER AS ALTERNATIVAS / RODIZIAR)

Noticiário sobre política, economia e os acontecimentos no país e no mundo
Filmes e documentários
Novelas e séries
Programas de humor
Programas policiais
Reality shows
Outros (ESPONTÂNEA)
Nenhum (ESPONTÂNEA)
99. Não sabe/ Não respondeu

De quais outros países de língua portuguesa, além de (Nome do país), o(a) Sr(a) acompanha o futebol ou times de futebol? (LER AS ALTERNATIVAS / NÃO ACEITAR O PAÍS DO RESPONDENTE)

Angola
Brasil
Cabo Verde
Guiné Bissau
Guiné Equatorial
Moçambique
Portugal
São Tomé e Príncipe
Timor-Leste
Nenhum (ESPONTÂNEA)
99. Não sabe/ Não respondeu

CPLP: CONHECIMENTO, AVALIAÇÃO E RELEVÂNCIA

O(a) Sr(a) conhece bem, conhece mais ou menos, conhece só de ouvir falar ou não conhece a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP?

Conhece bem
Conhece mais ou menos
Conhece só de ouvir falar
Não conhece/ Nunca ouviu falar
99. Não respondeu

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é uma organização que busca promover a cooperação entre seus membros em diversas áreas, como cultura, educação, economia, ciência e tecnologia, entre outras. Na sua opinião, essa Comunidade é muito importante, importante, pouco importante ou não é importante para as populações dos países de Língua Portuguesa?

Muito importante
Importante
Pouco importante
Não é importante
99. NS/ NR

Na sua opinião, promover uma maior integração econômica e cultural dos países de Língua Portuguesa é muito importante, importante, pouco importante ou não é importante?

1. Muito importante
2. Importante
3. Pouco importante
4. Não é importante
99. NS/ NR

Quais as duas áreas que deveriam ser prioritárias para maior cooperação entre os países de Língua Portuguesa nos próximos anos? (ESPONTÂNEA)

Não sabe/ Não respondeu

O(a) Sr(a) concorda, não concorda nem discorda, ou discorda que os Países de Língua Portuguesa, através de sua Comunidade, tenham uma posição mais unificada em fóruns internacionais como as Nações Unidas? SE CONCORDA OU DISCORDA: Totalmente ou Em parte?

1. Concorda totalmente
2. Concorda em parte
3. Não concorda nem discorda
4. Discorda em parte
5. Discorda totalmente
99. Não sabe/ Não respondeu

Na sua opinião, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa deveria ter um papel ativo, um papel neutro, ou não se envolver na mediação de conflitos internacionais?

Ativo
Neutro
Não se envolver
Não sabe/ não respondeu

O(a) Sr(a) conhece ou já ouviu falar nas missões de observação das eleições nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa?

1. Conhece/ Já ouviu falar
2. Não conhece nem ouviu falar
99. Não lembra/ Não respondeu

O(a) Sr(a) considera as missões de observação eleitoral nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa muito importantes, importantes, pouco importantes ou não são importantes?

1. Muito importantes
2. Importantes
3. Pouco importantes
4. Não são importantes
99. NS/ NR

Diretoria, Conselho e Equipe Técnica

11



**BAROMETRO DA
LUSOFONIA**

DIREÇÃO GERAL



Professor Dr. Antonio Lavareda
(IPESPE e UFPE – Brasil)

DIREÇÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



Dr. Alexandre Picoto
(Pitagórica – Portugal)

DIREÇÃO EXECUTIVA



Professor Dr. Marcelo Pimentel
(IPESPE e UNITAU – Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO

José Sarney – Conselheiro Emérito
Ex-Presidente da República (Brasil)

Alexandrina Sobreira
Pesquisadora Titular da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (Brasil)

Caetano Veloso
Artista e Doutor Honoris Causa da Faculdade de Salamanca (Brasil)

Edalina Rodrigues Sanches
Investigadora do ICS-ULISBOA (Portugal)

Ernani Carvalho
Professor da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)

Fernando Guimarães Rodrigues
Casa de Portugal de São Paulo (Brasil)

Fidelis Magalhães
Ex-Ministro da Presidência do Conselho de Ministros; Ex-Ministro da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares; Ex-Ministro Coordenador dos Assuntos Econômicos; Ex-Ministro do Turismo, Comércio e Indústria (Timor-Leste)

João Nuno Cruz Matos Calvão da Silva
Presidente do Conselho de Administração da AULP e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra (Portugal)

João Osvaldo Moíses Machatine
Ex-Ministro de Governo (Moçambique)

Joaquim Migueis
Deputado (Angola)

Jorge Konder Bornhausen
Ex-Senador e Ex-Embaixador do Brasil em Portugal (Brasil)

José Luís Carneiro
Ex-Ministro de Estado da Administração Interna (Portugal)

Kátia Abreu
Ex-Senadora e Ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado (Brasil)

Helcimara Teles

Professora da Universidade Federal de Minas Gerais

Heráclito Fortes

Ex-Senador e Ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado (Brasil)

Lito Nunes Fernandes

Reitor da Universidade Católica da Guiné Bissau (Guiné-Bissau)

Luís Antero Reto

Ex-Reitor do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Portugal)

Marcela Montenegro

Diretora Executiva do IPESPE (Brasil)

Maria Hermínia Tavares de Almeida

Diretora do Cebrap e Professora Aposentada da USP (Brasil)

Mauro Breno da Silva

Secretário Geral da Câmara do Comércio de São Tomé e Príncipe e Presidente da Comissão do Alto Conselho de Negócios dos Países da África Central (São Tomé e Príncipe)

Merval Pereira

Presidente da Academia Brasileira de Letras (Brasil)

Miguel Relvas

Ex-Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e dos Assuntos Parlamentares e Ex-Secretário de Estado da Administração Local (Portugal)

Nizan Guanaes

Publicitário (Brasil)

Sara Lopes

Ex-Ministra das Infraestruturas e Economia Marítima de Cabo Verde e Professora da Universidade de Aveiro (Cabo Verde)

Silvana Krause

Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Vilmar Rocha

Instituto Vilmar Rocha / UFG (Brasil)

ANÁLISE E ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO



Antonio Lavareda
(Dr. em Ciência Política)



Marcela Montenegro
(Jornalista, MBA em Marketing)



Roseane Xavier
(Dra. em Sociologia)



Valéria Torres
(Dra. em Antropologia)

Agradecimentos

Contribuíram para viabilizar esta primeira edição e os seminários de apresentação do Barómetro da Lusofonia as seguintes pessoas e instituições, às quais os organizadores dirigem seus profundos agradecimentos: Paula Lavigne, Caetano Veloso, Embaixador Juliano Fêres Nascimento, Embaixador Pablo Duarte Cardoso, Professor João Nuno Calvão da Silva, Professor Luís Reto, José Paulo Faffe, Fabio Cesnik, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério da Cultura do Brasil, Missão Brasileira junto à CPLP, Duplimétrica, CC&P, Fundação Itaú, FGV Conhecimento, Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), Instituto Camões de Cooperação da Língua, Universidade Católica da Guiné-Bissau, Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Unitau, Universidade Católica de Pernambuco, Universidade Autónoma de Lisboa, Universidade de Coimbra, Insight Timor-Leste, Intercampus, Isope e Pitagórica.

ACESSO AOS RESULTADOS POR PAÍS

Escaneie o código QR para consultar os
resultados por país ou acesso o site do
Barómetro da Lusofonia:

www.barometrodalusofonia.com



ANGOLA	BRASIL	CABO VERDE	GUINÉ- BISSAU	MOÇAM- BIQUE	PORTUGAL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR- LESTE
							





BAROMETRO DA LUSOFONIA

www.barometrodalusofonia.com

APOIO E PARTICIPAÇÃO



Lei Rouanet



CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

AULP
EX UNITATE VIS
Universidades de Língua Portuguesa



MISSÃO DO
BRASIL
CPLP



Comissão de Comunicação
e Publicidade



FGV CONHECIMENTO



LUSOCOM
Observatório Lusófono de Comunicação



CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGUESA
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Fundação
Joaquim Nabuco



UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO



CASA DE PORTUGAL



UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL



Universidade Federal de Santa Maria
1960



UNITAU



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO



UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



INSTITUTO
VILMAR ROCHA



pitagórica
investigação e criação de inovação



TIMOR
INSIGHT



INTERCAMPUS



DUPLIMÉTRICA



ISOPE
sonagens e estruturas

REALIZAÇÃO



IPESPE
40 ANOS

MINISTÉRIO DA
CULTURA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO